UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

FABIO SOUSA MENDONÇA DE CASTRO

AUTOGESTÃO NO BRASIL: um olhar a partir do caso de empresas recuperadas pelos trabalhadores.

ARARAQUARA – SP
2015

FABIO SOUSA MENDONÇA DE CASTRO

AUTOGESTÃO NO BRASIL: um olhar a partir do caso de empresas recuperadas pelos trabalhadores

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Economia da Faculdade de Ciências e Letras - UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Economia.

Linha de pesquisa: História econômica e social contemporânea

Orientador: Prof. Dr. Adilson Marques Gennari
Coorientador: Prof. Dr. Henrique Tahan Novaes

ARARAQUARA – SP

2015

CASTRO, Fabio S. M.
Autogestão no Brasil: um olhar a partir do caso de empresas recuperadas pelos trabalhadores / Fabio Sousa Mendonça de Castro — 2015
125 f.

Dissertação (Mestrado em Economia) — Universidade Estadual Paullista "Júlio de Mesquista Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara)
Orientador: Adilson Marques Gennari
Coorientador: Henrique Tahan Novaes

1. Autogestão. 2. Economia solidária. 3. Empresas recuperadas pelos trabalhadores. 4. Trabalho coletivo. 5. Desenvolvimento alternativo. I. Título

FABIO SOUSA MENDONÇA DE CASTRO

AUTOGESTÃO NO BRASIL: um olhar a partir do caso de empresas recuperadas pelos trabalhadores

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Economia da Faculdade de Ciências e Letras - UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Economia.

Linha de pesquisa: História econômica e social contemporânea

Orientador: Prof. Dr. Adilson Marques Gennari
Coorientador: Prof. Dr. Henrique Tahan Novaes

Data da defesa: ___/___/____

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Dr. Adilson Marques Gennari
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Membro Titular: Dr. Caio Luis Chiariello
Universidade Federal da Grande Dourados

Membro Titular: Daniel Augusto Feldmann
Universidade Federal de São Paulo

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Ao povo latino americano, em especial àqueles que dedicaram suas vidas à luta por um mundo melhor para todos.

Agradecimentos

Primeiramente agradeço a meus pais, Sr. Giovani e Sra. Edenis - dois grandes batalhadores da vida -, pelo apoio incondicional, sem o qual seria impossível realizar esta pesquisa, e por serem minha mais importante influência para observar o mundo.

Ao amigo e Professor Dr. Adilson Gennari, pela orientação que possibilitou trabalhar este importante tema que é tão marginalizado nos departamentos de economia.

Ao Professor Dr. Henrique Novaes, pela coorientação e contribuição fundamental para o desenvolvimento do trabalho.

Ao amigo e Professor Dr. Daniel Feldmann, pelas ideias de inúmeros debates e pela importante contribuição no exame de qualificação.

À Professora Dra. Suzana Paiva, pela contribuição no exame de qualificação.

Ao Professor Dr. Caio Chiariello, pelas dicas bibliográficas e pelo debate no Seminário do GPHEC.

Ao Professor Felipe Luiz Gomes “Pinotador” e Silva, pelo incentivo e pela contribuição em muitos aspectos desta pesquisa.

Aos professores do Departamento de Economia da UNESP que muito agregaram na minha formação, em especial a Professora Dra. Luciana Togeiro.

À Thayne Santos que, como amiga e parceira, contribuiu em muitos debates de ideias e deu apoio fundamental para a concretização deste trabalho, seja gentilmente revisando os textos e me empurrando para não desistir, ou me inspirando por seu “espírito de determinação radical”.

Aos amigos da “*Perestroika*”, Ivan, Sidão, Layza, Stephano e Thaís, que no percurso deste mestrado foram grandes parceiros em infinitas “batalhas”.

À amiga Aline Miglioli, que mergulhou junto comigo para entender a questão da Vila Operária da Flaskô.

À amiga Ali, que desde os Estados Unidos da América me ajudou a melhorar minha redação na língua inglesa.

A todos os camaradas da Flaskô que abriram o espaço para que fosse possível mergulhar na concepção de uma fábrica sob controle operário e cederam seu tempo

para contribuir com esta pesquisa. Especialmente aos camaradas: “Batata”, “Josi”, Alexandre, “Carlão”, “Manu”, Vitor e “Shaolin”.

Aos camaradas que possibilitaram minha viagem à memória da resistência operária da Usina Catende e também cederam seu tempo para contribuir com a pesquisa: Lenivaldo, que foi fundamental para entender o caso da Usina; “Naldo”, que me acompanhou nas entrevistas e me contou muita história da região; Dona Maria, Seu Zé e Sr. Clovis.

A meus amigos cubanos: Daniel Garcia “Sam”, que em infinitos debates, mesmo discordando em muitos aspectos, me ajudou a construir um pensamento crítico menos romântico; e Claudia Rivera, que me apoiou muito para cumprir as obrigações do mestrado e me inspirou, como inspira a muitos, através de seu talento musical.

A grande amiga Thallita Oshiro que me acompanhou na visita à Flaskô e me ajudou a enxergar este novo universo.

Aos demais amigos que são base para que se siga a vida de maneira mais suave. Aí incluo familiares também, mas não cito nomes para não correr o risco de esquecer ninguém.

E, finalmente, um último agradecimento especial à minha querida avó Teresinha (*in memoriam*), que me ensinou desde criança que o que vale na vida é sorrir para ela, pois não existe limite para ser feliz.

Compañeros poetas,
tomando en cuenta los últimos sucesos en la poesía,
quisiera preguntar - me urge!
¿Qué tipo de adjetivos se deben usar para hacer
el poema de un barco sin que se haga sentimental;
fuera de la vanguardia o evidente panfleto,
si debo usar palabras como Flota Cubana de Pesca
y Playa Girón?

Compañeros de música,
tomando en cuenta esas politonales y audaces canciones,
quisiera preguntar - me urge!
¿Qué tipo de armonía se debe usar para hacer
la canción de este barco con hombres de poca niñez;
hombres y solamente hombres sobre cubierta,
hombres negros y rojos y azules,
los hombres que pueblan
el Playa Girón?

Compañeros de historia,
tomando en cuenta lo implacable que debe ser la verdad,
quisiera preguntar - me urge tanto!
¿Qué debiera decir, qué fronteras debo respetar?
Si alguien roba comida y después da la vida, ¿qué hacer?
¿Hasta dónde debemos practicar las verdades?
¿Hasta dónde sabemos?
Que escriban, pues, la historia, su historia,
los hombres del "Playa Girón".

Playa Girón – Silvio Rodríguez, Días y Flores (1975)

RESUMO

A crise, proveniente das políticas socioeconômicas neoliberais, que foram hegemônicas em grande parte da América Latina, nos anos de 1990 e 2000, levou à falência um série de empresas que não puderam competir na conjuntura proposta, promovendo o desemprego em massa e degradação das condições de trabalho. Em resposta a este cenário, grupos de trabalhadores buscaram condições dignas através de uma proposta de democratização das relações de trabalho: a recuperação da massa falida das empresas em que trabalhavam sob o controle operário. Este fenômeno, que apesar de não ter grande representatividade em volume, representa um importante movimento da luta por autogestão no microcosmo produtivo e exercita uma nova relação social dentro do sistema capitalista, capaz de sobreviver às suas regras de mercado e ainda assim promover o debate crítico ao modo de produção. Neste sentido, esta pesquisa apresenta uma conceptualização e uma contextualização da autogestão como luta dentro do sistema capitalista, para compreender, a partir de coleta de dados, o que elas sinalizam em termos de propriedade coletiva dos meios de produção, da socialização do poder aos trabalhadores, a sua relação com movimentos sociais e como atuam nas suas comunidades na luta pela redução das desigualdades socioeconômicas.

Palavras-chave: autogestão; economia solidária; desenvolvimento alternativo; América Latina; empresas recuperadas pelos trabalhadores; trabalho coletivo.

ABSTRACT

The crisis, caused by the neoliberal socioeconomic policies that were hegemonic in much of Latin America during the 1990s and 2000s, bankrupted many companies that could not compete under the proposed policies, promoting mass unemployment and degradation of work conditions. In response to this economic climate, groups of workers sought to create a more dignified workplace through the democratization of labor relations: the recovery of the bankruptcy of the companies they worked under workers' control. This phenomenon, which despite not having great representation in volume, is a major struggle for self-management movement in the productive microcosm and suggest new form of social relation within the capitalist system that is able to survive market rules and still promote critical debate of the production mode. In this sense, this research presents a conceptualization and a contextualization of self-management as a struggle within the capitalist system, to understand, through data collection, what it indicate in terms of collective means of production property rights, the socialization of power to workers, its relationship with others social movements and the actualization for the reduction of socioeconomic inequalities within worker's communities.

Keywords: self-management; solidarity economy; alternative development; Latin America; companies recovered by workers; collective work.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **10**

CAPÍTULO 1: AUTOGESTÃO: CONCEITOS E INTERPRETAÇÕES **13**

1.1. O QUE É AUTOGESTÃO? 14
1.2. AUTOGESTÃO NA HISTÓRIA 17
1.3. O CASO EMBLEMÁTICO DE MONDRAGÓN 23
1.4. CONTRIBUIÇÕES IMPORTANTES 24
1.5. AUTOGESTÃO NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL 28
1.6. O CONTEXTO DA FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DAS EMPRESAS 37

CAPÍTULO 2: AS EMPRESAS RECUPERADAS PELOS TRABALHADORES **40**

2.1. A PROPRIEDADE COLETIVA 41
2.2. A SOCIALIZAÇÃO DO PODER 44
2.3. RELAÇÃO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNIDADE 49
2.4. ESTUDO DE CASOS 54
2.4.1. Fábrica Ocupada Flaskô *55*
2.4.2. Usina Catende *68*

CAPÍTULO 3: AUTOGESTÃO COMO ALTERNATIVA SOCIOECONÔMICA **85**

3.1. POLÍTICAS PÚBLICAS PROPOSTAS 86
3.2. LIMITES E POSSIBILIDADES 90
3.3. REVOLUÇÃO CULTURAL: AFIRMAÇÃO DA SOLIDARIEDADE 98

CONSIDERAÇÕES FINAIS **103**

REFERÊNCIAS **107**

ANEXOS **110**

ANEXO 1 – LISTA DAS ERTS NO BRASIL **111**

ANEXO 2 – JORNAL CHÃO DE FÁBRICA **114**

ANEXO 3 – JORNAL CATENDE SE COMUNICA **118**

APÊNDICES **122**

APÊNDICE 1 – ROTEIRO PARA TRAÇAR PERFIL DA ERT **123**

APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM TRABALHADOR **124**

APÊNDICE 3 – DVD COM AUDIOVISUAL DAS ENTREVISTAS REALIZADAS **125**

Introdução

A autogestão é um conceito moderno, apresentado pela primeira vez na proposta de sociedade que emergiu na Iugoslávia nos anos de 1950, mas sua grande característica já havia se apresentado muito antes na Comuna de Paris (1871). Para muitos a autogestão é algo revolucionário, e que representa de fato o que é o socialismo, para outros é um conceito importante na busca da democratização das relações de trabalho, não necessariamente um rompimento total com o sistema capitalista. Todavia, o que fica explícito no debate é que os militantes da autogestão buscam alguma alternativa às duras contradições provenientes do modo de produção capitalista.

A motivação da escolha de um tema tão controverso para esta dissertação de mestrado nasce da experiência de mergulhar nas ruas da Venezuela e perceber que a verdadeira revolução que acontece naquele país, não emana simplesmente da militância socialista que de fato borbulha, mas nos mais remotos cantos em que as pessoas estão organizadas para promover o bem estar de suas comunidades através da política da propriedade coletiva e da democratização do poder. O objetivo de conhecer o país era de fato “turístico” (porém com a característica popularmente conhecida como “mochileiro”), mas à medida que se vai navegando nas entranhas da realidade da população (pedindo carona e aceitando dormir na casa de quem se conhece no dia) algo além do observar arrebenta na confusão mental que proporciona conhecer uma nova cultura. E, na oportunidade de presenciar como ouvinte algumas reuniões destas “comunas”, mas principalmente aquela no local mais remoto do país, em *Los Roques*, foi perceptível a importância daquele modelo.

A partir desta experiência, a autogestão passou a representar o centro do pensamento socioeconômico que levou a este trabalho. Neste intento, na busca por experiências semelhantes no Brasil, o caso da Flaskô se apresentou como um paradigma e, a partir dele, foi possível verificar o papel importante que Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores (ERTs) estão propondo em suas comunidades.

O objetivo é observar a autogestão no Brasil, frente a hegemonia do sistema capitalista, através do fenômeno das ERTs. Buscando compreender como se dá o

processo de democratização das relações de produção dentro do microcosmo produtivo destas experiências, exemplificando com estudos de caso, e verificar perspectivas para superação da forma hegemônica de organização social a partir da autogestão. Neste sentido, o caminho traçado para desenvolver esta pesquisa segue três rumos a fim de alcançar este objetivo, conforme os capítulos apresentados.

No primeiro capítulo é feita uma abordagem teórica e histórica da autogestão na sociedade para compreender suas bases e como este movimento tem se apresentado frente aos dilemas do modo de produção capitalista. Para isto há a busca por um embasamento tanto em autores clássicos do pensamento econômico, como Karl Marx e Rosa Luxemburgo, como em autores contemporâneos que estudam especificamente a autogestão nas suas mais diversas formas que se apresenta na sociedade, como Paul Singer, Henrique Tahan Novaes, Flavio Chedid Henriques, Neusa Maria dal Ri, Andrés Ruggeri, entre outros. A fim de complementar este debate teórico, é apresentado um contexto histórico de como a autogestão se apresenta na sociedade frente aos dilemas de cada época no âmbito do desenvolvimento capitalista e no âmbito específico da América Latina.

No segundo capítulo é apresentado o paradigma das ERTs no intento de discutir minuciosamente a estrutura que sedimenta estas experiências, observando como em meio às regras do mercado capitalista essas empresas conseguem sobreviver e, em alguns casos, disseminar uma cultura autogestionária para a sociedade. Para isso, esta análise se ampara na discussão sobre a propriedade dos meios de produção, a socialização do poder e nas relações que se apresentam das ERTs com a sociedade. Por fim, é apresentado o resultado de dois estudos de caso para ilustrar esta discussão: na Flaskô e na Usina Catende.

O terceiro e último capítulo é desenvolvido a fim de concluir a pesquisa, apresentado perspectivas para a disseminação da autogestão na sociedade e verificando seu potencial para emancipação do trabalho frente ao modo de produção capitalista. Para isso, inicialmente, é proposta uma discussão sobre como a autogestão ocupa a agenda pública no Brasil e, posteriormente, dispõe-se um debate sobre os limites e possibilidades que esta alternativa de organização do trabalho enseja socioeconomicamente. Por fim, é apresentado um debate sobre a

questão da necessidade de uma revolução cultural em que a solidariedade seja emancipada frente à competitividade para que a autogestão possa ser disseminada.

Portanto, esta pesquisa não tem pretensão de apresentar um modelo pronto que seja “ideal” para prospectar a ascensão de uma nova forma de organização social do trabalho. O objetivo fundamental aqui é problematizar a necessidade de se pensar na superação do sistema capitalista, apresentando um espectro da luta dos trabalhadores que propõem uma forma alternativa de organização do trabalho.

Capítulo 1: Autogestão: conceitos e interpretações

> Só a revolução mundial do proletariado pode pôr ordem nesse caos, dar a todos pão e trabalho, pôr fim ao dilaceramento recíproco entre os povos, dar à humanidade maltratada paz, liberdade e uma verdadeira cultura. Abaixo o salariato! Este é o lema do momento. O trabalho assalariado e a dominação de classes devem ser substituídos pelo trabalho cooperativo. Os meios de trabalho não devem mais ser monopólio de uma classe, mas tornar-se bem comum. Chega de exploradores e explorados! Regulamentação da produção e repartição dos produtos no interesse da coletividade.[...] No lugar dos patrões e de seus escravos assalariados, trabalhadores que cooperam livremente! O trabalho deixa de ser um tormento, porque é dever de todos! Uma existência digna e humana para todos os que cumprem seus deveres para com a sociedade![...] Esta transformação e esta mudança não podem ser decretadas por nenhuma autoridade, comissão ou Parlamento: só a própria massa popular pode empreendê-las e realizá-las (LUXEMBURGO, 1991, p. 100-101).

Este “manifesto” é parte integrante do texto denominado “O que quer a liga de Spartakus?”, publicado pela primeira vez em 1918, ainda no contexto da barbárie da I Guerra Mundial, propondo a ideologia que se configura como parte do movimento histórico da luta por autogestão, como propõe Nascimento (2005). Rosa Luxemburgo apresenta assim, de fato, algumas das importantes divergências quanto ao pensamento crítico ao capitalismo que se configurou à época, lançando, o que aqui será configurado como linha mestra para compreensão do pensamento contra hegemônico.

Desta forma, a proposta aqui lançada segue no intuito de apresentar como está sendo reinventada uma possível alternativa ao sistema de produção capitalista, uma vez que a alternativa hegemônica apresentada pelas economias socialista não sobreviveu, e fracassou no objetivo de assegurar a utopia de um mundo melhor para as pessoas.

> O autoritarismo político e a inviabilidade econômica dos sistemas econômicos centralizados foram dramaticamente expostos pelo colapso desses sistemas no final dos anos 1980 e princípios de 1990 [...]. Inclusive aqueles que, perante a evidência do autoritarismo e da inviabilidade desse sistema, persistiam na possibilidade de *uma* alternativa ao capitalismo (isto é, a alternativa socialista centralizada) foram obrigados a pensar outra forma. Para aqueles, como nós, para quem os sistemas socialistas centralizados não ofereciam uma alternativa emancipatória ao capitalismo, a crise desses sistemas criou a oportunidade para recuperar ou inventar alternativas (no

> plural) que apontem para práticas e formas de sociabilidade anticapitalista (SANTOS, 2002, p. 25).

O que é tomado aqui como objeto de estudo é, neste sentido, a autogestão. Apesar de coexistirem outras denominações que podem tratar semelhante tema, como por exemplo cooperativismo, trabalho associado ou economia solidária, que de uma ou outra forma serão abordados aqui, a autogestão parece ser o ponto chave para que um efetivo processo de democratização do sistema de produção seja capaz de promover a emancipação do trabalho e conjeturar melhores condições de vida para a população.

O primeiro capítulo aqui apresentado procura desmistificar o conceito de autogestão e, a partir disso, apresentar experiências históricas que contribuem para demonstrar o potencial destas formas alternativas de produção e elucidar como importantes pensadores da crítica capitalista entendem o tema. Posteriormente, para concluir o capítulo e afunilar o escopo da pesquisa, a autogestão é observada no contexto da América Latina, culminando com a observação da conjuntura em que emerge o fenômeno das empresas recuperadas pelos trabalhadores no Brasil.

1.1. O que é autogestão?

A primeira definição de autogestão aqui lançada é aquela que foi proposta pelos trabalhadores durante a Revolução dos Cravos em 1978, na Conferência pelo Socialismo Autogestionário, realizada em Lisboa:

> A autogestão é a construção permanente de um modelo de Socialismo, em que as diversas alavancas do poder, os centros de decisão, de gestão e controle, e os mecanismos produtivos sociais, políticos e ideológicos, se encontram nas mãos dos produtores-cidadãos, organizados livres e democraticamente, em formas associativas criadas pelos próprios produtores-cidadãos, com base no princípio de que toda a organização deve ser estruturada da base para a cúpula e da periferia para o centro, nas quais se implante a vivência da democracia direta, a livre eleição e revogação, em qualquer momento das decisões, dos cargos e dos acordos (NASCIMENTO, 2011, p. 93).

A segunda definição que se apresenta é fruto do debate sobre autogestão dos pensadores de política na França nos anos de 1970, sendo exposta por Guillerm e Bourdet (1976) na obra “Autogestão: uma mudança radical”, em que apontam a autogestão como o resultado da possível generalização do sistema de cooperativas.

A partir destas definições é possível convergir para a formatação de um conceito que possa transparecer a idéia de autogestão que é tratado nesta pesquisa. Ou seja, apesar de não haver um consenso científico sobre o significado conciso do que é autogestão, neste trabalho, o conceito será fundamentado na proposta de autores que se dedicaram a desenvolver o debate e será interpretado a partir da prática que se estabelece no cotidiano.

A autogestão aqui é tratada como uma alternativa ao sistema de produção capitalista, um modelo de organização do trabalho e da sociedade em que sejam implementadas transformações como as recomendações contemporâneas de economia solidária, que propõem uma transformação no modo de produção através da socialização dos meios de produção, da socialização do poder político, com participação direta dos cidadãos livres e iguais na formação de uma vontade política coletiva, e de uma revolução cultural com afirmação da solidariedade (NASCIMENTO, 2011).

Ou seja, a autogestão é o modelo alternativo de produção que emerge da organização de pessoas no intuito de promover a vontade coletiva e satisfazer as necessidades individuais, de forma sustentável, valorizando o desenvolvimento local e buscando a integração com outras unidades produtivas. Assim sendo, o que existe e sobrevive dentro do sistema capitalista não é exatamente autogestão, pois não converge as definições apresentadas. A definição que levamos a cabo nesta pesquisa é aquela apresentada por Nascimento (2005): o que há nos mais diversos caminhos adotados para um movimento contra hegemônico é a “luta por autogestão”.

Portanto a luta por autogestão é um movimento de resistência que existe em resposta à generalização das relações sociais capitalistas, propondo o rompimento de alicerces do sistema de produção hegemônico, como o trabalho assalariado, a antítese explorador-explorado, a divisão do trabalho / especialização, a propriedade privada e o fechamento da empresa para a comunidade onde se localiza, apresentando práticas autogestionárias no microcosmo de suas organizações. Neste

sentido se aproxima da proposta de Boaventura de Souza Santos (2002) para uma globalização contra hegemônica.

A principal e mais disseminada forma de resistência através da luta por autogestão se configura com as cooperativas, de diversos tipos e segmentos. Uma cooperativa é uma associação ou grupo de trabalhadores que se organizam voluntariamente para satisfazer necessidades e aspirações econômicas, sociais e/ou até culturais comuns através de uma empresa de propriedade conjunta democraticamente controlada, autônoma e aberta. A característica principal de uma cooperativa é a disponibilidade dos meios de produção para o coletivo de pessoas que são seus membros, não necessariamente a propriedade destes. Portanto, uma cooperativa é uma associação e uma empresa ao mesmo tempo, onde há uma gestão realmente democrática em que cada cooperado tem o mesmo poder na tomada de decisão. É o mesmo que dizer que se trata de uma empresa de pessoas e não de capital (HARNECKER; REYES, 2011, p. 34).

Desta forma, dialogando com as duas definições apresentadas é possível perceber que a autogestão como definição é um modelo alternativo de organização social que abrange o espectro da sociedade como um todo, onde haja uma rede de cooperação solidária e democrática, e por isso se confunde com o conceito de socialismo (não o socialismo real) num processo de constante construção. A luta por autogestão neste sentido se apresenta como uma alternativa ao modo hegemônico de organização do trabalho, uma forma de resistência que sobrevive inserido nas regras da dominação do sistema capitalista.

Portanto, no intuito de apresentar uma proposta de resistência, a luta por autogestão esbarra na dificuldade de sobreviver dentro do sistema capitalista para que haja a suposta generalização solidária, mas ainda assim no mundo inteiro existem muitos exemplos que adotam práticas autogestionárias e explicitam seu potencial. Segundo a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), mais de 800 milhões de pessoas estão organizadas em cooperativas no mundo, porém, grande parte destas empresas não adotam práticas autogestionárias, e utiliza esta denominação para aproveitar os benefícios oferecidos pelos governos. Entretanto, não se pode negar o impacto na economia que esta forma alternativa de organização do trabalho tem promovido no mundo (HARNECKER; REYES, 2011, p. 31-32).

1.2. Autogestão na história

Tratar a autogestão na história é fundamental para pensar em perspectivas que apontem para uma transformação positiva da sociedade a fim de superar os desequilíbrios pressupostos no modo de produção capitalista. Desta forma, nesta pesquisa há o esforço de identificar como no percurso histórico a autogestão e a luta por autogestão vão se configurando de acordo com as condições materiais que se apresentam.

Como foi proposto no conceito, a autogestão só pode ser entendida enquanto uma organização social que aponte uma forma alternativa de produção. Neste sentido é possível identificar que no percurso da história há algumas experiências de autogestão. Algumas embrionárias, que emergem no sentido de organizar a sociedade de determinado local da maneira que promova a melhor condição de vida possível a seus habitantes, como no caso no caso de algumas sociedades pré-colombianas e na República Guarani; ou na forma de resistência ao sistema capitalista, como no caso da Comuna de Paris e do Quilombo dos Palmares.

No entanto, o objeto de estudo desta pesquisa é observar as formas alternativas que propõem em alguma medida a superação do sistema capitalista, por isso, a luta por autogestão é o cerne para compreender o processo histórico. Paul Singer (1998) em sua obra “uma utopia militante” apresenta que a sociedade passa por dois tipos de revolução: uma revolução social e uma revolução política. A primeira remete a movimentos contra hegemônicos que emergem dentro do sistema dominante e vão propondo uma forma alternativa de organização social e do trabalho. A segunda se refere ao momento histórico em que essas revoluções sociais desafiam a hegemonia da “velha forma” e tomam o poder político, disseminando para a sociedade, como um todo, esta nova forma de organização social. A luta por autogestão é, portanto, uma revolução social em potencial dentro do espectro da dominação capitalista.

Desde o avanço da primeira Revolução Industrial e ascensão da ideologia burguesa, o descontentamento da classe trabalhadora sempre esteve presente no debate sobre o sistema de produção. Inicialmente, a revolta dos operários seguia num sentido reacionário, ou seja, buscavam negar o avanço tecnológico industrial,

incentivando a destruição de máquinas e propondo um retorno a um passado feudal, balizado pelo trabalho artesanal. Singer (1998) aponta que este fato condiz com a predominância de pequenos mestres (artesãos) no conjunto dos trabalhadores, porém, este cenário se transforma no decorrer dos anos, e amparado numa nova composição interna da classe operária, a visão reacionária do enfrentamento de classes dá lugar a uma forma revolucionária, com miradas para um futuro:

> A partir de 1820, a classe operária britânica, a primeira a se defrontar com uma revolução capitalista, abandona a luta contra o progresso técnico e passa a se engajar em uma outra utopia, a da construção de um mundo novo à base das novas forças produtivas mas em que a cooperação e a igualdade tomem o lugar da competição e da exploração. Esta reviravolta ideológica terá amplas consequências (SINGER, 1998, p. 73).

É esta nova utopia que abre espaço à disseminação de ideias socialistas, transpondo o debate e a luta dos trabalhadores contra o capitalismo para a esfera política, na proposta da construção de uma sociedade nova, pautada na cooperação e na solidariedade. A luta por autogestão, neste sentido, materializada pelas cooperativas, se desenvolve juntamente com o avanço e maturação do sistema capitalista.

As primeiras tentativas de propor a organização do trabalho em contrapartida à exploração industrial da força de trabalho são incentivadas pelas ideias de um industrial britânico, chamado Robert Owen, que propunha uma forma alternativa de produção em seu complexo industrial. Foi considerado por Marx depois como socialista utópico, entre outras coisas por não acatar em suas ideias a questão da luta de classes, mas propunha dentro de seu contexto histórico, de avanço tecnológico e capitalista, a formação de Aldeias Cooperativas que promovessem a possibilidade de subsistência das pessoas e de trocas de excedentes, vislumbrando que o modo de produção capitalista estava gerando miséria entre os trabalhadores. Sob a influência de Owen e com o fortalecimento dos sindicatos, muitas cooperativas foram tomando forma ainda nas primeiras décadas do século XIX (HENRIQUES, 2013).

Singer (2002b) apresenta este período como a origem histórica da economia solidária, chamando de “cooperativismo revolucionário”, já que estava amplamente envolvido com a organização operária e com a crítica ao capitalismo, alegando que

jamais se repetiu de forma tão nítida tamanha investida solidária. O fortalecimento deste movimento de fato não convém para os interesses dos capitalistas e para exterminar esta alavancada, muitas vezes chamada de Owenista, em 1833 os industriais promoveram locaute e sufocaram a organização operária, forçando o enfraquecimento do movimento.

Este enfraquecimento do movimento operário, apesar de parecer ter resolvido o problema dos capitalistas, não sucumbiu a vontade de transformação da sociedade e de propor uma alternativa ao modo de produção, e em 1844, emerge sob a influência deste período revolucionário cooperativista, a cooperativa que se tornou a matriz de todas as cooperativas modernas: A Sociedade dos Pioneiros Equitativos de Rochdale (SINGER, 1998, p. 99).

Importante notar que a maior parte das cooperativas precedentes e a própria Rochdale são Cooperativas de Consumo, ou seja, associações de trabalhadores em oposição à miséria, proveniente dos baixos salários e das condições desumanas de trabalho, para satisfazer as necessidades de consumo dos mesmos, procurando garantir uma gama de bens de consumo baratos e de boa qualidade (SANTOS, 2002, p. 33). A grande arrancada dos Pioneiros de Rochdale se estabelece por proporem um plano mais ousado em busca de emancipação coletiva, tendo como objetivos:

> [...] fundar um armazém para abastecer os sócios, construir casas para os mesmos, manufaturar artigos para dar ocupação a sócios desempregados ou com salários reduzidos, comprar ou arrendar terras com a mesma finalidade e criar uma comunidade autossustentada pelo trabalho de seus membros, além de um hotel de temperança (SINGER, 1998, p. 100).

Isto posto, para garantir o respaldo coletivo e evitar que falhas comuns a tentativas anteriores de associação de trabalhadores se constituíssem, foram estabelecidos oito princípios da cooperativa, que posteriormente se imortalizaram como princípios universais do cooperativismo, sendo crucial para os sucesso logrado. Em síntese, os oito princípios foram:

> 1º) que nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto, independente de quanto investiu na cooperativa; 2º) o número de membros da cooperativa era aberto, sendo em princípio aceito quem desejasse aderir. Por isso este princípio é conhecido como o da “porta aberta”; 3º) sobre o capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa; 4º) as sobras seriam

> divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa; 5º) as vendas feitas pela cooperativa seriam sempre feitas à vista; 6º) os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros (isto é, não adulterados); 7º) a cooperativa se empenharia na educação cooperativa; 8º) a cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões religiosas e políticas (SINGER, 2002b, p. 39-40).

Com esta proposta lançada, a Rochdale cresceu intensamente nas décadas seguintes. Como apresenta Singer (1998), já em 1850, foi fundada a primeira cooperativa de produção, o Moinho Cooperativo de Rochdale, e em 1854 a segunda, a Sociedade Manufatureira Cooperativa de Rochdale. A expansão foi tanta que chegou à marca de 10.427 sócios em 1879. Entretanto, devido às crises, principalmente, à Guerra Civil dos EUA, no início dos anos de 1860, a Sociedade abarcou diversos conflitos, entre acionistas e trabalhadores, e para manter a estabilidade foi se transformando numa empresa capitalista, passando a almejar lucro e, portanto, convivendo com contradições internas.

Segundo Henriques (2013), o fato de haver acionistas em um empreendimento cooperativo já denota a existência de uma contradição, isto é ainda mais conflitante quando estes mesmos acionistas, que representavam não mais que 10% dos membros da cooperativa, possuem maior poder de decisão que os trabalhadores. Com isso, apesar de sua importância histórica, conclui-se que a autogestão não era adotada como princípio, mas sim a cogestão. Desta forma, Rochdale sobreviveu até meados do século XX e seus méritos à tornaram modelo de cooperativa, que muito fora seguido em todos os países por onde a revolução industrial fora adentrando.

A grande experiência de autogestão se configura na chamada Comuna de Paris, em 1871. Segundo Nascimento (2005) a Comuna de Paris foi o acontecimento mais importante da luta pela auto-emancipação dos trabalhadores no século XIX. Algo inédito na história, por um período de dois meses, o proletariado teve nas mãos o poder e criou as condições objetivas para extinção do poder político.

A Comuna foi eleita por sufrágio universal em meio às turbulências da Guerra Franco-prussiana em 26 de março de 1871. Marx (2011) aponta que a Comuna pretendia abolir a propriedade privada, fazendo a expropriação dos expropriadores, transformando os meios de produção, a terra e o capital, que considera essencialmente meios de exploração e escravidão do trabalhador, em instrumentos de trabalho livre e associado. Propondo que o conjunto das associações cooperativas deve regular a produção nacional a partir de um plano comum, tendo assim o controle, evitando a anarquia constante e as crises periódicas do modo de produção capitalista. Além disso, a Comuna se destaca com relação à democratização do poder, pois:

> [...] era formada por conselheiros municipais, escolhidos por sufrágio universal nos diversos distritos da cidade, responsáveis e com mandatos revogáveis a qualquer momento. A maioria dos seus membros era naturalmente formada por operários ou representantes incontestáveis da classe operária. A Comuna devia ser não um corpo parlamentar, mas um órgão de trabalho, Executivo e Legislativo ao mesmo tempo. [...] Não só a administração municipal, mas toda a iniciativa exercida até então pelo Estado foi posta nas mãos da Comuna (MARX, 2011, p.56-57).

Para Marx (2011, p.59), portanto, o sucesso da Comuna de Paris reside no fato de que era essencialmente um governo da classe operária, fruto da luta de classes e que possibilitaria a realização da emancipação econômica do Trabalho. “Com o trabalho emancipado, todo homem se converte em trabalhador e o trabalho produtivo deixa de ser atributo de classe”.

A Comuna tem seu fim no dia 28 de maio de 1871, depois de um contingente de mais de vinte mil mortos, encerrando a primeira grande insurgência da luta pela autogestão, porém, deixando profundas marcas na história da humanidade, sendo exemplo de revolução que influência qualquer pensamento crítico ao modo de produção capitalista.

Posteriormente o mundo entrou em “ebulição” e por todas as partes o descontentamento com a hegemonia capitalista se mostrava cada vez mais forte, culminando em importantes revoluções, que até hoje constroem a história de lutas da classe operária. Não cabe aqui esmiuçar cada movimento histórico de luta operária, mas a fim de ilustrar o contexto, segue citado alguns importantes episódios que corroboraram para o avanço da crítica ao sistema capitalista: A Revolução

Soviética e a Comuna de Spartakus em Berlim, num contexto revolucionário do início do século XX; e posteriormente, no pós Segunda Guerra, a institucionalização da autogestão na Iugoslávia, a Primavera de Praga na Tchecoslováquia e a Revolução dos Cravos em Portugal, no contexto de luta por autogestão[1].

Para situar todas essas experiências de autogestão e luta por autogestão, desenvolveu-se aqui um esquema, com caráter demonstrativo, para facilitar a visualização de como se configuraram no percurso histórico os ciclos longos da autogestão:

a) Autogestão embrionária: organizações sociais que apresentam práticas autogestionárias disseminadas em determinada região, porém não remete à resistência frente ao sistema capitalista – Caso das comunidades andinas;
b) Autogestão no período de transição para o capitalismo: todas as organizações sociais que emergem principalmente com o advento das grandes navegações e a colonização do novo mundo – caso da República Guarani e do Quilombo dos Palmares;
c) Cooperativismo revolucionário: organização do proletário contra as mazelas da Revolução Industrial, principalmente através das cooperativas de consumo, primeira metade do século XIX – Caso do Owenismo;
d) Cooperativismo avançado: organização proletária a partir do sucesso dos pioneiros de Rochdale (1854) propondo, em alguma medida, cooperativas de produção;
e) Luta por autogestão num contexto Revolucionário: a partir da Comuna de Paris (1871), na luta por uma revolução política - caso dos *soviets* pré Revolução Russa;
f) Autogestão pós Segunda Guerra Mundial: tentativas de organização social sob influência do espectro da dominação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) - Caso da primavera de Praga;
g) Luta por autogestão no período neoliberal: Todas as organizações de trabalho associado e poder popular pós derrocada do socialismo real;

[1] Nascimento (2005), faz uma revisão da história dos movimentos de luta por autogestão muito rica em “Do “BECO dos SAPOS” aos CANAVIAIS de CATENDE”.

1.3. O Caso emblemático de Mondragón

Para complementar a história da luta por autogestão, busca-se exemplificar através da experiência emblemática de cooperativa que resiste ainda hoje: a Corporação Cooperativa de Mondragón, localizada na Espanha, que é o maior complexo cooperativo do mundo.

> [...] combina cooperativas de produção industrial e de serviços comerciais com um banco cooperativo, uma cooperativa de seguro social, uma universidade e diversas cooperativas dedicadas à realização de investigações tecnológicas. O que torna Mondragón ainda mais notável é a aplicação coerente dos princípios do cooperativismo a todas essas sociedades: elas não empregam assalariados, a não ser em caráter excepcional (SINGER, 2002b, p. 98).

A cooperativa de Modragón surge no País Basco, em meio ao franquismo, 1956, sob a iniciativa de um conhecido padre da região chamado Arizmendi. Sua iniciativa provém da criação de uma escola técnica com ideias de economia solidária. Alunos formados na escola adquiriram com a ajuda da comunidade a massa falida de uma fábrica de fogões, transformada em cooperativa, chamada Ulgor. Aproveitando o momento favorável de expansão industrial, a cooperativa cresceu rapidamente e logo outras cooperativas foram surgindo para fornecer insumos à Ulgor. O padre Arizmendi, então, propôs a criação de um grupo cooperativo que organizasse as cooperativas que se integravam na região. Conjeturando posteriormente a Corporação Cooperativa de Mondragón (SINGER, 2002b, p. 99-100).

Vale ressaltar que o sucesso de Mondragón ainda se ampara na criação de um Banco Cooperativo, para garantir a independência frente aos bancos, e um sistema de educação cooperativa, hoje Universidade de Mondragón, logrando um grande investimento em educação e pesquisa. Esses fatores contribuíram para que não se perdesse o caráter solidário da organização, pois o grupo propôs a educação solidária para a comunidade, fazendo com que a idéia se disseminasse e que se possa admitir que a cultura do cooperativismo é hegemônica em grande parte do País Basco (SINGER, 2002b, p103-104).

Hoje as empresas do grupo cooperativo de Mondragón mantêm elevada competitividade no mercado e ajudam a desmistificar o preconceito para com a

democratização das relações do trabalhado frente a necessidade de produtividade. O grupo mantém a luta por autogestão como princípio, buscando disseminar suas ideias de gestão e inovação. Mondragón suscita investigar o potencial que as iniciativas de economia solidária têm apresentado em outras regiões e, em especial, o caso de empresas que faliram e foram recuperadas pelos trabalhadores.

1.4. Contribuições importantes

O pensamento hegemônico não considera que exista qualquer alternativa ao Sistema Capitalista. Neste sentido, Boaventura de Sousa Santos utiliza o conceito de "hermenêutica das emergências", para, apoiado na obra de Polanyi, esclarecer a urgência de lutar por uma globalização contra-hegemônica, afirmando que o Sistema Capitalista com ideologia neoliberal precisa ser reinventado e reorganizado, ao invés de aceito como modelo invariável:

> Our thesis is that the idea of a self-adjusting market implied a stark utopia. Such an institution could not exist for any length of time without annihilating the human and natural substance of society; it would have physically destroyed man and transformed his surroundings into a wildness (POLANYI *apud* SANTOS, 2002, p. 24).

Paralelamente a esse processo "destrutivo", enraizado no neoliberalismo, o sistema capitalista propõe a acumulação e o consumo exagerado como ferramentas de crescimento econômico. Isto posto, olhando para a essência do sistema capitalista, é preciso constatar a existência de crises que promovem grandes problemas para a sociedade de tempos em tempos. As crises do capitalismo são, em última instância, o único método possível na base capitalista, sendo um método normal de solução periódica do conflito entre a capacidade ilimitada de extensão da produção e os estreitos limites do mercado, levando a entender que constituem meios de atiçar e desencadear o desenvolvimento do capital (LUXEMBURGO, 2005, p. 66).

Desde 2008, a economia mundial enfrenta uma das mais fortes crises do modo de produção capitalista, porém, não cabe aqui encontrar causas desta crise, pelo simples fato de que crise é inerente ao próprio sistema. Todavia, vale ressaltar que as turbulências da crise têm possibilitado um novo espectro para o debate

econômico, um espaço que parecia esmagado pelo neoliberalismo, mas que agora se fala em “crise terminal do capitalismo” (BOFF, 2011), levando, portanto, à emergência da emancipação de um novo modelo de desenvolvimento e uma transformação no padrão de produção e consumo.

É neste ponto que Paul Singer (2002b) inicia sua obra “Introdução à Economia Solidária”, fomentando o questionamento sobre a idéia de que o capitalismo já vigora há tanto tempo que se tornou natural - é como se houvesse um consenso entre as pessoas de que a hegemonia do modo de produção capitalista é insuperável -, fazendo uma indagação fundamental : por que um sistema que pressupõe a liberdade e a igualdade tende a promover a desigualdade? A sua proposta é uma sociedade solidária em contrapartida a uma sociedade competitiva; a associação entre iguais ao invés de contratos desiguais.

Este modelo proposto por Singer vem se enraizando no cerne do modo de produção capitalista há mais de dois séculos através das cooperativas e do modelo de autogestão. Segundo Marx, apesar de ser crítico às cooperativas de sua época, em “O Capital” afirma que a forma de associação cooperativa assume o papel de transição na transformação do sistema capitalista.

> As fábricas das cooperativas de trabalhadores, no interior do regime capitalista, são a primeira ruptura da velha forma, embora naturalmente, em sua organização efetiva, por toda parte reproduzam e tenham de reproduzir todos os defeitos do sistema capitalista. Mas dentro delas suprimiu-se a oposição entre capital e trabalho, embora ainda na forma apenas em que são os trabalhadores como associação os capitalistas deles mesmos, isto é, aplicam os meios de produção para explorar o próprio trabalho. Elas mostram como, em certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e das formas sociais de produção correspondentes, novo modo de produção naturalmente desponta e se desenvolve partindo do antigo. Sem o sistema fabril oriundo do modo capitalista de produção, não poderia desenvolver-se a cooperativa industrial dos trabalhadores, e tampouco o poderia ser o sistema de crédito derivado desse modo de produção. Esse sistema, que constitui a base principal para a transformação progressiva das empresas capitalistas privadas em sociedades capitalistas por ações, também proporciona os meios para a expansão progressiva das empresas cooperativas em escala mais ou menos nacional. Tanto as empresas capitalistas por ações quanto as cooperativas industriais dos trabalhadores devem ser consideradas formas de transição entre o modo de capitalista de produção e o modo associado, com a diferença que, num caso, a contradição é superada negativamente e, no outro, de maneira positiva (MARX, 2008, p. 587, Livro III).

Assim sendo, para Haddad (2003) ao observar Marx, as cooperativas (isoladamente) são uma negação insuficientemente negativa para que ocorra uma superação do modo de produção capitalista, pois apesar de negar o principal fundamento do sistema, a propriedade privada, as mesmas estarão sujeitas à concorrência capitalista, portanto não acatam a emergência de nova formação social. Afirma ainda que mantida a anarquia da divisão social do trabalho, os trabalhadores não se livram totalmente da figura do patrão, acabando por reproduzir o sistema de exploração do trabalho sob a forma de autoexploração.

Por outro lado, Haddad (2003) ainda observando Marx, reconhece que dentro dos casos de êxito existentes postulou-se importantes princípios do trabalho cooperativo, contudo, a transformação do sistema depende da conquista do poder público, disseminando um sistema cooperativo em escala nacional que se organize como classe no poder.

Dal Ri e Vieitez (2001, p. 20) complementam estas constatações através de suas interpretações em seu estudo empírico “Trabalho associado”, onde abordam a inserção das Empresas de Autogestão (EAs) no Mercado capitalista. Para eles, a partir do momento em que essas empresas são produtoras de mercadorias, estão sujeitas a várias consequências como a irracionalidade e oscilações do mercado, além de que precisam participar da competição, cujas regras e parâmetros são estabelecidos pelo sistema capitalista. Concluindo que sua existência, em boa parte, é determinada pelas leis de valorização do capital.

Para Rosa Luxemburgo (2005, p. 80), as cooperativas de produção são pela sua essência formas híbridas de produção dentro da economia capitalista: “a pequena produção socializada dentro de uma troca capitalista”. Tendo isso em vista, conclui que, do já exposto por Marx, uma vez tendo que governar-se a si mesmos dentro do espectro da dominação pelos interesses do Capital, a existência dessa contradição leva a morte da cooperativa de produção, ou tornando-se um empresa capitalista, ou, no caso da resistência operária, indo à dissolução.

Diante disso, complementa que existindo a possibilidade de as cooperativas de produção subtraírem artificialmente as leis da livre concorrência, através da cooperativa de consumo, é possível assegurar a sua existência no seio da economia capitalista. Todavia, essa existência somente seria possível em pequenas comunidades, não propondo uma transformação social geral, pelo contrário, uma vez que a economia mundial se diluísse em pequenos grupos locais de produção e

troca, vislumbrar-se-ia por fim o retrocesso a um modelo mercantil da Idade Média. Portanto, enxerga que as cooperativas de produção acabam por existir em geral como anexos das cooperativas de consumo (LUXEMBURGO, 2005, p. 82-83).

Há ainda uma outra visão, que não é contraditória, mas propõe outra forma de superação do modo de produção capitalista, uma forma gradual baseada na disseminação da consciência socialista. Neste caso, as Cooperativas autogestionadas, que buscam uma globalização contra-hegemônica, emergem dentro do sistema capitalista de produção, e sua viabilidade, pelo menos a curto e médio prazo, depende de sua capacidade de sobreviver no espectro da dominação capitalista (SANTOS, 2002, p. 25). Para Singer (1998) as instituições anticapitalistas, aquelas promovidas pelos trabalhadores, podem ser consideradas sementes socialistas plantadas nos poros do Capitalismo, podendo germinar ou sucumbir.

Todo este debate conforma para uma questão de extrema importância, que é o fato de que o espírito cooperativista ou a consciência socialista não surge espontaneamente:

> O anseio pela desalienação pressupõe que as pessoas estejam informadas de que estão alienadas da maioria das decisões que afetam suas vidas e dos seus dependentes. Esta é sem dúvida a primeira grande tarefa de uma educação para o cooperativismo ou para o socialismo. Despertada a consciência da alienação (assim como da exploração, etc) é preciso educar o jovem para competir não só individual mas coletivamemente, mediante participação ativa em cooperativas, sindicatos, centro estudantis, partidos políticos (SINGER, 1998, p. 131).

Portanto, toca-se num importante ponto para que esta forma alternativa de produção convirja para um modelo de emancipação: a questão da revolução cultural com afirmação da solidariedade. Para Herique Novaes (2012, p.180), visualizar o modelo cooperativo, enquanto parte do processo transitório dentro do sistema capitalista, leva a compreensão de que a participação autêntica dos trabalhadores nas decisões das empresas funciona como uma escola em que estes são preparados para tomar o controle da sociedade.

Neste sentido, emerge na discussão a importância da democratização das relações de trabalho nas iniciativas que lutam por autogestão, ficando evidente a importância deste ponto para a transformação da sociedade. A democracia vai se tornando viável à medida que o movimento socialista se fortalece na luta contra as consequências reacionárias da política mundial (LUXEMBURGO, 2005, p. 92-93).

1.5. Autogestão na América Latina e no Brasil

Na América Latina, o trabalho associado tem assumido um importante papel na emancipação sócio econômica de pessoas, promovendo verdadeiras transformações em algumas regiões com uma grande diversidade de facetas. Mas a luta por autogestão na América Latina, em especial nos países do Mercosul, tem origem na luta dos trabalhadores por conservar seus postos de trabalho em períodos de crise econômica e situações críticas, sendo portanto, consequência impensada, a princípio, em contrapartida ao neoliberalismo, ou seja, a alternativa encontrada na luta, além da crítica ao capital, por sobrevivência (RUGGERI, 2014, p. 56).

Para iniciar esta pesquisa neste sentido, primeiramente é preciso entender a importância de pesquisar sobre a América Latina. Esta compreensão parte da assertiva disposta por Ruy Mauro Marini na abertura de sua obra "Subdesenvolvimento e Revolução":

> A história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial. Seu estudo é indispensável para quem deseje compreender a situação que este sistema enfrenta atualmente e as perspectivas que a ele se abrem (MARINI, 2012, p. 47).

Esta história, que diz respeito à formação econômica da região latino-americana, tem seu início no contexto em que Karl Marx denominou fase de acumulação primitiva, a qual fomentou o caminho da construção do sistema capitalista.

> As descobertas de ouro e prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os albores da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são fatores fundamentais da acumulação primitiva (MARX, 2008, p. 864, Livro I).

Foram os navios europeus que seguiam rumo ao velho mundo desde as novas terras americanas, à época dos primórdios do Sistema Colonial, que configuraram o primeiro grande episódio da criação capitalista. Segundo Villar, a revolução dos preços na Europa se estabeleceu em consequência aos incessantes carregamentos de metais preciosos oriundos do novo mundo, formatando uma

inflação exponencial nos preços das mercadorias. Em contrapartida, os salários não acompanharam a elevação dos preços, causando uma “inflação de lucros” aos comerciantes e produtores. Portando, foi a relativa redução dos salários dos trabalhadores europeus que possibilitou o avanço produtivo, pois facilitou o lucro capitalista (VILLAR, 1975, p. 41).

O que se destaca, deste acontecimento histórico, repousa no fato de que essa baixa relativa dos salários na Europa só foi possível porque a extração de metais preciosos no Novo Mundo tinha o formato da superexploração da força de trabalho nativa, ou seja, o custo de produzir metais preciosos na América era muito baixo, pois os colonizadores se apropriavam do trabalho por meio da força ou das baixas remunerações. Esta constatação conduz ao fato de que os metais preciosos chegavam à Europa abaixo do preço institucionalizado, aquele que regia as explorações preexistentes.

Este é o quadro fundamental da acumulação primitiva capitalista, que não pode ser delimitada apenas pela simples transferência de metais preciosos. Capoche utiliza uma metáfora de Jorge Basadre para explicar este fato: *“No es Plata lo que se lleva a España, sino Sudor y Sangre de Indios”* (CAPOCHE, 1959, p. 25).

Este é o ponto de partida da formação econômica da América Latina, que fundado neste Sistema Colonial, constituiu-se inserida no panorama integrado da dominação imperialista como ferramenta de exploração em prol do desenvolvimento capitalista mundial.

Com este contexto, olhar para a América Latina contemporânea, verifica-se um momento de transformação, que se configura como um processo. Este processo está enraizado na necessidade histórica de combater a miséria do povo latino-americano, porém toma proporções que vão além da possibilidade de erradicação da pobreza.

Neste sentido, ao avaliar as políticas sociais implementadas recentemente no Brasil, Francisco de Oliveira entende que: “as políticas assistencialistas [...] são na verdade políticas de funcionalização da pobreza” (*apud* GENNARI, 2011, p. 43). Esta denominação condiz com o fato de que não ocorre um efetivo processo de distribuição de renda no país, não há propostas que têm o objetivo de incluir a massa miserável do povo brasileiro e muito menos tocar no assunto da reforma agrária, a fim de reestruturar a secular questão fundiária (GENNARI, 2011, p. 43).

Entretanto, essas mesmas políticas assistencialistas dos governos de “esquerda”, “nova esquerda”, “populares”, “bolivarianos”, ou qualquer outra denominação, estão promovendo uma reconfiguração das bases sociais na América Latina, apesar de não romper com a desigualdade. Essa “funcionalização da pobreza”, apesar de ser uma crítica plausível do modelo adotado, ao mesmo tempo parece ser o ponto de partida capaz de criar o espaço para que iniciativas de emancipação econômica se tornem uma realidade, uma vez que, mesmo que minimamente há algum tipo de inclusão social da massa mais miserável da população.

Por exemplo, o chamado bolivarianismo, parece enxergar estas possibilidades, como aponta Mészáros:

> É completamente impossível empenhar-se hoje na grande tarefa histórica da erradicação do capital, orientada de modo positivo para um futuro sustentável, sem ativar todos os recursos do espírito de *determinação radical*, em consonância com as exigências de nossa época, como Bolívar fez da forma que pôde de acordo com as circunstâncias de seu próprio tempo. É de fato verdade que, agora, chegou a hora da realização dos objetivos bolivarianos em sua perspectiva mais ampla, como o presidente Chávez vem defendendo há algum tempo. É por isso que os propagandistas do capital que usam a expressão *projeto bolivariano* entre sarcásticas aspas fazem apenas papel de tolos. A *continuidade histórica* não significa uma repetição mecânica, mas uma *renovação criativa* no sentido mais profundo do termo. Assim, dizer que chegou a hora da realização dos objetivos bolivarianos – no sentido de que devem ser atualizadas de acordo com nossas próprias condições históricas, com toda a sua urgência premente e com um significado claramente identificável também para o resto do mundo -, significa precisamente que se deve dar um sentido *socialista* às transformações radicais previstas, se estivermos verdadeiramente interessados em implementá-las (MÉSZAROS, 2009, p. 97).

Esta assertiva contribui para a emergência de se estudar as transformações atuais no cenário latino-americano. Se tomarmos, neste sentido, o posicionamento dos países em que a chamada “esquerda” chegou ao poder, que aqui será convencionado chamar de “nova esquerda” – é “nova” pois se tratam de governos em que a esquerda clássica praticamente fora abandonada e que seguem um novo paradigma de políticas: alinhadas com a questão social sem desintegrar o interesse do Capital -, é possível visualizar uma nova estrutura para a região, em que o seu significado se dá no presente em que vivemos. Nesta conjuntura, a América Latina

tem apresentado exemplos de autogestão que se destacam na luta por emancipação econômica e social de milhares de pessoas.

O fio condutor desta pesquisa encontra-se no caso de empresas recuperadas pelos trabalhadores (ERTs) no Brasil, mas vale destacar que esta prática tem se disseminado em vários países da região, em especial na Argentina, que conta com mais de 200 experiências, abrangendo mais de 9400 pessoas, somando força na luta pela autogestão, tendo como grande paradigma a Fábrica sem Patrão Zanon, em Neuquén. (RUGGERI, 2012).

Outro exemplo emblemático se dá nos mutirões habitacionais que ocorrem em vários países da região e que tem como grande exemplo a FUCVAM (*Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivenda por Ayuda Mutua*) no Uruguai. A FUCVAM apresenta um modelo de construção de casas populares com o apoio do Estado, que disponibiliza o financiamento e supervisiona o processo, mas que fundamentalmente existe pelo esforço dos próprios trabalhadores que aportam sua mão de obra e fazem a gestão do processo. O êxito deste modelo, que já dura mais de 40 anos, construiu mais de quatorze mil casas populares e está organizado em mais de cem cooperativas, reside no fato de que em grande medida a organização cooperativa esta amparada em princípios de autogestão e na ajuda mútua entre os envolvidos no processo (NAHOUM, 2012). Cabe salientar que a FUCVAM foi a primeira organização invadida pela ditadura uruguaia, tamanho o seu potencial anticapital.

Na Venezuela, especificamente, há a ascensão da denominação de propriedade coletiva, com a promoção do Estado a fim de contribuir para uma economia solidária e humana. A idéia surge em 2005, a partir da visualização da necessidade de ampliar a democratização do capital no país, propondo a criação de Empresas de Produção Social, as quais têm orientação para que a produção valorize o benefício social em vez de ser guiada pela lógica capitalista, chegando à conclusão de que, para suprir o objetivo desta orientação, era necessário que as empresas fossem controladas pelos trabalhadores em conjunto com a sociedade, especialmente nas comunidades onde tenham mais impacto. Ou seja, o objetivo principal deste modelo é fomentar a integração destas empresas sociais com a comunidade, uma vez que, por exemplo, são os conselhos comunais, que têm grande identificação com a população, os responsáveis por decidir quem são os trabalhadores que atuarão na empresa (AZZELLINI, 2012).

Por fim, uma das formas mais comuns de se lutar por “autogestão” se apresenta sob a forma de cooperativas de catadores e reciclagem. Em toda América Latina é muito disseminada esta prática, com elevado volume de debate arraigado no tema. Trata-se, sobretudo, da inclusão, em alguma medida, de pessoas ora completamente excluídas de qualquer possibilidade de sobrevivência. Entretanto, a realidade de “sobreviver do lixo” ainda é muito cruel e o caminho para emancipação social se depara com dilemas enormes, o que não invalidade a realidade de que muitas experiências têm transformado a vida de muitas pessoas (RODRÍGUEZ, C., 2002).

Estes são exemplos contemporâneos de luta por autogestão que fazem parte do cenário latino-americano. Esta luta não é de agora, em toda história da região vários experimentos e episódios já abordavam esta intenção de transformação para emancipação social e democratização das relações de trabalho. Vale apontar alguns exemplos que demonstram o potencial da luta das massas de pessoas na busca por transformação social.

O experimento que, para alguns autores é até reconhecido como a primeira experiência de cooperativa do mundo, muito antes de Rochdale, é a chamada República Guarani que existiu por mais de 150 anos entre os séculos XVII e XVIII. Trata-se de uma organização social que versa sobre a cultura Guarani e a ação das missões jesuítas, em que esta conjunção esboçou o “triunfo da humanidade” na palavras de Voltaire. O triunfo desta sociedade se dava pela aplicação dos princípios cristãos, com o respeito à natureza dos Guaranis, propondo uma sociedade harmônica, em que não havia propriedade privada, não havia classes, o indivíduo era valorizado dentro de uma lógica coletiva e a educação era fator fundamental de reprodução da cultura das missões. A igualdade de condições era fator fundamental para o bem estar social, a cooperação e o trabalho solidário organizavam a produção que logo se mostrou muito eficiente e a liberdade era a base para proteção dos direitos individuais (OLIVEIRA, 2012).

Apesar do massacre sofrido por estas comunidades e da expulsão dos jesuítas, o experimento da chamada República Guarani, ainda hoje é tratado como uma alternativa às necessidades de desenvolvimento humano sustentável, sobrevivendo em algumas culturas da região sul do Brasil, Paraguai e parte da Argentina. Por sua vez, os jesuítas que foram expulsos das missões se refugiaram em regiões próximas às Rússia, levando a extraordinária experiência Guarani para a

Europa e seus ensinamentos podem ser considerados como uma das bases da formação da doutrina socialista (OLIVEIRA, 2012).

Ainda no século XVII, outro caso emblemático de resistência se dá no chamado Quilombo dos Palmares, em que milhares de negros escravos encontraram refúgio na zona da mata pernambucana e alagoana. O traço da luta e de união era a o desejo de liberdade e a organização social e produtiva se baseava numa Oligarquia liderada por um rei, aos moldes de muitos Estados negros que existiam na África. Entretanto, a resistência de Palmares, de acordo com as condições históricas a que estavam expostos aqueles homens, foi uma luta gloriosa que estremeceu o poder colonial, pois conduziu a formação de uma grande sociedade baseada no uso coletiva da terra de forma solidária, garantindo uma condição de vida digna e gerando incentivo para que outros negros fugissem para o mato a fim de encontrar a liberdade no quilombo. A região era muito rica em rios, além de uma extensa diversidade na fauna e flora, o que permitia que os negros retirassem seu sustento da mata (CARNEIRO, 1958).

O quilombo dos Palmares era formado por diversos povoados autônomos, onde cada um tinha um chefe, escolhido por mérito: força, inteligência e destreza. Porém, este chefe estava submetido a um conselho e os problemas cruciais eram decididos em assembleias que reuniam todos os habitantes, propondo a igualdade civil e política entre os membros (FREITAS, 1978, p.47).

Foi quase um século de resistência, sobrevivendo a diversas investidas, tanto dos holandeses quanto dos portugueses, para derrubar o Quilombo. O grande líder, Zumbi, virou uma espécie de mito entre os escravos que desejavam fugir para o quilombo, inspirados por sua determinação em lutar por seu povo. Mas a força brutal do Estado por fim encontrou meios e conseguiu destruir a resistência negra e assassinar Zumbi dos Palmares. Apesar disso, a história de luta, mesmo que se tente na história das classes dominantes diminuí-la, permanece viva na memória dos subjugados, sendo importante fonte de inspiração para os movimentos sociais no Brasil.

Com a imigração europeia para a América do Sul em fins do século XIX, muitas colônias se organizaram em várias regiões do continente. No Brasil muitas delas organizaram sociedades baseadas em princípios cooperativos, solidários, anarquistas e etc. Destaca-se a Colônia Cecília no Paraná, onde um grupo de anarquistas italianos propôs a formação de uma sociedade livre, sem propriedade

privada, com trabalho coletivo e amor livre. Tratou-se de um experimento baseado nas teorias de seu fundador Giovanni Rossi, e por fim, por não alcançar uma condição de vida favorável aos imigrantes, não durou mais do que 4 anos. No entanto, entrou para o imaginário do pensamento crítico ao capitalismo (FELICI, 2010).

No Andes, o trabalho coletivo já se apresentava desde as comunidades pré colombianas. O império Inca propunha uma forma de trabalho coletivo às comunidades da região, sob a organização de ayllus. Esses ayllus até hoje se apresentam como uma forma de organização do trabalho em algumas partes do Altiplano Andino, buscando uma forma de democratização das relações de trabalho.

> O Estado Inca era uma organização autoritária e benevolente, baseada em princípios racionais de igualdade e justiça. Proibindo a propriedade privada, o Estado distribuía bens e serviços por meio de impostos que chegavam a até dois terços da produção do campesinato andino. Os camponeses, por sua vez, eram organizados hierarquicamente em grupos de dez, cem e assim por diante. O império era dividido administrativamente em quatro regiões basicamente homogêneas e dirigido por uma burocracia estatal dependente dos Incas. Essa burocracia estatal associava-se aos chefes do Estado por meio de grupos clânicos. Uma religião estatal que enfatizava as virtudes cívicas e inteiramente sincrética em relação a todas as religiões precedentes era o instrumento que garantia o consenso (KLEIN, 1991, p. 21).

Este passado andino, quase apagado pelo massacre colonial, não perdeu sua força e inevitavelmente há uma constante história de luta e resistência na região. Na Bolívia, em 1952, uma Revolução dos trabalhadores propôs o controle operário no país, com reforma agrária e nacionalização da riqueza em minérios sob controle operário, com ascensão da COB (*Central Obrera Boliviana*). Em 1971, foi implanta na cidade de La Paz uma Assembleia Popular que objetivava o auto-governo dos trabalhadores, num episódio que também é chamado de “a Comuna de La Paz”, que, assim como a Revolução de 1952, foi dizimada por um golpe militar (ANDRADE, 2007).

No Peru, em 1968, o General Nacionalista Alvarado propõe a propriedade social e o trabalho coletivo, que levou, por exemplo, à Reforma Agrária, sob forte influência das ideias de Mariátegui (NASCIMENTO, 2005).

Na América Central, sem falar a respeito da Revolução Cubana, na Nicarágua e na Guatemala dos anos de 1940 e 1950, surgiram inúmeras experiências que

tinham como fundamento o trabalho e a propriedade coletiva. Na Guatemala, os avanços sociais promovidos pelo Estado desde a revolução de 1944 e constituição de 1945, como a reforma agrária, provocou a ira de membros da elite, que acusava o governo de ser comunista. O que levou em 1954 a um duro golpe patrocinado pelos EUA que derrubou o governo e provocou uma guerra civil no país e durou até 1996 (COELHO, 2011).

O momento pós segunda guerra, num cenário de Guerra Fria, movimentou as lutas políticas em todo o Continente, tendo uma grande expressão no movimento chileno, em que a Unidade Popular (UP), com a figura de Salvador Allende, chegou ao poder, passando a organizar uma nova sociedade no caminho do socialismo. Neste cenário, a luta por autogestão se apresenta em sua forma mais completa até então vista nos chamados “Cordões Industriais”.

Nascimento (2005) aponta os “Cordões Industriais” como a expressão mais dinâmica e vigorosa do poder popular. O objetivo era deixar o controle da produção e distribuição sob comando dos trabalhadores, constituindo organismos mais amplos que englobavam a população dos bairros, estudantes, camponeses e organizações de vizinhos, que junto aos operários formavam o Comando Comunal.

A formação dos Cordões Industriais chegou a ter, em 1972, por 26 dias, a totalidade das fábricas chilenas sob o comando do Comando Comunal, sendo marcado na história como o outubro chileno. Posteriormente, as fábricas voltaram ao controle dos patrões, mas já não fazia sentido a gestão sob a pressão burguesa e os Cordões Industriais seguiam pressionando no sentido de socialização da produção. Este movimento gerou uma ação reacionária da direita chilena que caminhou vertiginosamente para o golpe de 11 de setembro de 1973, acabando com todo o projeto da UP (NASCIMENTO, 2005).

Na Argentina, anos antes, um movimento de luta por autogestão provocou uma verdadeira transformação na Resistencia Operária, no episódio conhecido como *Cordobazos*, em maio de 1968. O episódio foi marcado pela ação direta dos trabalhadores na ocupação de fábricas, estabelecendo uma nova configuração do movimento sindical, com olhos para a luta de classes, através das comissões de fábrica (NASCIMENTO, 2005). Nos anos posteriores, as ocupações se tornam recorrentes até o Golpe Militar de 1976, com forte movimento em 1973, tendo, como

aponta Henriques (2013), sua característica principal na aliança entre diversos setores da sociedade para lutarem de forma conjunta, uma herança dos *Cordobazos* que convencionou-se chamar de sindicalismo classista.

No Brasil, o movimento Operário se apresenta forte a partir dos anos de 1970, culminando com greves Gerais nos anos de 1980 e posteriormente levando o Partido dos Trabalhadores à Presidência da República em 2002. Para ilustrar a luta por autogestão no Brasil e finalizar este tópico, vale mencionar as ligas camponesas que formataram um modelo de resistência no momento pré golpe militar, em 1964.

As Ligas Camponesas foram criadas na segunda metade dos anos de 1940, pelo Partido Comunista, sem muita expressividade, porém sempre muito vigiadas. Num segundo momento, a luta no campo no Nordeste em meados dos anos de 1950 assiste a uma crescente expansão, a partir da aliança de uma organização camponesa com o Deputado Francisco Julião do Partido Socialista Brasileiro (PSB). A aliança engajou as ligas camponesas num movimento de resistência que se tornou paradigmático naquele momento histórico, atraindo olhares internacionais e postulando o medo do comunismo na região (MONTENEGRO, 2004).

As ligas camponesas eram organizações dos trabalhadores do campo a fim de se precaverem das mazelas da fome e da miséria, através de uma aliança solidária entre os trabalhadores para a sobrevivência em momentos de dificuldade. Concomitantemente, o medo do comunismo que se alastrava pelas elites nacionais, fundamentalmente num momento de Guerra Fria e após o sucesso da Revolução Cubana, passou a olhar com atenção para essas organizações. Este cenário provocou o conflito em engenhos da região de Pernambuco e possibilitou a aliança com o deputado Francisco Julião, elevando a margem de desconfiança nacional e internacional (MONTENEGRO, 2004).

As ligas camponesas, assim como outras diversas iniciativas de luta por autogestão, algumas aqui apresentadas, são por fim movimentos de resistência e de luta por uma emancipação social, algo que incinera a relação de classes e provoca a ira do Capital. Sempre sobrevivendo na memória da luta de classes e gerando frutos que vão se expandindo na sociedade e deixando suas marcas na sociedade.

Por fim, assim como foi elaborado para o contexto global, neste ponto apresenta-se um esquema para facilitar a visualização dos longos ciclos da autogestão na América Latina, tendo em vista a particularidade das condições históricas que se desenvolvem de forma diversa no "novo mundo"[2]:

a) Autogestão embrionária;
b) Autogestão no período de transição para capitalismo;
c) Autogestão no período das grandes imigrações: Configurada na maioria por anarquistas - Caso da Colônia Cecília;
d) Autogestão revolucionária: Organizações associadas antes das ditaduras militares século XX até década de 1950 – caso das ligas camponesas;
e) Autogestão de resistência: Luta nos países latino americanos pós revolução cubana nas décadas de 1960 e 1970 – caso do sindicalismo no Brasil;
f) Autogestão no período neoliberal: resistência operária frente as degradações das condições de trabalho pós queda das Ditaduras Militares, décadas de 1980 e 1990 – Caso da Usina Catende;
g) Autogestão no período da nova esquerda: institucionalização da economia solidária;

1.6. O Contexto da falência e recuperação das empresas

O fenômeno da recuperação de empresas pelos trabalhadores se dá num cenário de crise e falência da empresa, que em geral, o "patrão" deixa de cumprir suas obrigações de salário, promovendo uma situação crítica para os trabalhadores, que na iminência da fome, cobram uma solução. O total desamparo dos patrões leva os trabalhadores à emergência de agir no coletivo com os outros trabalhadores em situação similar, conduzindo a formação de conselhos que passam a tomar o controle da gestão da empresa.

O olhar aqui traçado para apresentar o contexto em que emergem estas experiências será restrito ao Brasil tendo em vista os casos que serão abordados no próximo capítulo. Como na Argentina acontece um forte movimento de empresas

[2] Importante ressaltar que este esquema tem a função de facilitar a visualização dos movimentos. Não reflete plenamente o período em que todas as manifestações de determinado ciclo ocorreram.

recuperadas, no qual o movimento brasileiro sempre está observando e debatendo, inevitavelmente far-se-á referência a esta conjuntura.

Nos anos de 1980 tem-se notícia no Brasil dos primeiros casos de ERTs, ainda antes de eclodir a crise do modelo neoliberal. O primeiro deles é o caso da Cooperativa Mista dos Têxteis do Rio Grande Norte (COMTERN) que surge da conquista do maquinário e do galpão de uma empresa têxtil falida na cidade de Natal no Rio Grande do Norte, através de leilão pelo passivo trabalhista, em 1982. Ainda na mesma década outros casos vão emergindo como as empresas Walling Sul, a fábrica de máquinas de escrever Remington e da companhia Brasileira Carbonífera Araranguá (CBCA) em Criciúma, originando a COOPERMINAS (HENRIQUES, 2013, p. 143).

Este cenário dos anos de 1980 está muito ligado ao movimento sindical que ganhava força no período, porém, o estopim que apresenta o cenário que conduz ao acirramento da luta de classes se dá com a crise apresentada pelo modelo neoliberal, a partir dos anos de 1990. Para Singer:

> [...] o neoliberalismo não passa de uma reação da classe capitalista ao impasse da estagflação. Esta resultou do descompasso entre o poder que a classe trabalhadora adquiriu de impor aumentos de salários e não-responsabilidade dos trabalhadores pela condução das empresas e da economia. O pleno emprego dos anos dourados deu ao operariado poder de pressão por ganhos pecuniários, mas não lhes deu informações confiáveis sobre o real estado da economia e sobre a capacidade das empresas absorverem os custos decorrentes dos aumentos reivindicados. O neoliberalismo “resolveu” o problema, eliminando o poder de pressão dos trabalhadores. Manteve-os na ignorância e devolveu-os à impotência (SINGER, 1998, p. 176-177).

Nestes termos, temos claro que o impasse neoliberal se articula no sentido de pressionar os trabalhadores a fim de culpa-los pelas mazelas econômicas pungentes no fim da década de 1980 e inicio de 1990. Consequentemente, a condução política nesta linha resultou num acirramento da crise, com degradação das condições de trabalho e falência de empresas.

Este movimento vai ficando claro no decorrer da década de 1990, sobretudo com a abertura comercial e financeira, levando à falência muitas empresas nacionais, o que produz um movimento de reação na classe trabalhadora, a fim da manutenção de seus postos de trabalho, emergindo vários casos de ERTs. Nesta circunstância, em 1994, é fundada a ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária), que atua no

sentido de auxiliar a luta pela recuperação de novas empresas, além da formação e estruturação das mesmas depois de estarem legalizadas sob o controle dos trabalhadores e, paralelamente, surgem os primeiros fóruns de Economia Solidária (HENRIQUES, 2013, p. 143).

É este o contexto que formata a conjuntura que vai da falência à recuperação de empresas por trabalhadores. No decorrer do fim do século XX e início do século XXI este cenário vai se acirrando, e a cada crise apresentada pelo sistema a degradação das condições de trabalho vai apertando, o arrocho parece tomar corpo e a luta dos trabalhadores vai ganhando força. Uma parte desta luta mostra sua cara através da ocupação de empresas, que apesar do pequeno peso econômico, têm um potencial político elevado.

Com a ascensão ao poder de partidos ligados ao movimento operário no Brasil e em quase toda América Latina, a nova esquerda, esta luta esteve contida, uma vez que se propôs em alguma medida um avanço social. Com crise de 2008, o cenário de arrocho tem mostrado sua cara mais uma vez, levando o Partido dos Trabalhadores a perder legitimidade junto a parte da população, a luta parece tornar à pauta e casos de ERTs voltam a se apresentar como alternativa.

No próximo capítulo é proposta a observação mais próxima das ERTs, buscando focalizar nos processos que condizem com a conceptualização da autogestão aqui apresentada e fazendo o diálogo com a história da luta por autogestão através de um estudo empírico em duas experiências para avaliar a percepção de trabalhadores envolvidos nestes processos.

Capítulo 2: As empresas recuperadas pelos trabalhadores

Segundo estudo do Grupo de Pesquisa em Empresas Recuperadas per Trabalhadores (GPERT), o mais completo estudo sobre ERTs realizado no Brasil, existem no país, 67 empresas sob o controle operário que passaram pelo processo de recuperação (ANEXO 1). Neste universo, o ramo de atividade das empresas é diverso: 30 da metalurgia, 11 do têxtil, 9 do alimentício, 7 da indústria química e de plástico, 2 da hotelaria, 2 da indústria sucroalcooleira, 1 na educação, 1 na cerâmica, 1 no papel, 1 no calçado, 1 na mineração e 1 no moveleiro; e a concentração maior de ERTs está nas regiões Sul e Sudeste (HENRIQUES et al., 2014, p. 39).

Este estudo apresentou um panorama geral das ERTs no Brasil, possibilitando verificar quão diverso é o universo em que os trabalhadores têm encontrado a alternativa para manutenção de seus postos de trabalho na luta por autogestão. Nesta pesquisa cabe observar como está discutido na literatura e como os trabalhadores percebem este processo de Recuperação e manutenção do funcionamento da empresa.

As ERTs são um processo social e econômico que tem na sua formatação e origem a existência de uma empresa nos moldes capitalistas, cujo processo de falência levou os trabalhadores a resistirem por seus postos de trabalho na luta por autogestão. Este conceito de ERT, que emerge na Argentina, é a forma como os próprios trabalhadores, sujeitos protagonistas da história, denominam os empreendimentos, uma vez que sinaliza a ocupação de uma empresa preexistente (RUGGERI, 2014, p.18).

Para além da luta por autogestão, por conseguinte, as experiências de ERTs representam de fato um movimento de resistência, um processo de luta que não se alinha necessariamente a aspirações socialistas, todavia às vezes chegando a esse ponto, mas partindo, de fato, da necessidade de sobrevivência às mazelas da organização capitalista de produção, encontrando na coletividade a alternativa adequada para enfrentar a fome e a miséria.

Depois de estabelecida, a ERT é como qualquer outra empresa tradicional, faz parte do metabolismo social através da divisão do trabalho, ou seja, uma vez participando do sistema de trocas, engendra relações de trabalho internas e externas a ela. Sua integração com o sistema, por sua vez, é ambígua, pois muitas de suas atividades reiteram a natureza do sistema, outras negam, introduzindo transformações radicais em aspectos econômicos-sociais que são fundamentais para a reprodução das regras do mercado (DAL RI & VIEITEZ, 2001, p.19).

Este processo se trata, portanto, de uma transformação na estrutura de determinada unidade produtiva, desde a propriedade dos meios de produção, passando pela relação de poder e estabelecendo novas relações com a sociedade. Desta forma, este capítulo almeja expor como essa nova situação da estrutura produtiva esta sendo enxergada dentro do contexto da luta por autogestão e apresentar os resultados obtidos acerca da percepção dos trabalhadores em dois estudos de caso realizados: na Fábrica Ocupada Flaskô – em Sumaré/SP e na Usina Catende- Catende/PE.

2.1. A propriedade coletiva

A questão da propriedade é essencial para iniciar a discussão sobre autogestão. Marx (2008) apresenta que esta é a “primeira ruptura com a velha forma”, ou seja, a não existência da relação de classes, capital e trabalho, dentro da unidade produtiva, mesmo que os trabalhadores venham a reproduzir a lógica de exploração sobre eles mesmos, representa de fato um passo importante para proposição de uma forma alternativa de produção.

No caso das ERTs este passo tem uma relevância e uma complexidade ainda maior, tendo em vista que não se trata da construção de algo novo sem a alienação dos meios de produção, mas sim da desconstrução de um conceito já estabelecido. Os trabalhadores se vêm na iminência de romper com a lógica do explorador e explorado no mesmo cenário em que por anos foram submetidos às regras da relação capital trabalho. Este detalhe muitas vezes é um entrave para o avanço da democratização e estabilização do empreendimento.

Por isso, os trabalhadores insistem em repetir que a ocupação e funcionamento da ERT sob controle operário não foi um situação desejada por eles, uma vez que, pela necessidade de conservar seus empregos e alimentar suas famílias, foram forçados a organizar esta ação. Portanto, não existe um caráter agressivo e consciente organizado pelos trabalhadores contra o sistema de propriedade privada (RUGGERI, 2014, p. 21).

Para Dal Ri & Vieitz (2001), a idéia corrente de que os trabalhadores associados são os novos donos do negócio não é totalmente correta. No limite, o único bem que realmente conta para os trabalhadores é o fato de serem membros de uma comunidade de trabalho. Mesmo assim, essa transformação diferencia a ERT da empresa tradicional, esta que acumula excedentes por uma classe social em oposição a outra. Na ERT o que move os trabalhadores é “a reprodução da comunidade de trabalho em si mesma, ou seja, a criação, manutenção e reprodução dos postos de trabalho e consequente produção e distribuição de renda, tendo em vista a obtenção de valor de uso” (p. 60).

Importante notar que na maioria das ERTs a luta dos trabalhadores não foi contra o patrão e muito menos houve resistência dos empresários contra a perda da propriedade, tendo em vista que os mesmos desapareceram depois do processo de falência, precarização e sucateamento da unidade produtiva. Trata-se, por conseguinte, de uma luta contra os mecanismos previstos em lei para a liquidação dos bens das empresas quebradas e contra um sistema judiciário repressivo (RUGGERI, 2014, p. 21).

Nestes termos, há uma certa resistência dos trabalhadores a assumirem a propriedade coletiva dos meios de produção por meio de cooperativas, por um lado porque para isso devem abdicar do passivo trabalhista que foi deixado pelo antigo patrão e, por outro lado, como identifica Henriques (2013) ao observar a recuperação da Fábrica Zanon na Argentina, a propriedade pode significar um aburguesamento das relações de trabalho e perda da identificação operária.

Alguns casos de ERTs almejam uma solução para esse impasse através da busca de apoio no governo para que a empresa seja estatizada sob o controle operário, outros administram a massa falida da empresa e outros tomam a propriedade coletiva através das cooperativas. Entretanto, o que fica explicito com relação à propriedade dos meios de produção, independente da forma jurídica assumida para que os trabalhadores organizem a produção, é que a figura do patrão

está extinta nas relações sociais que ocorrem dentro da unidade produtiva: ora abandonada pelo capitalista, e agora sobre gestão dos trabalhadores.

Uma vez que a figura do patrão desaparece, as relações de produção assumem um novo caráter que possibilita outro espectro de organização social dentro da empresa. Todavia, esbarra na cultura de trabalho estabelecida, e muitas vezes, a ausência de patrão constitui uma situação conflituosa para os trabalhadores, que estavam acostumados à subordinação e passam a ter que tomar decisões importantes para o processo de produção, o que faz com que o projeto de recuperação da empresa seja abandonado por muitos trabalhadores.

Apesar disso, vale ressaltar que é a partir do rompimento deste pilar das relações de produção, em que a figura do patrão desaparece, que é possibilitado o processo de transformação da empresa tradicional em ERT. Ao mesmo tempo, deve-se ter em mente que não se trata da expropriação do capitalista pelos trabalhadores, ou seja, não se observa uma insurgência operária ou revolução. As ERTs se fundam, em geral, na expropriação do patrão de sua propriedade pelo próprio mercado. À medida que não é uma empresa vencedora nas regras do jogo do mercado e, portanto, não obtém lucro ou apresenta prejuízo, a melhor opção para um proprietário típico capitalista de países em desenvolvimento é abandonar a unidade produtiva à própria sorte, evitando ônus noutra parte de seu patrimônio.

O papel dos trabalhadores, portanto, é cravado numa luta de resistência, a busca da manutenção de seus postos de trabalho e renda contra a lógica da ampliação do exército industrial de reserva, uma vez que esta é a alternativa vislumbrada quando da falência das empresas. Assim sendo, a questão da propriedade aparece de forma muito incerta, Ruggeri (2014) aponta que há quem acredite, dentro dos movimentos dos trabalhadores, que não há força para avançar para a propriedade coletiva e social, e, portanto, o “limbo” jurídico a que estão submetidas grande parte das ERTs é, por hora, a melhor condição, porque ao avançar a reinvindicação da propriedade para os trabalhadores é possível que as esferas do poder coloquem em xeque a existência do controle operário.

> *En la mayoría de los casos, funcionando bajo formas cooperativas pero com um almplio espectro de situaciones legales en cuando a la propriedade, desde la simple ocupación de las instalaciones hasta inciertas expropriaciones temporárias y escasas compras em remates de los inmuebles y maquinarias, los trabajadores deben contentarse com el control de los médios de producción, em lugar de su propriedade. Lo que, por lo menos hasta ahora, parece ser*

> *suficiente, aunque deja margen para futuros intentos de reprivatización de las empresas* (RUGGERI, 2014, p. 77).

Este é o cenário do rompimento do pilar da propriedade privada dos meios de produção dentro das chamadas ERTs, que, apesar de controverso, abre um universo de possibilidades da luta por autogestão, em que a ação dos trabalhadores em consonância com movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos, tem criado verdadeiros laboratórios de alternativas à organização social do trabalho e favorecido a construção do conhecimento ou consciência operária.

2.2. A socialização do poder

Uma vez que a figura do patrão está extinta das relações sociais dentro da unidade produtiva, passa-se a pensar no processo de transformação da produção para as formas autogestionárias. O que implica a necessidade de importantes mudanças na organização do processo de trabalho. Há uma diversidade de transformações adotadas no universo das experiências de ERTs, inclusive a reprodução de velhas formas de produção ou organização, assim como era na época patronal, mas obrigatoriamente, como diz Ruggeri (2014), é fundamental suprir a ausência dos capatazes e chefes.

Dal Ri & Vieitez (2001) apontam que neste processo fica evidenciada a emergência de um trabalhador coletivo autogestionário que apresenta características distintas das usuais.

> Isso pode ser constatado por meio de diferentes tipos de manifestações. O absenteísmo ao trabalho é baixo ou desaparece. Há uma maior responsabilidade para com as tarefas e patrimônio da empresa. Quando necessário, os associados prontificam-se a trabalhar para além da jornada de trabalho. Nos anos iniciais de implantação da autogestão, os associados demonstram desprendimento no que tange a proventos e outros benefícios em prol da sobrevivência das EAs [Empresas Autogestionárias]. E, por último, há uma sociabilidade e identidade autogestionárias em desenvolvimento (DAL RI & VIEITEZ, 2001, p. 80).

Nestes termos, pensar o desenvolvimento desta sociabilidade e identidade autogestionárias remete ao cerne de muitas reflexões revolucionárias: uma revolução não é autêntica se não for capaz de criar um “homem novo”. Para Rousseau este fato se trava na construção de um verdadeiro cidadão, em que “a

vontade geral, racional, domina a particularidade estreita das paixões egoístas". Marx, nos Manuscritos de 1884, apresenta que a determinação dos operários comunistas os colocavam no patamar de portadores do futuro, quando "a fraternidade humana não é uma palavra vã" e para quem a sociedade representa um fim em si. Lenin afirmava que o comunismo tenderia a criar uma nova geração de homens livre, homens estes que respeitam a organização da vida social sem necessidade de violência, submissão ou coação (LOWY, 2003, p.41-42).

No pensamento de Che Guevara, Lowy aponta:

> [...] a tarefa suprema e última da revolução era criar um homem novo, um homem comunista, negação dialética do indivíduo da sociedade capitalista, transformado em homem-mercadoria alienado, ou capaz de se tornar, graças ao maquinismo imperialista, um animal carniceiro, um "homem-lobo" em uma "sociedade de lobos". E porque a sociedade burguesa é baseada, em última análise, na lei da selva, só o malogro dos outros permite o êxito; é uma sociedade em que objetivamente, necessariamente, inevitavelmente, quaisquer que sejam as "boas vontades", cristãs ou outras, o homem é inimigo do homem (LOWY, 2003, p. 42).

Na obra de Meszáros (2009), seu avanço nesta discussão se dá no que tange a idéia de que há um espírito de determinação radical que converge para o enfrentamento do sociometabolismo do capital. O espírito de determinação radical não pode se dissociar de um empenho ilimitado - condição elementar exigida para enfrentar os perigosos desenvolvimentos históricos - a fim de instaurar a aspirada "alternativa hegemônica à lei do capital, esta cada vez mais aventureirista e destrutiva".

Isto posto, olhando de volta para as ERTs, vislumbra-se que o homem que tem construído as experiências de controle operário em unidades produtivas tem, de acordo com as condições materiais a que está exposto, desenvolvido de fato um nível de consciência coletiva. Um espírito de determinação radical, que, apesar de ter um mote ainda individual, na manutenção de seu posto de trabalho, vai convergindo para a coletividade a partir do aprendizado com a gestão dos trabalhadores.

É na Gestão dos trabalhadores que se observa a democratização das relações de trabalho, e é essa prática democrática que possibilita o desenvolvimento desta consciência operária. Rosa Luxemburgo explicita este processo:

> Se para a burguesia a democracia tornou-se supérflua ou mesmo incômoda, é, ao contrário, necessária e indispensável à classe

> operária. É necessária em primeiro lugar porque cria formas políticas [...] que servirão de pontos de apoio ao proletariado em seu trabalho de transformação da sociedade burguesa. Em segundo lugar, é indispensável porque só por meio dela, na luta pela democracia, no exercício de seus direitos, pode o proletariado chegar à consciência de seus interesses de classe e suas tarefas históricas (LUXEMBURGO, 2005, p. 101).

Neste contexto, esta democratização das relações de trabalho dentro das ERTs tem uma característica peculiar. Há a necessidade de transformar as relações de trabalho dentro do mesmo ambiente e com as mesmas pessoas. Além disso, em geral, os trabalhadores que permanecem na empresa para encarar o processo de recuperação não tem experiência na gestão empresarial e social, ou seja, suas armas para colocar a empresa em funcionamento são sua força de trabalho e os conhecimentos referentes ao exercício profissional (DAL RI & VIEITEZ, 2001, p. 83-84).

Neste cenário conflitante, como não tinham saída, na falta do capitalista, os trabalhadores optaram por tomar o controle da produção e iniciar o processo de recuperação das empresas por eles mesmos de forma coletiva. Para Dal Ri & Vieitez, “somente no âmbito de atuação do trabalhador coletivo essas propriedades transformam-se em forças produtivas” (DAL RI & VIEITEZ, 2001, p. 84).

É desta condição, portanto, que emerge a socialização do poder nas ERTs. Uma vez que a relação capital trabalho foi suprimida, ou seja, há a negação do sistema de classes dentro da unidade produtiva, os trabalhadores estão em condição de igualdade na empresa, possibilitando uma organização democrática nas relações de produção. A expressão desta democracia operária se dá nas Assembleias Gerais, em que todos os trabalhadores têm espaço para colocar suas opiniões e deliberar coletivamente sobre a organização da empresa como um todo.

> A assembleia geral dispõe, em princípio, o que há de mais fundamental na estrutura de poder da EAs. Ela é a instância máxima de tomada de decisões do trabalhador coletivo. Ela é, de fato, o próprio trabalhador coletivo no pleno exercício de suas funções autogestionárias. É a instância na qual qualquer assunto pode ser posto, debatido e, afinal, deliberado e da qual cada trabalhador individualmente participa sem qualquer restrição e em condições de absoluta igualdade formal, expressa na fórmula: um membro, um voto (DAL RI & VIEITEZ, 2001, p. 85).

Vale ressaltar que Assembleia Geral não é uma novidade ou invenção das experiências de ERTs. Trata-se de uma tradição do movimento operário que se

apoia nesta “ferramenta” para legitimar importantes decisões coletivas. Tampouco está relacionada à adoção da forma jurídica de cooperativa de trabalho, ou seja, apesar de estar regulamentada, no caso do Brasil pela Política Nacional de Cooperativas, a Assembleia Geral esta presente nas experiências de ERTs mesmo quando não adotam este modelo. Como afirma Ruggeri (2013), não é a ERT que deve se adaptar às cooperativas, mas o contrário.

Complementa a organização das relações de trabalho nas ERT a formação do Conselho Administrativo, que é um grupo de trabalhadores, eleitos em assembleia, responsável por tomar determinadas decisões sem a necessidade de Assembleia Geral, a fim de dinamizar processos cotidianos da produção. Nas cooperativas tradicionais, o conselho acaba assumindo o papel de uma diretoria de empresa capitalista, afastando-se do caráter democrático que se almeja no trabalho associado e menosprezando a importância da assembleia. No caso das ERTs, é notável que em geral os conselhos tendem a não assumir este caráter de diretoria capitalista, ou seja, o conselho serve de apoio às Assembleias, e estas que tomam as importantes decisões da gestão da empresa (RUGGERI, 2014, p. 89).

Essa característica democrática das ERTs esta amparada em uma constituição estatutária, que é uma exigência legal em alguns casos, onde estão definidos e norteados os principais aspectos da associação dos trabalhadores, independente da forma jurídica. O estatuto apresenta contradições no que tange tanto aspectos legais, que são abrigados a seguir, como aspectos das relações econômicas e sociais internas à empresa, aproximando-se de elementos burocráticos de uma empresa típica capitalista. Todavia, “distingue-se pelo fato de ser o resultado da deliberação relativamente autônoma do coletivo de trabalhadores” (DAL RI & VIEITEZ, 2001, p.90-92).

Esta conjuntura que remete às ERTs formata novas formas de organização interna, formais e informais, que impactam o modo de produção. Não há um rompimento com a reprodução capitalista, uma vez que as empresas seguem participando do mercado e utilizando a mesma base técnica, mas há a possibilidade de formatar um ambiente alternativo de trabalho, onde práticas autogestionárias têm encontrado ambiente fértil para sua reprodução.

No processo de recuperação da empresa, em geral, os trabalhadores que conduzem a ação são aqueles do chão de fábrica, fato que exigiu, na maioria dos casos, a superação da ausência de gestores e quadros administrativos. Esta

superação se dá, além da formação dos conselhos administrativos e pela organização de assembleias, por significativas modificações no processo de trabalho, ou seja, o espaço deixado por uma “elite” empresarial propaga o desenvolvimento do trabalhador coletivo Autogestionário.

A primeira mudança se dá na redistribuição das tarefas, muitas vezes com múltiplas funções por pessoa, formando, em consequência, um trabalhador flexível, capaz de desempenhar funções distintas. Na mesma linha, a fim de disseminar o conhecimento do processo produtivo, mesmo enfrentando alguns níveis de resistência, muitas ERTs buscam adotar a rotação de funções no processo produtivo, o que possibilita o intercâmbio de conhecimento e evita a paralização na produção no caso da ausência de um trabalhador especializado (RUGGERI, 2014, p. 85).

Outra importante mudança no processo produtivo se refere ao ritmo de trabalho, pois o trabalhador se sente mais relaxado no aspecto do controle da produção. Desta forma, aparecem formas mais humanas de organização da produção. Há um complexo universo de alternativas adotadas, mas citam-se alguns casos de ausência do cartão de ponto, maiores tempos de almoço e outros descansos, se escuta música e até redução da jornada de trabalho. Muitas vezes este relaxamento inicial vai dando espaço a adoção de novas normas e controle do trabalho, o que às vezes acarreta no que alguns autores chamam de autoexploração do trabalhador, tendo em vista que por se sentir “dono” do próprio trabalho, o trabalhador se predispõe a trabalhar mais tempo e com mais intensidade quando necessário (RUGGERI, 2014, p. 85-86).

A questão salarial é definida, na maioria das vezes, em Assembléia Geral e nos casos brasileiros, diferente do que ocorre na Argentina em que 50% das experiências de ERTs adotam retiradas igualitárias, segue um padrão chamado de achatamento das retiradas, ou seja, os maiores salários diminuem e os menores se elevam, e segundo o estudo do GPERT, a diferença em média está na faixa de 4,7 vezes entre o menor e o maior salário (HENRIQUES, 2013, p. 266-267). Desta forma, o ambiente de trabalho, nos casos de ERTs, apresentam uma condição, apesar da diferença salarial, muito menos desigual em comparação com uma empresa tradicional.

Em geral, a justificativa para a adoção de diferenças salariais se dá pela necessidade de manutenção de um trabalhador muito especializado para a

produção, mas fica evidente que a lógica para valorização do trabalhado segue uma linha divergente da lógica do mercado, em que há sobrevaloração do trabalho intelectual em contraste ao trabalho manual. Dentro das ERTs esta lógica é definida por convenção dos trabalhadores, todavia, uma vez pressionadas pelo mercado, não conseguem evitar algum nível de aproximação com modalidades tradicionais que tratam a força de trabalho como mercadoria (HENRIQUES, 2013, p. 267).

Vale observar que estas mudanças no processo produtivo acarretam em melhorias expressivas na organização do trabalho, o que garante a sobrevivência destas experiências no mercado e ainda sirva de laboratório do pensamento crítico ao modo de produção. O fato de os trabalhadores não estarem mais alienados do "todo" no processo produtivo, tendo em vista que participam das decisões e conhecem as etapas da produção, é fundamental para alavancar esta organização coletiva do trabalho e, por exemplo, é muito significativa a redução no número de acidentes do trabalho nas ERTs.

Em síntese, esta socialização do poder tem condicionado mudanças na subjetividade do trabalhador. A experiência de luta e de vida levou o trabalhador autogestionário a assumir uma consciência distinta do trabalhador assalariado, consciente de seu papel de vanguarda nos processos de transformação social. (RUGGERI, 2014, p. 92)

2.3. Relação com os movimentos sociais e comunidade

É indissociável pensar no processo de recuperação de uma empresa pelos trabalhadores sem ter uma correlação política de alavanca, pois se trata de uma manifestação de luta social, um movimento de resistência. O próprio avanço das experiências de ERTs fomentou a organização de frentes de apoio à manutenção e recuperação destas empresas, como será apontado a seguir, muitas vezes assumindo papel de movimento social, ao mesmo tempo em que a relação com outros movimentos sociais e com as comunidades envolvidas se intensificam. Portanto, estas articulações são ponto chave para compreender o processo de recuperação da ERT e seu potencial de transformação e emancipação social e econômica.

Por se tratar de um processo, e não de algo pronto, a inserção de uma ERT na economia e na sociedade tende a se transmutar com o passar do tempo e de acordo com as condições galgadas na luta social. Avaliando isto, é possível observar as relações entre as experiências de ERTs com movimentos sociais e comunidades em três processos distintos: na recuperação da empresa para o controle operário; na manutenção da produção e postos de trabalho e na atuação para além dos muros da unidade produtiva e do âmbito da produção.

No processo de recuperação da empresa para o controle operário há uma significativa aliança com os sindicatos das categorias. Segundo estudo do GPERT (HENRIQUES et al., 2013), 61% dos casos de ERTs receberam algum tipo de apoio dos respectivos sindicatos no processo de recuperação, de diversas maneiras, como por exemplo: disponibilizaram instalações para reuniões e reorganização das atividades da empresa, doaram cestas básicas para os trabalhadores e familiares, prestaram assessoria jurídica e administrativa e disponibilizaram serviços de transporte.

Esta aliança apresenta claramente a importância das organizações dos trabalhadores, pois na eminência da ação popular, os atores têm algum pilar para se apoiar e resistir frente a pressão capitalista. Vale ressaltar que nem sempre os sindicatos estão preparados para esta situação. Aparentemente, no Brasil esse apoio se apresenta na maior parte dos casos porque grande parte das ERTs, 45% das experiências, se trata de uma categoria em que a luta dos trabalhadores é historicamente de resistência: os metalúrgicos.

Na Argentina, por exemplo, Ruggeri (2014) aponta que os sindicatos claudicavam e desconheciam a recuperação de empresas por trabalhadores, salvo poucas exceções, e os trabalhadores não se sentiam representados por organizações do cooperativismo tradicional. O que caminhou para que agrupações de ERTs passassem a surgir frente á necessidade de representação junto aos poderes públicos e para desenvolver laços orgânicos de solidariedade entre as empresas.

Neste mesmo sentido é que no Brasil surge a ANTEAG, em 1994, a fim de, como já dito anteriormente, auxiliar a luta pela recuperação de novas empresas e formação e estruturação das mesmas depois do processo de recuperação. Outros duas organizações surgem posteriormente ainda no intuito de assessorar empreendimentos solidários, dentre os quais as ERTs: a UNISOL, em 1999, junto a

CUT (Central única dos Trabalhadores), e o Movimento das Fábricas Ocupadas (MFO), em 2002, cuja reinvindicação se baseia na Estatização das ERTs sob controle operário (HENRIQUES, 2013, p. 183).

Essas organizações junto aos sindicatos passam a ser as principais alavancas políticas no processo de recuperação de uma empresa por trabalhadores. Entretanto, outras organizações sociais, partidos políticos, outras empresas recuperadas e a comunidade, também podem influenciar neste processo que, contudo, tem em seu cerne a determinação do próprios trabalhadores na luta pela manutenção de seus postos de trabalho.

Para a manutenção da produção e dos postos de trabalho, a relação com a sociedade e com os movimentos sociais seguem um linha muito similar ao processo de recuperação, pois, são projetos inacabados construídos dia após dia pelos trabalhadores. Esta característica de projeto em processo, alicerçado pelas condições de rompimento da relação explorador-explorado e de gestão democrática dos trabalhadores, explicita a constante necessidade de luta de resistência das ERTs, sendo essencial o poder de pressão dos movimentos e organizações sociais frente ao poder público e ao Capital para que as empresas não sejam fechadas.

Importante ressaltar que, apesar do caráter solidário adotado nas ERTs, a lógica da produção não se desvencilha do mercado, portanto, “cada empresa é compelida a cuidar de seus negócios e a competir no mercado” (DAL RI & VIEITZ, 2001, p. 133). Esta contradição se apresenta como um entrave, por exemplo, na relação entre empreendimentos solidários, pois a integração cooperativa ou intercooperação acaba tomando caráter predominantemente comercial, deixando de reproduzir a determinação solidária, esmaecendo o impulso para formação de redes de cooperação na luta por autogestão, ficando este papel limitado a organizações como a ANTEAG.

Desta forma, a relação das ERTs com movimentos organizados da sociedade tende a ser um pilar importante para a manutenção da produção e consequentemente, dos postos de trabalho. Tendo em vista que, muitas vezes, os trabalhadores não têm uma prévia formação política que oriente o espírito de determinação radical despertado na iminência do desemprego, a aproximação de movimentos sociais com histórico de luta tende a fortalecer o intento dos mesmos, possibilitando enxergar a importância de seu papel enquanto sujeito ativo do embate de classes.

No entanto, no mapeamento do Estudo do GPERT (HENRIQUES et al., 2013), verificou-se que apenas 19 ERTs declaram ter relação com movimentos sociais ou partidos políticos, para além das organizações de assessoria à economia solidária. Ou seja, fica evidenciado que a maioria dos experimentos de ERTs ainda estão posicionados de forma defensiva, na busca pela manutenção de seus postos de trabalho sem prospectar uma alavanca para a transformação social. Porém, há importantes casos que tentam conduzir um caminho alternativo para essas experiências, o que fica mais claro observando o movimento para além dos muros da empresa.

Para além dos muros da unidade produtiva e do âmbito da produção se eleva o ponto em que a ERT pode prospectar um verdadeiro espaço de transformação social. Para compreender esta importância, volta-se à obra de Meszáros como apresentado por Novaes:

> [...] podríamos interpretar la obra de Meszáros (2002), cuando este señaliza la necesidad de “ataques dobles”. És decir, la necesidad del control coordenado de la producción mediante la democracia substantiva de los productores tanto en la empresa como en toda la sociedad. En el caso de las fábricas recuperadas, el control global de la industria por los productores asociados, además del control de fábricas separadas, Mészáros aboga que los Consejos de Trabajadores deben cumplir el papel de mediadores materiales efectivos entre el orden antiguo y el orden socialista anelado (NOVAES, 2012, p. 186).

O que se pode verificar nesta ideia é que a proposta de ataques duplos consiste em romper os pilares aqui apresentados para manutenção da produção nas ERTs e, para além disso, disseminar na sociedade como um todo a experiência de controle operário e de democracia direta. Concomitantemente, por se tratarem de experiências que conformam a desconstrução de uma estrutura típica capitalista e que passam a ser organizadas por trabalhadores associados, os meios democráticos deste tipo de experiência podem cumprir o papel de mediadores para a transformação social na sociedade como um todo.

O que Novaes (2002) apresenta, neste sentido, ainda sobre a obra de Mészáros, é que a estratégia de subverter as relações capitalistas de produção e propriedade, sem a reestruturação radical das condições herdadas do capitalismo, pode no máximo arranhar a superfície do sistema como um todo, mantendo nas mãos dos capitalistas o controle pleno do processo de reprodução material. Para ele

é absurda a idéia de instituir a democracia socialista e emancipar o trabalho a partir da idéia do fetichismo escravizador do “socialismo de mercado”.

Portanto, o que se expõe neste pensamento é que, apesar do movimento legítimo de resistência e contestação que se eleva nas experiências de ERTs, o isolamento dentro da unidade produtiva para, apenas, manutenção dos postos de trabalho sem prospectar uma aliança transformadora junto à sociedade como um todo, revendo o que Novaes (2012) aponta sobre a experiência de autogestão polaca, tende a transformar os trabalhadores em proprietários, colocando-os na defesa de interesses privados contra o coletivo da sociedade.

Por isso é importante destacar que há entre as experiências de ERTs casos de avanços para além dos muros da empresa e para além do âmbito produtivo. Segundo o estudo do GPERT (HENRIQUES et al., 2015), quando questionaram as 67 experiências de ERTs sobre a relação com a sociedade, apenas 49 responderam, sendo que, deste total, 26% definem seu papel como geradora de vínculo de solidariedade. Este baixo percentual parece ter importante relação com o que já foi referido acima quando tratado sobre relação da ERT com movimentos sociais e partidos políticos. No entanto, apesar de a maioria das experiências se colocarem nesta posição defensiva, não se pode desconsiderar o que tem sido praticado em casos em que há elevado grau de politização e determinação dos trabalhadores.

Mesmo que em número reduzido, as ações para além do âmbito produtivo realizadas pelos trabalhadores têm promovido significativas transformações em comunidades próximas às ERTs, para além da geração de emprego e renda. Por exemplo, no mesmo estudo (HENRIQUES et al., 2013) foi verificado que em 18 experiências de ERTs há a realização de atividades culturais que envolvem a comunidade e, além disso, destas mesmas empresas:

> [...] 33% efetuam doações; 28% organizam festas e eventos, tanto para os trabalhadores da empresa como para a comunidade; 11% organizam cursos de formação; 28% realizam “outros” tipos de atividades. Dentro da categoria “outros” podemos destacar: as visitas na fábrica, a implementação do programa federal Primeiro Emprego, a organização de palestras e atividades esportivas, a apresentação de peças de teatro, a organização de missas. Além disso, existe uma ERT que possui biblioteca aberta à comunidade e também doou um terreno para a construção de uma escola (HENRIQUES et al., 2013, p. 173).

Portanto, este é o cenário de inserção das ERTs na sociedade, não existe uma conduta unificada que possa caracterizar um movimento organizado de trabalhadores, trata-se de um conjunto de empresas que lutam para sobreviver às duras regras do mercado a fim de manter seus postos de trabalho e renda. Entretanto, cabe ressaltar que o processo de transformação que são compelidos a enfrentar para este fim tem promovido a conscientização solidária entre os trabalhadores, única alternativa enxergada de organização operária frente às pressões do capitalismo, e, em alguns casos, a força desta luta já apresenta resultados que vão vencendo os muros da empresa e o âmbito da produção, disseminando estas experiências para o conhecimento da sociedade.

2.4. Estudo de Casos

Traçado este panorama das ERTs, abarcando a transformação estrutural a que estão fadadas estas experiências e entendo que se trata de um processo, nesta seção o objetivo é observar estes mesmos pilares em 2 estudos de caso, a fim de aprofundar o entendimento acerca dos limites e possibilidades da disseminação destas experiência pela sociedade.

A escolha das experiências foi pensada no sentido de observar casos que se tornaram paradigmas entre as ERTs. A primeira delas é a Fábrica Ocupada Flaskô, localizada em Sumaré no Estado de São Paulo, na região conhecida como grande Campinas, que se apresenta com a bandeira do Movimento das Fábricas Ocupadas pela Estatização da fábrica sobre controle operário. A segunda é a Usina Catende, localizada em uma série de municípios da região da Zona da Mata, com sede na cidade de Catende no Estado de Pernambuco, que já não produz, porém a recuperação da memória desta experiência que foi tratada como a “Comuna de Catende” instiga qualquer pesquisa.

Para conduzir este estudo em campo, foram realizadas visitas à localidade das experiências para conhecer as empresas e entrevistar trabalhadores, a fim de observar a percepção dos mesmos frente os desafios, vitórias e derrotas de suas lutas. Foram organizados dois roteiros de entrevistas, um para traçar o perfil da ERT (Apêndice 1) e um para verificar a percepção dos trabalhadores (Apêndice 2), ambos foram trabalhados nas entrevistas de forma a possibilitar que o trabalhador

levantasse sua própria percepção sem muita interferência do entrevistador, a fim de não influenciar o entrevistado com as perguntas. Portanto, o roteiro objetivou guiar as entrevistas almejando que o próprio trabalhador conduzisse sua fala.

Ambas as visitas foram realizadas no mês de janeiro de 2015, sendo que todas as entrevistas foram gravadas em material audiovisual. Este fato dificultou a disponibilidade dos trabalhadores em ceder a entrevista, pois, muitas vezes os mesmos não se sentem a vontade em frente a uma câmera. Todavia foi possível colher um rico material, que possibilitou o desenvolvimento desta pesquisa, no total de dez entrevistas (disponível em DVD no Apêndice 3).

Na Fábrica Ocupada Flaskô foram cinco dias de pesquisa e na Usina Catende três dias de pesquisa, o que permitiu além de entrevistar os trabalhadores, conhecer a realidade da região em que estão instaladas as empresas e verificar sua importância para a região. Desta forma, os resultados apresentados a seguir refletem essa experiência em campo e estão formatadas a partir das entrevistas realizadas:

2.4.1. Fábrica Ocupada Flaskô

A Flaskô é uma fábrica da indústria química que produz tambores e bombonas plásticas desde 1979, sendo que sua razão social é Flaskô Industrial de Embalagens Ltda e está localizada na Rua Marcos Dutra Pereira, nº 300, Parque Bandeirantes, Sumaré-SP. A empresa fazia parte de um grupo econômico, chamado Grupo Empresarial HB, que era focado na manufatura e comercialização de bens de consumo oriundos de resinas termoplásticas. Grupo em que estavam as fábricas Cipla e Interfibras. Hoje os trabalhadores preferem que a fábrica se chame Fábrica Ocupada Flaskô.

A ocupação da fábrica se dá, após um intenso processo de greves, em 12 de junho de 2003, quando os trabalhadores tomaram o controle da fábrica, organizando o conselho administrativo e assembleias gerais para gerir a produção e a administração da empresa. No entanto, para compreender a história da ocupação, é preciso remontar a ocupação das fábricas Cipla e Interfibras que ocorreu em outubro de 2002.

Figura 1: Foto de trabalhador produzindo bombonas plásticas na Flaskô.

Fonte: acervo pessoal do autor

Em 2002, na cidade de Joinville-SC, os trabalhadores das Fábricas Cipla e Interfibras, na luta para cobrar salários atrasados e condições de trabalho, com apoio da organização política Corrente Trabalho do PT (Partido dos Trabalhadores), ocuparam as fábricas e organizaram uma comissão para gestão, o que deu origem ao Movimento das Fábricas Ocupadas (MFO), cuja reivindicação é a estatização das fábricas sob controle operário. Em 2003, num momento de euforia dos trabalhadores, tendo em vista a ascensão ao poder do Partido dos Trabalhadores, na figura do então Presidente Lula, os trabalhadores do MFO partiram para Brasília a fim de ampliar a luta por estatização das fábricas.

No meio do caminho passaram em Sumaré-SP para discutir os caminhos da luta dos trabalhadores da Flaskô, que passavam por um processo similar de degradação das condições de trabalho e atraso de salários. Neste interim, alguns trabalhadores da Flaskô seguiram juntos com a comitiva para a reunião com o Presidente da República. Apesar de não lograrem êxito quanto à Estatização da Cipla e da Interfibras, uma vez que o Presidente Lula alegou não poder abrir precedente no intento do MFO, pois acabaria por servir de exemplo para qualquer

outra fábrica que passasse por dificuldades, no retorno a Sumaré, foi decidida a ocupação da Flaskô a fim de lutar pela manutenção dos postos de trabalho.

Como não houve efetivamente a falência da fábrica, apesar do sucateamento, os trabalhadores seguiram empregados[3], por CLT, e emitindo notas fiscais pelo CNPJ da empresa, porém a gestão passou a ser organizada por uma associação dos trabalhadores: Associação Hermelindo Miquelace, nome dado em homenagem a um antigo trabalhador da fábrica.

A fábrica, que no auge chegou a empregar mais de 500 trabalhadores, contava com aproximadamente 50 funcionários quando houve o processo de ocupação. Com a retomada da produção pela gestão operária a fábrica logrou, inclusive, ampliar as operações, contratando mais força de trabalho, tendo no ápice, em 2007, 100 trabalhadores.

2007 foi um ano chave para a luta do MFO, quando a justiça impôs intervenção em todas as fábricas do MFO, levando ao fechamento da Cipla e da Interfibras, mas falhou na Flaskô, que conseguiu manter as operações. Apesar de conseguir derrubar a sentença de intervenção, a Flaskô sofreu uma série de punições orquestradas para tentar derrubar o controle operário. Durante 45 dias tiveram o fornecimento de energia cortado, o que danificou algumas máquinas e desencadeou numa série de atrasos nos salários.

Neste cenário de crise, foram descobertas algumas “traições” por parte dos trabalhadores do setor administrativo, sendo os mesmo convidados a se retirarem, e, concomitantemente, com tanto tempo sem produção, em meio à incerteza quanto à retomada das operações, alguns trabalhadores optaram por buscar outro trabalho, reduzindo consideravelmente a quantidade de funcionários.

Contudo, os trabalhadores mais aguerridos resistiram e conseguiram reestabelecer o fornecimento de energia e retomar as operações da fábrica. Desta vez com um cenário ainda mais desafiador, onde, por exemplo, trabalhadores do chão de fábrica assumiram cargos administrativos, mesmo sem experiência. Isso fica claro quando um trabalhador que era motorista da fábrica passou a ser responsável pelo setor comercial, aproveitando o conhecimento que tinha dos clientes, uma vez que ele constantemente entregava produtos aos mesmos.

---

[3] Inclusive, os trabalhadores que eram terceirizados foram contratados e passaram a ser funcionários da Flaskô.

Além disso, há a constante ameaça de fechamento da fábrica e leilões do maquinário, o que é combatido com o apoio dos movimentos sociais. Por exemplo, quando é anunciado um leilão, a organização dos trabalhadores faz mobilizações em frente ao fórum onde acontece o possível arremate com a bandeira: “Se arrematar não vai levar, porque se levar vai desempregar”. Nos 12 anos de ocupação mais de 220 leilões ocorreram e nenhuma máquina foi arrematada.

A luta cotidiana da Flaskô para manutenção dos postos de trabalho é intensa, a fábrica mesmo com todas as limitações de falta de crédito, endividamento elevado, dificuldade de acesso à matéria prima e defasem tecnológica, tem conseguido manter a produção, os salários e os postos de trabalho, e ainda por cima diminuiu a jornada de trabalho para 30 horas semanais e alcançou uma extrema redução no número de acidentes no trabalho.

Figura 2: Foto de faixa em máquina no chão de fábrica da Flaskô.

Fonte: acervo pessoal do autor

Neste cenário, a heterogestão taylorista/fordista ou toyotista é colocada em xeque, ou seja, como é possível uma fábrica com estas características sobreviver às regras do mercado? A resposta é muito discutível, todavia entre os trabalhadores da fábrica se compreende a ideia de que na produção da Flaskô se almeja um lucro

social acima do lucro capitalista, e isso faz toda diferença. Para compreender melhor, a seguir, esmiúçam-se na experiência da Flaskô os pontos chaves tratados nesta pesquisa a fim de observar como esta posta a autogestão:

Questão da Propriedade

A luta pela propriedade coletiva dos meios de produção não é necessariamente uma das bandeiras defendidas pelos trabalhadores da Flaskô, pois não existe a perspectiva de se tornarem “donos”, tendo em vista que defendem a estatização da fábrica sob controle operário. Mas, como já discutido, este fato não altera o ponto chave da questão da propriedade, ou seja, na Flaskô há o rompimento da relação explorador-explorado.

Ressalta-se que a ruptura com a propriedade privada não se deu de forma romântica, nem mesmo de uma ação de insurgência operária. O sucateamento da fábrica se tornou evidente e o atraso de salários, falta de energia elétrica constante e falta de água, conduziu os trabalhadores a uma condição de risco. É neste cenário que os trabalhadores foram obrigados a tomar alguma atitude para enfrentar a possibilidade de desemprego. Estes mesmo trabalhadores escutavam o que estava acontecendo nas fábricas Cipla e Interfibras, mas não entendiam do que se tratava, não havia organização política dos mesmos. Por isso a importância da passagem, política, da comitiva da Cipla e Interfibras, junto com militantes da Corrente Trabalho, para auxiliar a luta dos trabalhadores da Flaskô e abrir caminho para a ocupação na resistência por seus postos de trabalho.

Esta ruptura, em que a figura do patrão é extinta, promove a emancipação de uma nova organização do trabalho, que será tratado no próximo ponto, mas, destaca-se que o trabalhador já não se sente subjugado pela supervisão capitalista, oferecendo seu esforço individual para contribuir com o avanço do trabalho coletivo. Por exemplo, o trabalhador que antes não podia nem ao menos sair de seu posto de produção para ir ao banheiro, a partir do controle operário, têm essa liberdade sem julgamentos. Eles costumam dizer que já não há o chicote do patrão.

Este detalhe sedimenta um trabalhador muito mais motivado e produtivo, envolvido com a empresa e conhecendo o processo produtivo do inicio ao fim, muitas vezes estando flexível para atuar em postos diversos na emergência de substituir algum companheiro de trabalho que se ausenta. Estas características que possibilitaram a significativa redução na quantidade de acidentes de trabalho e,

também, a redução da jornada de trabalho para 30h semanais sem redução dos salários.

Importante notar que aproximadamente 60% dos trabalhadores, que hoje atuam na fábrica, eram funcionários ainda no período patronal. Isto posto, o fato de as condições históricas os levarem a assumir o controle da fábrica, tendo que resistir por seus postos de trabalho no mesmo ambiente em que fora subjugado por anos, ou seja, precisam descontruir uma cultura estabelecida para erguer uma nova alternativa, do contrário de ser empecilho para o sucesso da recuperação da produção, tornou-se pretexto de motivação, pois é muito comum os trabalhadores usarem frases do tipo: “porque na época do patrão era ruim e agora é bom”.

Hoje a luta institucional da Flaskô ergue a bandeira de um projeto de adjudicação da fábrica. Em síntese a idéia é manter a luta por estatização da fábrica, porém, inclui a completa utilização dos espaços da fábrica para fins sociais com construção de uma escola técnica, melhoria na Fábrica de Cultura e Esportes, reforma de um prédio para organização de um restaurante comunitário, organização de uma Horta Comunitária, regularização da Vila Operária e ampliação da Cooperativa Planeta Terra de reciclagem, já em atividade no galpão inutilizado ao lado da fábrica; almejando que o Estado reconheça o espaço como área de interesse social, fazendo a desapropriação dos bens móveis e imóveis da fábrica para que sejam mantidos os postos de trabalho sob controle operário e erguido este projeto que tem potencial para agregar positivamente à sociedade como um todo.

Questão do Poder

Uma vez que a associação dos trabalhadores passa a ter o controle da fábrica, inicia-se o processo de organização da produção e administração da empresa a partir de formas autogestionárias. Neste mesmo sentido, o trabalhador coletivo autogestionário vai se apresentando como realidade em meio à luta de resistência da fábrica e suas ações junto e para a comunidade.

Este trabalhador coletivo autogestionário é muito evidente, basta caminhar pelas instalações da fábrica e conversar com alguns trabalhadores que se percebe a motivação dos mesmos por fazer parte daquela “família”, como alguns gostam de chamar. Este aspecto possibilitou a Flaskô superar, e continuar superando, dificuldades que muitas vezes poderiam esmaecer a luta coletiva. Há que se sublinhar o nível de politização que os trabalhadores atingiram, das pessoas mais humildes às com mais formação, o engajamento com as bandeiras erguidas pelo

coletivo explicitam este “novo homem” que é protagonista das vitórias da resistência operária nesta experiência. Esta característica conflui para somar à adoção de práticas autogestionárias, assim como essas mesmas práticas vão fortalecendo ainda mais esta característica.

A Flaskô não está organizada na forma jurídica de cooperativa[4], no entando, a busca pela democratização das relações de trabalho se ampara muitas vezes nos princípios do cooperativismo. A formação do conselho de fábrica e a constante prática de assembleia geral, assim como a contínua comunicação entre os trabalhadores, aproxima-os e os faz sujeitos da grande maioria das decisões da empresa. Todos os trabalhadores da Flaskô são membros da Associação Hermelindo Miquelace, tanto os antigos como os novos que entram na fábrica, independente do setor, portanto, seguem a regra de uma cabeça igual a um voto.

Para suprir a ausência de capatazes e chefes na produção, no chão de fábrica, foi organizada a função de líder de turno. O trabalhador com esta função tem a responsabilidade de organizar a produção nos respectivos turnos, de acordo com a matéria prima disponível e com as vendas, e garantir a manutenção e funcionamento de todas as máquinas. Desta forma, o líder em geral é aquele trabalhador mais experiente e mais técnico, pois deve possuir conhecimento aprofundado de todas as etapas da produção.

A presença do líder, portanto, não acarreta que haja funções de controle e repressão. Na Flaskô os trabalhadores são tratados como iguais no que se refere a relações humanas e não há hierarquia de poder, portanto, ao líder cabe exclusivamente organizar a parte técnica, as questões pessoais são definidas pessoa a pessoa, ou quando necessário em Assembleia Geral.

A organização geral e cotidiana é realizada pelo conselho de fábrica, que é eleito para mandatos de um ano através de eleições livres, sem limite para reeleição, em que todos votam e todos podem se candidatar. São 13 cadeiras[5] em que na eleição dos membros há sempre a tentativa de manter uma

---

[4] a princípio para que os trabalhadores não percam os direitos trabalhistas, mas o debate sobre esta possibilidade sempre esteve presente, e hoje se apresenta como uma maior possibilidade tendo em vista as alterações na Lei de Cooperativas, que é tratada no próximo capítulo. Inclusive se diz entre os trabalhadores que no caso da Flaskô passar a forma jurídica de Cooperativa, ela será a primeira cooperativa a estar adequada à nova lei.

[5] Uma das cadeiras do conselho é reservada para um integrante do sindicato da categoria, todavia, nunca foi ocupada.

representatividade de turnos e setores, não obrigatoriamente, mas buscando facilitar a comunicação e que ninguém se sinta desprestigiado nas decisões.

O Conselho de fábrica se reúne semanalmente para tomar decisões que vão desde organização dos postos de trabalho até o quanto e quais mercadorias produzir, buscando a comunicação imediata aos trabalhadores, seja através do “boca a boca” ou através do jornal “chão de fábrica”. No Anexo 2 segue exemplar deste jornal . A comunicação é muito valorizada pelos trabalhadores, formalmente através das assembleias e jornal, ou informalmente, em conversas entre os trabalhadores, sendo que não há restrições para a troca de informações e nem para ir e vir em qualquer setor, seja administrativo ou produtivo.

Acima destas organizações, como instância máxima de poder está a assembleia geral, que é realizada mensalmente com a presença de todos os trabalhadores, sendo que cada trabalhador tem direito a um voto e todos têm o mesmo peso. Na assembleia é feita a prestação de contas financeiro, produtivo, jurídico e político; além disso, são discutidas questões de elevada importância para a fábrica a fim de que sejam tomadas decisões, podendo inclusive reverter deliberações do âmbito do conselho de fábrica.

Vale destacar que, uma vez que se trata de um movimento para além do âmbito econômico, em que a unidade dos trabalhadores enrijece a força da resistência, foi relatado que na construção do processo de organização da democracia operária, dentro da Flaskô, percebeu-se que quando algumas decisões tomadas, seja em Assembleia ou no Conselho, resultavam numa vitória apertada de determinado ponto, a fábrica estava dividida, o que poderia enfraquecer a luta. Esta observação tem orientado que, mesmo nas decisões por voto, seja buscado o consenso entre os trabalhadores. Quando não há consenso, ao invés de decidir naquele momento, quando é possível, posterga-se a deliberação para que haja maior debate e esclarecimento na busca da unidade dentro do coletivo.

A decisão salarial, que é um fator extremamente importante, é tratada em assembleia geral, e foi decidido que exista diferenciação salarial de acordo com a especialização do trabalhador e o nível de responsabilidade. Entretanto, já não está incutida a dicotomia entre trabalho intelectual e trabalho manual. A remuneração segue o que é decidido no dissídio coletivo da categoria dos trabalhadores da indústria química, sendo que os menores salários se referem ao piso da categoria e os maiores salários referem-se ao salário de um mestre-ferramenteiro. O que foi

proposto na Flaskô é o chamado achatamento de salários, estando em pouco mais de 3 vezes a diferença entre o menor e o maior salário.

Outras iniciativas decididas em Conselho que almejam a qualidade de vida no trabalho são adotadas na fábrica, numa construção que vai se formando através da experiência e da necessidade dos trabalhadores. Por exemplo, são feitas parcerias com postos de saúde da região para auxiliar na prevenção de doenças, além disso, avaliando que o trabalho é repetitivo, se propôs a prática de ginástica laboral e massagens; e observando que a alimentação não estava adequada, todos os dias são distribuídos saquinhos com frutas para cada trabalhador.

A história de luta e da democratização das relações de trabalho dentro da Flaskô tem possibilitado a formação de um campo produtivo para a experiência da luta por autogestão. Porém, sabe-se que dentro de uma fábrica isolada não é possível fazer acontecer a luta dos trabalhadores para transformação da sociedade, correndo o risco de se formar um elite que assume papel de proprietários. A este propósito, a Flaskô apresenta ações importantes para além dos muros da fábrica e do âmbito produtivo, que é tratado a seguir.

Relações com a Sociedade

A Flaskô apresenta uma estreita relação com os movimentos sociais e com a comunidade em todos os processos, como discriminado anteriormente. Ressalta-se que o papel da Flaskô para além do âmbito produtivo é visto como importante instrumento de alavanca para a resistência operária e, ao mesmo tempo, a produção da fábrica encontra-se amplamente amparada pela luta social.

No processo de recuperação da Flaskô para o controle operário, ou na ocupação, como os trabalhadores abordam o tema, é possível visualizar um conjunto de forças que agiram para que fosse alavancada a luta de resistência pelos postos de trabalho. Em primeiro lugar, é preciso observar que a maior parte dos trabalhadores, antes da ocupação, eram sindicalizados, o que possibilitou uma aliança com o sindicato da categoria, que agiu na defesa dos trabalhadores. Concomitantemente, a luta organizada dos trabalhadores da Cipla e Interfibras, conjuntamente com a Corrente Trabalho, através do embrião do MFO, fortaleceu o movimento na Flaskô, além de orientar e incentivar que o caminho para a garantia dos postos de trabalho era a ocupação.

Neste momento, a comunidade da região onde se localiza a Flaskô também se apresenta como importante alavanca para a luta dos trabalhadores. Por exemplo,

as reuniões em segredo para decidir sobre a ocupação ou não da fábrica eram realizadas na associação dos moradores do bairro. Isto mostra como o processo de ocupação foi amplamente amparado pela força social, o que suscita discutir que, apesar de os trabalhadores naquele momento não apresentarem uma formação política avançada, a resistência dos trabalhadores desde então plaina sobre um caráter que vai além da luta por manutenção de seus postos de trabalho.

Entretanto, mesmo com a luta apoiada por uma organização política de esquerda, é evidente que a ocupação não teve um caráter organizado para o embate frente ao capital, com características de insurgência popular. O controle operário foi a saída encontrada de forma defensiva contra o vislumbramento da possibilidade de desemprego e fome dos trabalhadores e suas famílias. Isto porque a figura do capitalista que se apresentava como proprietário já não tinha interesse em manter o funcionamento da fábrica, articulando o sucateamento para alavancar um processo de falência. Portanto, a luta dos trabalhadores com apoio da sociedade se ampara da defesa dos postos de trabalho efetivamente, contra o capitalista perverso que articula o desemprego a fim de defender sua fortuna.

Esta força coletiva possibilitou que os trabalhadores conseguissem o controle operário e fortaleceu a organização da Flaskô como um movimento de defesa dentro da luta de classes. Foi proposta, por exemplo, a existência de uma cadeira cativa no Conselho de Fábrica para um representante do Sindicato da categoria, almejando que a Flaskô fosse exemplo para outros movimentos e a luta não se encerrasse em si mesma.

Para a manutenção da produção e dos postos de trabalho, as relações com a sociedade se transmutam um pouco. Os sindicatos se distanciam do MFO, alegando que não convergem com a idéia de ocupar as fábricas neste momento histórico, e a forte aliança com as fábricas Cipla e Interfibras desmorona com a intervenção em 2007. Todavia, a Flaskô seguiu organizada com o apoio da comunidade e da organização política de esquerda, que se separou da Corrente Trabalho e passou a se chamar Esquerda Marxista, galgando uma politização avançada entre os trabalhadores.

Somando a este cenário, há uma forte aliança a movimentos sociais como o MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra), o MTST (Movimento dos Trabalhadores sem Teto) e, mais recentemente, o MTD (Movimento dos Trabalhadores Desempregados), cujo objetivo é a ocupação buscando um amparo

institucional do governo para manutenção das atividades e democratização do acesso ao trabalho. “Há uma interseção nessas lutas no que diz respeito ao interesse na desapropriação de terras, fábricas ou prédios e no cumprimento da função social da propriedade” (HENRIQUES, 2013, p. 255).

Esta aliança possibilitou o fortalecimento da luta da Flaskô e aumentou o poder de pressão frente às adversidades que se apresentam para a manutenção da produção. Desta forma, é possível visualizar que o controle operário da fábrica vai além do âmbito produtivo, pois, se articula na luta social para legitimar suas ações de enfrentamento, o que, se caracteriza tanto de dentro para fora como de fora para dentro, buscando uma alternativa às mazelas do capitalismo através da luta coletiva.

Por isso, a forma como a Flaskô se apresenta para além dos muros da fábrica e do âmbito produtivo é fundamental para legitimar sua luta por autogestão, ou seja, apesar de apresentar condições de manutenção dos postos de trabalho através da democratização das relações de trabalho, no caso de se isolarem enquanto unidade produtiva, a luta tende a enfraquecer ou se tornar uma empresa tradicional com o passar do tempo, como diz Luxemburgo (2005). As ações da Flaskô neste sentido abrangem um espectro grande de iniciativas que vão desde a questão da moradia até a cultura.

A mais impactante ação para além do âmbito produtivo se apresenta com a Vila Operária e Popular que se ergueu em três quartos do terreno da fábrica que estava inutilizado. Influenciados pela existência de uma luta popular na fábrica, em 2005, moradores da região que estavam excluídos da necessidade básica de moradia e pressionados pela especulação imobiliária, decidiram ocuparam o terreno inutilizado da Flaskô.

Este primeiro intento foi desarticulado pela ação policial e, a partir de então, os trabalhadores da Flaskô se reuniram à organização que pretendia a ocupação do terreno e articularam de forma organizada a formação da Vila Operária. Foi planejado o loteamento da área com ruas largas e de uma forma que facilitasse uma futura regularização. Os lotes foram doados entre os trabalhadores da Flaskô e o pessoal carente de moradia da região. Hoje, apesar de todas as dificuldades inerentes a um processo como esse, moram aproximadamente 550 famílias na área, mas ainda não foi regularizada, apesar de já contar com serviço de iluminação pública, esgoto e água.

Com a experiência na luta por moradia, a Flaskô tem somado à este movimento em outras ocupações da região, principalmente na mobilização e no apoio jurídico, apresentando-se como importante centro político para articulação dos movimentos sociais de moradia em Sumaré.

Outra importante ação neste processo para além dos muros da fábrica é a organização da Fábrica de Cultura e Esportes, que está localizada em um galpão inutilizado da Flaskô, onde antigamente se produziam as tampas da famosa bebida “51”. Destaca-se que são organizados pelos trabalhadores da Flaskô em associação com a comunidade eventos culturais que disponibilizam lazer para uma região onde há pouco ou quase nenhum acesso à cultura. Dentre as atividades estão: cinema, teatro, circo, apresentações musicais e exposições de arte.

Figura 3: Foto do espaço da Fábrica de Cultura e Esportes, ocupada pelo Acampamento Revolucionário 2015.

Fonte: acervo pessoal do autor

Figura 4: Foto de evento cultural durante o Acampamento revolucionário 2015 na área externa da Fábrica de Cultura e Esportes.

Fonte: Thallita Oshiro

Na Fábrica de Cultura e Esportes, além dos eventos culturais, há uma pista de *skate* aberta a comunidade, sala de aula onde há, em parceria com universidades, alfabetização de jovens e adultos, e todos os dias há aulas de dança de rua. O espaço é ainda disponibilizado para organização de eventos, em geral de cunho político ou universitário, como o Acampamento Revolucionário 2015, quando mais de 200 jovens de todo o país acamparam por 4 dias no galpão e participaram de debates políticos e eventos culturais, sob a organização da Corrente política Esquerda Marxista.

Isto posto, a experiência de resistência da Flaskô já é disseminada na região em que se localiza e tem chamado a atenção tanto de interessados numa via de desenvolvimento alternativo, como negativamente por parte de autoridades a serviço da oligarquia brasileira, pois promove um micro espaço de democratização das relações de trabalho e acesso à valorização das relações sociais através da coletividade frente às perversas estruturas do avanço capitalista. O projeto de Adjudicação da fábrica busca ampliar o envolvimento da Flaskô com a comunidade,

tornando-a um espaço de interesse social, onde essas práticas podem ser expandidas e algum nível de consciência de classe possa ser observado.

Figura 5: Foto de debate político no Acampamento Revolucionário 2015 em área externa da Flaskô

Fonte: acervo pessoal do autor

Evidentemente, não se trata de um ambiente sem imperfeições e contradições, a Flaskô sobrevive mês a mês sem saber se continuará funcionando no dia seguinte, devido ao alto endividamento e risco de as máquinas deixarem de funcionar. Esta incerteza acaba tornando a luta dos trabalhadores dinâmica e articulada, propondo a organização de um movimento com elevado grau de politização e que, de uma forma ou de outra, arranha a hegemonia do capitalismo nas relações sociais.

2.4.2. Usina Catende

A Usina Catende, localizada no município de Catende-PE, que possui engenhos em Palmares, Jaqueira, Xexéu e Água Preta, na Zona da Mata

Pernambucana, remonta uma história de mais de 100 anos, chegando no auge ao posto de maior usina de cana da América Latina com 70.000 hectares. Além desta dimensão, a usina possuía mais de 150 quilômetros de rede ferroviária e uma hidrelétrica própria.

No início dos anos de 1990, a Usina Catende reunia um complexo de 48 engenhos, distribuídos em 25.000 hectares. Sua produção de açúcar e álcool envolvia um elevado percentual da população da região, sendo aproximadamente 500 trabalhadores na cidade e 2.500 trabalhadores no campo. Estimava-se que quase 20.000 pessoas dependiam do trabalho disponível na produção da usina para sua sobrevivência.

Figura 6: Foto da Usina Catende na entrada da cidade de Catende-PE.

Fonte: acervo pessoal do autor

A organização do trabalho em Catende se formatava em um modelo semi-feudal, caracterizado pela intensiva submissão e o trabalho exaustivo. Além disso, nas terras onde moravam os trabalhadores do campo, não era permitido praticar nenhum tipo de atividade na agricultura ou pecuária familiar, sob o risco de perseguição ou até morte, tendo em vista que relatos apontam que os capatazes,

muitas vezes, andavam com porte de arma de fogo para vigiar os engenhos. Como boa parte dos trabalhadores eram contratados apenas nos períodos de safra, a fome era recorrente nas entressafras.

A crise na usina perpassa o fim do programa Pró-Álcool, no âmbito do governo do então presidente Fernando Collor, que desarticulou o poder dos usineiros da região e promoveu o desemprego em massa. A Usina Catende foi muito afetada por essa crise e em 1993 se iniciou um processo de não pagamento dos salários e direitos trabalhistas e de demissões em massa.

Para entender o movimento de resistência dos trabalhadores que se instaurou em Catende a partir de então, é preciso relembrar que a região havia sido palco, no passado, de grandes lutas sociais. A mais impactante se refere à luta quilombola, tendo em vista que boa parte dos engenhos da Usina Catende estava sobre áreas que no passado foram parte do paradigmático Quilombo dos Palmares, idealizada na figura de Zumbi dos Palmares, como tratado no primeiro capítulo deste trabalho. Mais recente, nos anos de 1960, no imaginário da organização operária-camponesa se recordam as históricas lutas de Miguel Arraes, Francisco Julião e Gregório de Bezerra, também apresentadas no capítulo anterior. A memória da luta social não abandona a classe dos trabalhadores e, com esta contextualização, é possível ter idéia do porquê da determinação dos trabalhadores que resistiram na Usina Catende.

Trata-se, aqui, de um resgate da memória da resistência de Catende, tendo em vista que desde 2012 a Usina foi obrigada, por uma decisão judicial, a encerrar suas atividades, promovendo o sucateamento das suas instalações e o desemprego da população da região, levando os trabalhadores a uma condição de risco com insegurança alimentar, acarretando num esvaziamento das cidades e abandono do campo. A única luta que ainda resiste na região é a busca pelos direitos trabalhistas devidos aos trabalhadores da Usina Catende.

De 1993 a 2012, nos quase 20 anos de luta, a experiência da Usina Catende demonstrou que os trabalhadores têm mais condições de gerir a usina que os usineiros, porque distribui renda e não concentra, dignifica o trabalho e democratiza a propriedade da terra. Além disso, a gestão dos trabalhadores de Catende criou um modelo de produção de açúcar e álcool totalmente diferente do que existia no Brasil desde a Colônia, que é a articulação da *commoditie* com a agricultura familiar.

A luta por autogestão em Catende se inicia, portanto, em 1993, quando em meio à suposta crise da usina, 2.300 trabalhadores do campo foram demitidos. Esta demissão coletiva promoveu a intensa insatisfação dos trabalhadores, que além de demitidos não receberam seus direitos trabalhistas e ainda foram pressionados a deixar suas casas e ameaçados de que os sítios seriam destruídos. Desta forma, a luta, a princípio, se amparava na permanência nas terras e para cobrar direitos trabalhistas. A organização da luta, com apoio de uma articulação dos sindicatos da região, levou a emancipação de um movimento que pressionou os proprietários, através de greves e acampamentos.

Sob pressão e almejando que os trabalhadores que permaneciam empregados não se contagiassem pelo movimento, os patrões fizeram a ameaça de falência a fim de coibir o avanço das reinvindicações e enfraquecer a luta dos trabalhadores desamparados, gerando insegurança. Todavia a luta não cessou, postergando-se até o fim de 1994, quando os trabalhadores empregados estavam com salários atrasados e não receberam o 13º salário. Este fato conduziu a um fortalecimento do movimento de resistência dos trabalhadores que estavam desempregados. Soma-se a isso o fato de uma euforia política enraizada na vitória eleitoral para o governo do Estado de Pernambuco de Miguel Arraes, neste mesmo ano.

Em 1995, sentindo-se ameaçados e avaliando a inviabilidade de manter a produção, os proprietários abandonaram a Usina, deixando uma procuração a um Administrador para cuidar da empresa por 90 dias. Findo o prazo da procuração, os trabalhadores e os sindicatos[6] deram um passo, até então inédito, pedindo a falência da usina. O maior credor da usina era o Banco do Brasil que firmou a indicação de massa falida. A partir de então, os trabalhadores, buscando a apropriação dos meios de produção através de seus direitos trabalhistas, tomaram o controle da usina e dos engenhos, para administrar a massa falida da Usina Catende sob a tutela de um administrador indicado pela justiça, com apoio dos sindicatos.

Os trabalhadores foram readimitidos e os primeiros anos foram muito duros. Tiveram que resistir às dificuldades de reorganizar a estrutura falida de uma empresa que por mais de um século explorou a força de trabalho aos interesses do

[6] Interessante notar que esta forte aliança entre os trabalhadores e os sindicatos se dá muitas vezes, segundo relatos, por um forte vínculo familiar que existia, pois muitos sindicalistas eram filhos de trabalhadores da usina e do campo.

capital. Até 1998, viveu-se um momento crítico, os trabalhadores sobreviveram muitas vezes da doação de cestas básicas com apoio de ONGs, sindicatos, políticos[7], associações de bairro, comerciantes locais e outros movimentos sociais. Neste período de árdua resistência, foram criados núcleos de segurança alimentar, o que permitiu superar esta fase.

É a partir de 1998 que se inicia o projeto reestruturador que permitiu a construção de uma alternativa autogestionárias na região. A princípio, a idéia era organizar os trabalhadores através da forma jurídica de uma cooperativa. Porém, houve resistência, uma vez que a memória sobre cooperativas, que era hegemônica, tinha características negativas, pois no passado da região alguns experimentos de cooperativa foram organizados para explorar a força de trabalho de forma extremamente injusta. Isto posto, foi criada a Companhia Agrícola Harmonia, a fim de suceder a massa falida, sendo uma salvaguarda para quando fechasse o processo de falência os trabalhadores adquirissem o patrimônio da usina através de seus créditos trabalhistas.

A primeira transformação da produção se dá quando algumas comunidades começam a solicitar terras para plantar cana ou recuperar canaviais que estavam degradados, os quais a administração judicial não conseguia atingir. Desta forma, foi criado o programa “Cana de Morador”[8]. A gestão dos trabalhadores passou a moldar novas formas de produção de cana. Existiam áreas coletivas e áreas familiares de plantio de cana, onde respectivamente se plantava para a garantia de seus salários junto à usina e para galgar algum excedente para as famílias. Neste interim também se incentivou a diversificação da produção agrícola, a fim de superar o ciclo secular da monocultura.

Esta organização possibilitou a melhoria da qualidade de vida na região, possibilitando a disseminação de uma nova cultura de trabalho, apesar de muitas vezes sofrer resistência de alguns grupos de trabalhadores. As decisões eram tomadas no Conselho e a pauta de discussão pairava sobre os seguintes pontos: ”1) recuperar a estrutura produtiva para manter e gerar novos empregos; 2) erradicar o

---

[7] Há relatos de que o então Governador do Estado, Miguel Arraes, foi até a Usina Catende no início da gestão dos trabalhadores e vendo aquela determinação, emocionou-se, prometendo ajudar no que fosse possível para que o projeto caminhasse.

[8] Para perceber o impacto do projeto Cana de Morador, é possível notar que a primeira comunidade que solicitou áreas para o plantio fora Balsamo Galinha, onde morava o trabalhador que posteriormente se tornou o administrador indicado pela justiça da Usina Catende.

analfabetismo; 3) erradicar a fome nos períodos de entressafra da cana de açúcar; 4) implantar soluções inovadoras de produção e de gestão" (Nascimento, 2005).

Com ascensão ao poder do Partido dos Trabalhadores, após 2003, como não avançava o processo falimentar, inicia-se um conjunto de desapropriação dos engenhos para fins de Reforma Agrária. Com isto, para melhor organizar a produção no campo foi criada, em 2004, a Cooperativa Harmonia, possibilitando o acesso ao crédito do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) para desenvolver a agricultura. O que gerou impacto positivo na produção agrícola e melhoria nas condições de trabalho no campo. Nesta fase, um novo administrador indicado pela justiça com apoio dos trabalhadores, oriundo da luta pelo programa "Cana de Morador", passa a tomar a frente na Usina Catende. E como não poderia deixar de ser, a cooperativa gerou muita discordância entre os trabalhadores, que, mesmo desta forma, seguiram determinados em sua luta.

Esta luta dos trabalhadores estava enraizada em dois pontos principais: a segurança alimentar e a garantia do trabalho. Prospectava-se uma nova forma de cidadania e se almejava a emancipação da classe trabalhadora, com moradia decente, preocupada com a questão ambiental e com a relação com as cidades. Desta forma, aprofunda-se nos pontos chaves desta pesquisa para compreender melhor a experiência da Usina Catende.

Questão da propriedade

A luta pela propriedade coletiva dos meios de produção foi importante bandeira do movimento que pediu a falência com continuidade do negócio, tendo em vista que almejavam que o coletivo dos trabalhadores através dos créditos trabalhistas sucedesse a propriedade na Usina Catende depois da reestruturação produtiva. Apesar de não terem logrado este êxito como um todo, o rompimento com a existência da figura do patrão possibilitou construir na região um novo modelo de relação social e do trabalho.

A não existência da relação explorador-explorado nos moldes semifeudais que regiam as relações de trabalho na região, permitiu a ascensão de um trabalhador muito mais motivado, que se submeteu a viver de cestas básicas a fim de que a Usina retomasse a produção e normalizasse as remunerações. Esta determinação emerge na coletividade, na vontade dos trabalhadores associados em lutar por seus postos de trabalho. Na consciência da classe proletária havia a

propriedade coletiva da usina e dos engenhos, ou seja, apesar de a propriedade estar atrelada a um processo judicial, os trabalhadores se sentiam donos da empresa e por isso dedicavam seus esforços para um fim que retornaria para si no âmbito coletivo.

Após reorganizada a produção pelos trabalhadores e criada a Companhia Agrícola Harmonia, esperava-se que o processo de falência fosse logo resolvido e a propriedade da Usina passasse ao coletivo do trabalhadores por esta associação. Porém, o processo sofreu entraves do meio burocrático e não avançou. Por isso, já na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva como Presidente da República iniciou-se o processo de Reforma Agrária na área dos engenhos da Usina Catende. Até hoje não completado.

Nos assentamentos formados se organizou a produção agrícola nos moldes do que já se praticava no programa “Cana de Morador”, ou seja, o trabalhador produzia no âmbito coletivo o volume que era requisitado para manter o salário. Contudo, a produção necessária no coletivo não ultrapassava, em geral, o meio do dia, possibilitando ao trabalhador do campo dedicar sua seu esforço de trabalho na outra metade do dia para a agricultura familiar, podendo aumentar a produção de cana ou plantar outras culturas, o que era incentivado nas terras do assentamento, que agora pertenciam à União.

Este modelo democratizou o acesso à terra e garantiu melhores condições de trabalho e vida para o trabalhador do campo. Para avançar, neste sentido, organizar e modernizar a produção no campo, foi formatada a Cooperativa Harmonia, voltada para a Agricultura Familiar. Apesar da resistência dos trabalhadores em aceitar o modelo de organização, a cooperativa galgou importantes avanços para a região, conseguindo crédito junto ao Banco do Brasil pra compra de máquinas e fortalecendo um importante laço entre Catende e o SENAES.

Na usina as relações de trabalho se mantiveram através da Companhia Agrícola Harmonia, em que a luta dos trabalhadores seguia no intento da manutenção de seus postos de trabalho e salários. Desta forma, a Usina Catende, como um todo, conseguiu manter suas operações e empregos, inclusive chegando a números *records* de produção de açúcar e álcool, o que provocou uma significativa melhora na qualidade de vida, tanto na distribuição de renda, como em saúde e educação na região.

Questão do poder

A questão da democratização das relações de trabalho na história da experiência da Usina Catende conformou um complexo modelo de gestão dos trabalhadores, o que não poderia ser diferente, tendo em vista que a quantidade de pessoas envolvidas era extremamente elevada. Não se pode afirmar que foram aplicados à risca todos os princípios do cooperativismo, mas, de acordo com as condições históricas dispostas e frente a uma grande contradição entre o trabalho no campo e na usina, os trabalhadores de Catende alcançaram um modelo próprio de gestão, o que configurou um novo espaço de relações sociais para toda uma região.

A organização do trabalho na Usina Catende era formada por um grande conselho, denominado Conselho Gestor, que envolvia o síndico (administrador indicado pela justiça), a administração da usina e os representantes das comunidades do campo – representados fundamentalmente por associações de moradores dos engenhos e sindicatos de trabalhadores do campo.

O Conselho era o órgão que definia todas as estratégias da Usina Catende, como um todo, no âmbito financeiro, produtivo e administrativo. Os trabalhadores afirmam que a função principal do conselho era administrar problemas, tendo em vista que se tratava de uma empresa falida, que carregava todos os empecilhos que são provenientes deste tipo de situação. Essas dificuldades se acirram, ainda mais, tendo em vista que o período de reestruturação coincide com uma fase de baixos preços da *commoditie,* o que agrava a situação delicada que se apresentava.

As assembleias gerais também eram praticadas e tinham caráter homologatório, realizadas anualmente a fim de aproximar o trabalhador do conselho e das decisões. Todavia, a prática de reuniões com todos os trabalhadores era complexa e as deliberações eram inviáveis neste ambiente. Há relatos de assembleias com mais de 3.000 trabalhadores. Com esta característica, as principais decisões eram efetivamente tomadas no Conselho Gestor. Entretanto, as relações de produção no campo tinham um caráter distinto do que acontecia na usina e os representantes de cada associação de moradores dos engenhos conduziam estas condições para o conselho.

Desta forma, a comunicação entre o Conselho e os trabalhadores era considerada indispensável. As principais formas eram através do diálogo entre os próprios trabalhadores, através dos representantes dos engenhos que faziam parte do conselho e também por um jornal, chamado “Catende se comunica”, em que

eram vinculadas reportagens sobre acontecimentos que interessassem aos trabalhadores e informações sobre a safra de cana e produção de açúcar e derivados. No Anexo 3 segue exemplar deste jornal.

Figura 7: Foto da Entrada da Usina Catende, onde se realizavam a Assembleias.

Fonte: acervo pessoal do autor

Nas assembleias dos engenhos era onde se fazia o debate e os trabalhadores, como um todo, se sentiam parte importante do processo deliberativo. Neste espaço era possibilitada uma verdadeira prática democrática, o que permitiu uma politização dos trabalhadores e conduziu a um espectro que se aproximava da luta por autogestão. As decisões: de moagem, de crédito e sua distribuição, de práticas na entressafra, de ações coletivas para além do âmbito produtivo e etc.; eram todas definidas nestas assembleias de engenho ou em assembleias de todos os engenhos, incentivando a participação intensa dos trabalhadores, inclusive com efetiva participação de trabalhadoras.

A figura do supervisor de campo que se apresentava como um capataz, inclusive armado, no período do usineiro, é extinta, transformando-se em apoio ao

trabalhador, como um articulador entre a usina e o campo. A função de controle e repressão se desfaz, tendo em vista que os trabalhadores estavam motivados pela nova condição de trabalho a que estavam submetidos. Vale ressaltar que o rompimento com a cultura da pressão por produção não é uma simples mudança que se estabelece da noite para o dia, sendo muitas vezes reclamada por alguns trabalhadores, que afirmavam a impossibilidade de trabalhar sem patrão.

É notório que o trabalho no plantio e colheita da cana é uma atividade estafante. Tendo isto em vista, a produtividade por trabalhador diminuiu com o controle dos trabalhadores, houve um relaxamento, sendo que na média, produzia-se sempre abaixo do que era convencionado por sindicato. Este tema foi muito discutido nas assembleias, mas nunca impediu a continuidade da produção, uma vez que era compreensível já que os trabalhadores dispendiam parte de seu esforço individual de trabalho no âmbito da Agricultura Familiar.

Na parte da usina, foi mantida a organização conforme era anteriormente, no período patronal, com todas as funções dentro de uma unidade fabril, buscando uma democratização das relações de trabalho. No campo é onde se observou uma transformação mais significativa. Os trabalhadores mantiveram seu vínculo de trabalho com a usina, produzindo a quantidade de cana por trabalhador que era decidido no Conselho e nas Assembleias. Com o avanço dos assentamentos, a democratização do acesso à terra possibilitou um salto qualitativo na condição de vida dos trabalhadores, uma vez que eram incentivados a produzir no âmbito da agricultura familiar. A organização da empresa como um todo fomentava o avanço desta agricultura familiar com distribuição de sementes, produtos e equipamentos agrícolas. Este conjunto possibilitou uma distribuição de renda muito significativa e, junto a outras ações para além do âmbito produtivo, promoveu a emancipação dos trabalhadores.

Desta forma, os rendimentos dos trabalhadores do campo eram determinados por “produtividade”, ou seja, além de receberem seus salários, que se referia ao piso da categoria, tinham a possibilidade de conseguir uma renda extra de acordo com a produção que obtivessem no âmbito da agricultura familiar. Este salto na qualidade de vida se observou sob a ótica da inclusão no consumo destas famílias, por exemplo, muitas famílias camponesas que antes viviam na eminência da insegurança alimentar puderam adquirir bens como carros e motocicletas e ainda modernizar suas residências.

É evidente que este descompasso de avanço entre o trabalhador do campo e da cidade gerou conflitos a serem resolvidos na organização da empresa, no entanto, o modelo garantiu que o coletivo dos trabalhadores pudesse viver de forma digna e, fundamentalmente, ter segurança alimentar. Ao mesmo tempo, um novo trabalhador vai emergindo com uma consciência de seu papel fundamental para o conjunto da comunidade, e isso se observa quando se apresentam as ações coletivas da Usina Catende para além do âmbito produtivo.

Relações com a Sociedade

As relações com diversos segmentos da sociedade foram fundamentais para o avanço da gestão dos trabalhadores na Usina Catende. Em todo o processo, a aliança com organizações que realizam a luta dos trabalhadores proporcionou o fortalecimento da resistência pelos postos de trabalho. Desde o momento em que se acirraram os efeitos do desmoronamento da usina, em 1993, até o encerramento das atividades, em 2012, a luta de resistência do coletivo dos trabalhadores esteve amparada em forças da sociedade, recebendo apoio para o desenvolvimento dos projetos e sendo laboratório para o pensamento sobre a autogestão nos diversos movimentos sociais, universidades e governos.

Desde o agravamento da crise da Usina Catende, os trabalhadores se articularam junto aos sindicatos ligados à CUT (Central única dos Trabalhadores), CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e FETAPE (Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco) para organizar a resistência operário-camponesa. Uma das primeiras vitórias da classe trabalhadora proveniente desta luta se dá na articulação dos sindicatos dos trabalhadores do campo da região com a CONTAG que permitiu a criação do laboratório para a Aposentadoria Especial para o Trabalhador do Campo nas terras da usina. A luta buscava garantir a aposentadoria de aproximadamente 800 trabalhadores do campo, em vias de aposentadoria, que foram afetados pela demissão coletiva de 1993. Posteriormente este direito experimentado em Catende na luta dos trabalhadores foi adotado para todo o país.

Na relação com o sindicato dos trabalhadores da usina havia um conflito que abarcava a questão da democratização das relações de trabalho. Este sindicato era resistente à adoção de ideias autogestionárias e de redução das desigualdades

salariais dentro da unidade fabril. Este fato formatava um empecilho para o avanço de muitas ações voltadas para integração da produção no campo e na cidade.

A iniciativa de requisição da falência da empresa pelos próprios trabalhadores foi articulada por essa luta sindical e havia, como já dito, uma legitimidade na ação dos mesmo, tendo em vista que boa parte dos sindicalistas eram filhos de trabalhadores. Este fato possibilitou uma ação articulada a fim de garantir que os direitos dos trabalhadores fossem privilegiados conforme a legislação de falência e os postos de trabalho fossem mantidos.

Como a maioria dos habitantes da região estavam envolvido direta ou indiretamente com a usina, há relatos de que comerciantes demonstraram importante apoio aos trabalhadores de Catende na luta pela manutenção do funcionamento da usina. Este fato se revela óbvio tendo em vista que a ausência do emprego na usina acarretaria em queda brusca nos negócios dos pequenos empresários da região.

Ainda no processo de recuperação houve o apoio de ONGs nacionais e internacionais, como a FASE (Federação de Órgão para Assistência Social e Educacional), o CENTRU (Centro de Educação e Cultura do trabalhador Rural), as Pastorais Sociais da Diocese de Palmares-PE, a CPT (Comissão Pastoral da Terra), o Centro de Defesa dos Direitos Humanos e o CEAS (Centro de Estudos e Ação Social); que deram suporte aos momentos em que era preciso reestruturar a usina para a gestão dos trabalhadores, que muitas vezes abriam mãos dos salários e sobreviveram de cestas básicas doadas por estas organizações. Em relação ao MST, a articulação era conflitiva, tendo em vista que o movimento defendia que a luta dos trabalhadores do campo deveria se intensificar a fim de concretizar a Reforma Agrária, devendo abandonar a monocultura da cana e a usina, democratizando o acesso e a utilização da terra.

Para a manutenção da produção, passado o processo de recuperação, quando se articula a Companhia Agrícola Harmonia, a relação com os movimentos sociais se mantêm de forma intensa, porém se apresenta no intuito de apoiar iniciativas que vão para além do âmbito produtivo. Por sua vez, políticas públicas se apresentam de forma decisiva para o avanço e manutenção da produção da experiência da Usina Catende. Primeiramente durante o governo no Estado de Pernambuco de Miguel Arraes, com políticas de estimulo à produção através da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural); e posteriormente

através da SENAES, já no âmbito do governo federal do presidente Lula, através do PRONAF junto ao Banco do Brasil, que disponibilizou crédito para os trabalhadores do campo para a produção de cana e para a Agricultura Familiar como um todo; e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que garantia a compra de açúcar da Usina Catende para distribuir em cestas básicas a áreas de insegurança alimentar.

Isto posto, passa-se a discutir o posicionamento e o envolvimento com a sociedade da Usina Catende, para além do âmbito produtivo, o que mostra como este tipo de ação é fundamental para a emancipação social da comunidade frente às adversidades de um sistema injusto. O caso de Catende é ímpar pelo fato de se tratar de uma empresa que detinha a maioria absoluta dos trabalhadores de uma região organizados direta ou indiretamente em sua produção.

O impacto social mais significativo para a região de Catende promovido pela Gestão dos trabalhadores, junto a movimentos sociais com apoio do Governo do Estado no período de Miguel Arraes, foi a luta pela alfabetização. A taxa de analfabetismo na região caiu de 82% em 1995 para 16,7% em 2002. Havia ainda grande incentivo para formação e capacitação dos trabalhadores, que ocupavam uma antiga “Casa-Grande”, onde antes não passavam do portão, para realização de cursos e seminários (NASCIMENTO, 2005).

Para além do âmbito produtivo da cana havia grande incentivo para a diversificação do uso da terra, o que era incentivado e apoiado pelo Conselho Gestor articulado com ONGs. Nascimento (2005) destaca que havia 2.000 hectares de terras destinados à plantação de mandioca, milho e batata doce; 14 barreiros de peixes; 4 núcleos de vacas leiteiras para consumo da comunidade; além de uma fábrica de ração incentivada por um engenheiro agrônomo cubano que era trabalhador da Companhia Agrícola Harmonia[9].

Todas essas ações estavam se disseminando no coletivo da comunidade da região, promovendo a elevação de uma consciência solidária que reconfigurou as relações sociais e do trabalho. No entanto, um processo com tamanha dimensão está sempre propenso a intervenções políticas contrárias a esta construção e que agem nas fragilidades inerentes a este tipo de experiência. Por isso, para fechar a

[9] Foi relatado que Miguel Arraes era amigo de Fidel Castro, que para apoiar o movimento dos trabalhadores de Catende enviou um engenheiro agrônomo para dar suporte ao funcionamento da usina. Este trabalhador vive até hoje em Catende, porém não foi possível entrevista-lo porque estava visitando a família em Cuba no momento em que foi realizada esta pesquisa de campo.

apresentação da experiência da Usina Catende se dispõe mais um ponto para reflexão.

Considerações sobre a experiência

Para não deixar a análise incompleta sobre a memória da luta dos trabalhadores da Usina Catende, neste ponto é buscado o esclarecimento sobre o aprendizado da experiência. O objetivo é avaliar porquê Catende não resistiu à pressão do sistema capitalista e hoje, desde de 2012, a produção está parada e a usina sucateada. Busca-se observar os erros e barreiras, uma vez que as conquistas já foram apresentadas, para possibilitar uma visão completa sobre uma empresa recuperada do princípio ao fim.

O principal e determinante motivo que enfraqueceu a luta dos trabalhadores e possibilitou o fechamento e sucateamento da produção foi a demora para uma definição sobre o que fazer com a massa falida. Os trabalhadores se organizaram para reerguer a usina e gerir a produção no campo, fundando a Companhia Agrícola Harmonia, conquanto, o processo de sucessão para os trabalhadores não andou e esbarrou em muitos empecilhos burocráticos. Afinal, foram quase 20 anos de resistência, neste meio tempo muitas conquistas foram alcançadas, a custo de muito suor dos trabalhadores e de uma determinação radical. Por outro lado, com esse volume de pessoas envolvidas, alguns desgastes naturalmente surgem e sem uma definição jurídica a resistência apresentou rupturas propícias para a ação de grupos contrários ao projeto.

Uma dessas rupturas se deu do contraste: trabalho no campo e trabalho da usina. Como já apresentado, no campo se deu um significativo avanço na qualidade de vida dos trabalhadores, via incentivo à agricultura familiar e na usina os trabalhadores mantiveram o mesmo padrão anterior. Destarte, no campo, como não avançava o processo de sucessão pelos trabalhadores via direitos trabalhistas, o governo agiu a fim de avançar na reforma agrária, desapropriando as terras, o que democratizou a questão da propriedade; por sua vez, na usina o imbróglio da massa falida estagnou. Ou seja, esse descompasso entre trabalhador rural e operário da usina, conduziu a algum nível de desentendimento e sentimento de desmerecimento.

Outra ruptura importante se deu em relação à Cooperativa Harmonia. Como já apontado aqui, na memória dos trabalhadores a forma jurídica de cooperativa

tendia a formas atrasadas de relações de trabalho, o que promovia uma forte resistência dos trabalhados em aceitar se organizar desta forma. Nas entrevistas aqui disponíveis fica claro este posicionamento, pois se alega inclusive que o motivo do desmoronamento de Catende foi a Cooperativa.

Esta ruptura referente à cooperativa não quer dizer que a cooperativa foi algo ruim para os trabalhadores, pelo contrário. A cooperativa era a melhor saída para organização dos trabalhadores do campo que ocupavam as terras assentadas. Possibilitou uma importante linha de crédito junto ao Banco do Brasil para financiar a Agricultura Familiar através do PRONAF e modernizar e diversificar a produção. Apesar da democratização do acesso à terra, não houve solução dos problemas, uma vez que a usina continuava no processo de continuidade da massa falida e o trabalhador do campo servia a usina para produção da mercadoria final.

Essas rupturas são parte de um processo longo de luta, mas não são determinantes. O que define a ascensão e a decadência da resistência de Catende se acirra no ambiente político. Num primeiro momento, amparados pelas políticas de cunho popular do Governador do Estado de Pernambuco, Miguel Arraes, a Usina Catende formatou a estruturação do projeto arrojado de autogestão que possibilitou a manutenção dos postos de trabalho e renda na região. Num segundo momento, o Governo Federal, com o Presidente Lula, possibilitou um importante avanço nas relações de trabalho no campo através da política de reforma agrária e incentivo à produção. Contudo, num terceiro momento, a partir de 2008, sob desaceleração da economia, o Governo Estadual, que então se apresentava na figura do neto de Miguel Arraes, Eduardo Campos, do PSB (Partido Socialista Brasileiro), ensaia um rompimento com o Governo Federal, o que só fica nítido posteriormente.

A partir de 2008, arraigado possivelmente pelos efeitos da crise econômica mundial, o preço da *commoditie* reduz e inviabiliza o pagamento de alguns salários por certos períodos, o que era solucionado com ações de emergência, principalmente com a doação de cestas básicas. O Governo do Estado assinala o possível distanciamento da Usina Catende e o Governo Federal não se envolvia neste processo porque ainda articulava a aliança PT/PSB.

Neste complexo ambiente político econômico, em 2009, acusando a Cooperativa Harmonia de estar atuando em benefício privado e utilizando a massa falida da usina para este fim, alegando que pagavam os salários dos trabalhadores sempre com cestas básicas, numa ação articulada pelo Governo do Estado de

Pernambuco, é solicitada a destituição do administrador judicial e encerramento da cooperativa. Sendo nomeado para o cargo de administrador judicial da massa falida um suposto “homem de confiança” do governador.

Esta sucessão de acontecimentos provocou uma euforia nos trabalhadores, mostrando que não havia realmente confiança na cooperativa. Inclusive foi criada uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco para apurar os fatos. O que, posteriormente, provou a idoneidade da Cooperativa Harmonia.

Com o novo administrador judicial a situação da Usina Catende parecia melhorar, acompanhando uma aquecimento no cenário econômico, com elevação do preço da *commoditie*, os salários estavam em dia e a produção se mantinha elevada. Todavia, por um problema climático, em 2010, houve uma grande enchente em Catende, o que além de prejudicar muito a plantação, destruiu a hidrelétrica da usina, criando uma barreira quase intransponível para a manutenção das operações da Usina Catende.

Depois da enchente, a determinação dos trabalhadores conseguiu retomar a produção, porém, o fôlego da resistência já estava abalado e o custo de energia elétrica estava muito elevado. Em 2012, com queda no ritmo de produção e atraso nos salários, uma série de acusações de corrupção contra o administrador judicial é apresentada. Com as investigações se descobriu um esquema de desvio de dinheiro da Usina e o então administrador foi preso. Neste ambiente desgastado, uma determinação judicial decide por fim ao projeto da Companhia Agrícola Harmonia, encerrando as atividades da Usina.

Os efeitos de uma decisão como essa são devastadores. A cidade de Catende sofre com um esvaziamento populacional em massa, porque não há emprego na região. Com este esvaziamento em busca de emprego, há um movimento oportunista de outros usineiros que ameaçam ocupar as terras dos assentamentos. A Usina está fechada e sucateada. Comerciantes estão fechando seus estabelecimentos e há gente na eminência da insegurança alimentar. A luta dos trabalhadores, já enfraquecida, espera agora uma resolução para que os direitos trabalhistas sejam recebidos. Esta esperança provém do possível leilão dos Bens da Usina Catende.

Figura 8: Foto onde é possível ver faixa anunciando novo leilão da Usina Catende em breve.

Fonte: acervo pessoal do autor

A história da Usina Catende promoveu uma grande transformação na região da Zona da Mata Pernambucana. Foi um importante laboratório da autogestão no Brasil, por isso é importante resgatar esta memória de resistência. Pois a luta dos trabalhadores é uma sucessão de conquistas e derrotas, e o aprendizado de Catende representa um grande passo para a consciência de classe.

Desta forma, no próximo capítulo será abordado como as empresas recuperadas pelos trabalhadores podem contribuir para a emancipação do trabalho, observando quais seus limites e possibilidades a partir dos estudos de campo aqui apresentados em consonância com a avaliação teórica e histórica do capítulo anterior.

Capítulo 3: Autogestão como alternativa socioeconômica

Pensar a autogestão como alternativa socioeconômica é uma tarefa impetrada pela necessidade histórica de combater a profunda desigualdade e a destruição ambiental que o Sistema Capitalista promoveu na humanidade como resultado da acumulação supostamente necessária para o desenvolvimento das forças produtivas. Neste sentido, nesta pesquisa o objetivo é visualizar como este movimento de luta por autogestão, apresentado nos capítulos anteriores, tem promovido transformações da sociedade, procurando verificar seu potencial para sedimentar uma possível alternativa ao modo de produção hegemônico.

Na primeira seção deste capítulo é apresentado como o poder público enxerga a luta por autogestão no Brasil. Neste intento, busca-se evidenciar como as vitórias da classe trabalhadora têm promovido mudanças na legislação e pressionado o Estado no sentido de promover políticas públicas que incentivem o avanço desta luta e proteger os trabalhadores contra as mazelas do acirramento das contradições do capitalismo.

Na segunda seção serão discutidos os limites e possibilidades do avanço da luta por autogestão no Brasil, a fim de interpretar como este modelo pode prospectar o desenvolvimento como alternativa socioeconômica. Para isso, é feita uma análise teórica a partir da histórica luta por autogestão, como um todo e especificamente da abordagem das ERTs, buscando interpretar o anseio pela emancipação do trabalho, tendo como pano de fundo o aprendizado obtido nos estudos de campo na Flaskô e na Usina Catende.

Por fim, na última seção volta-se à discussão sobre a eminência de uma “Revolução Cultural” que afirme a solidariedade entre os seres humanos. O objetivo é tocar na secular organização dos valores e tentar desmistificar a resistência da sociedade por transformações que almejam um mundo mais humano e menos desigual, a fim de demonstrar, através da pesquisa aqui apresentada, que o homem enquanto lobo do homem não é uma relação social natural, e que é possível elevar um espaço de construção coletiva solidária, sem que a lógica maximizadora das satisfações individuais seja dominante, onde a produção almeje a satisfação da necessidade humana.

3.1. Políticas públicas propostas

A participação do Estado para o avanço de qualquer tentativa de desenvolvimento tem se mostrado fundamental nas condições em que está organizada a sociedade, mesmo onde a ideia liberal mostra uma aparência hegemônica. Basta verificar que o sucesso de empresas tradicionais muitas vezes é apoiado por crédito com taxas de juros subsidiadas pelos governos, por exemplo. Por isso, para observar a luta por autogestão e prospectar suas possibilidades é preciso verificar como o Estado "democrático", eleito por sufrágio universal, entende e incentiva, ou desincentiva, a luta dos trabalhadores.

Para Singer (1998) este capitalismo democrático que rege a sociedade é uma contradição em termos, pois tende a promover a concentração de renda e da propriedade, a exclusão social e a destruição das empresas e empregos tornados tecnicamente obsoletos. Ou seja, o modelo como esta organizada a sociedade promove sua autodestruição, uma vez que no limite, um elevado nível de concentração de renda inviabiliza o consumo, gerando um problema de demanda efetiva, à maneira como Keynes (2007) aponta em sua Teoria Geral.

> Esta análise nos oferece uma explicação do paradoxo da pobreza em meio à abundância, pois a simples existência de uma demanda efetiva insuficiente pode paralisar, e frequentemente paralisa, o aumento do emprego *antes* de haver alcançado o nível de pleno emprego. A insuficiência de demanda efetiva inibirá o processo de produção, a despeito do fato de que o valor do produto marginal do trabalho continue superior à desutilidade marginal do emprego (KEYNES, 2007, p. 42).

Por outro lado, Singer (1998) complementa que esta mesma democracia burguesa possibilita que as vítimas deste sistema exerçam sua força coletiva para mobilizar o Estado a seu favor. E é no seio desta contradição que a classe trabalhadora tem galgado na história moderna e contemporânea a garantia de direitos que lhes protejam frente à tendência destrutiva do capitalismo. Não é atoa que vemos quão incomodada a elite brasileira, e quiçá de quase toda a América Latina, se mostra com o resultado dos pleitos eleitorais, principalmente a partir do início do século XXI.

Contudo, apesar de ser fruto da luta dos trabalhadores, esta democracia burguesa remonta uma estrutura que ainda favorece os interesses da classe dominante. Por exemplo, no Brasil, o sistema eleitoral é configurado por grandes

campanhas publicitárias que só são viabilizadas através de elevados volumes de dinheiro, portanto, dependendo do capital privado para atrair votos. Desta forma, por mais que a classe trabalhadora eleve ao poder representantes legítimos, os mesmo têm buscado a conciliação de classe para alavancar o desenvolvimento, o que tem não outra tendência que o favorecimento do Capital, e, portanto, é reproduzida em menor ou maior escala a lei de concentração capitalista.

Neste cenário é que se busca avaliar o papel do Estado na promoção da luta por autogestão, abarcando o espectro da economia solidária, porém, identificando os possíveis caminhos que tangem as experiências de ERTs. No estudo do GPERT (HENRIQUES et al, 2013) consta que, aproximadamente, 42% das ERTs receberam algum tipo de apoio de instâncias do Estado, para o processo de recuperação e manutenção da produção.

No entanto, este apoio não converge com uma proposta clara de política pública que advogue para ERTs, sendo determinado pela afinidade política da luta dos trabalhadores com os representantes do governo. Ou seja, as ERTs são suscetíveis a alterações partidárias do poder, haja visto o que aconteceu na Usina Catende, por exemplo. Desta forma, as ERTs vão se adequando às políticas públicas mais disseminadas que se desenvolvem em torno das cooperativas, com a Lei do Cooperativismo, por exemplo.

A lei do cooperativismo existe desde 1971, Lei 5.764/1971, e nos últimos anos tem se discutido sua adequação ao novo cenário em que se apresenta a questão, a fim de evitar, por exemplo, que as chamadas “coopergatos” se aproveitem da legislação falha para explorar os trabalhadores sem pagar direitos trabalhistas. Neste sentido, algumas mudanças propostas na nova lei do cooperativismo, Lei 12.690/2012, atingem pleitos da luta por autogestão e em alguns pontos vão ao encontro do que se propõe em parte das ERTs.

Esta lei de 2012 é voltada para o cooperativismo de trabalho, portanto não engloba cooperativas de consumo, da área de saúde e transporte. Ou seja, atinge os interesses das cooperativas de produção e serviços, dentre as quais se encaixam parte das ERTs, apesar de não estar discriminada esta categoria específica. As principais mudanças se estabelecem no que se refere a direitos trabalhistas e segurança social.

Segundo a Lei 12.690/2012, em seu artigo 7º, ficam instituídos direitos mínimos a cooperados, que podem ser complementados com decisões em

assembleia geral, mantendo-se, evidentemente, a não existência de vínculo de emprego e a distinção quanto à CLT.

> Tais obrigações estão associadas ao conceito de direito ao trabalho digno e não precarização das relações de trabalho e buscam assegurar a observância de normas de ordem pública relacionadas à dignidade, segurança, saúde e medicina do trabalho. Por sua íntima relação com direitos fundamentais (direito à vida, à saúde etc.), os mesmos devem ser resguardados não só àqueles que se encontram na condição de empregados, mas a todos que exercem atividades laborativas, seja na forma de trabalho subordinado, autônomo ou cooperado (OCB, 2015, p. 12).

Desta forma, os direitos mínimos que passam a reger as relações de trabalho nas cooperativas são:

> - retiradas não inferiores ao piso da categoria profissional e, na ausência deste, não inferiores ao salário mínimo, calculadas de forma proporcional às horas trabalhadas ou às atividades desenvolvidas;
> - duração do trabalho normal não superior a 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais, exceto quando a atividade, por sua natureza, demandar a prestação de trabalho por meio de plantões ou escalas, facultada a compensação de horários;
> - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;
> - repouso anual remunerado;
> - retirada para o trabalho noturno superior à do diurno;
> - adicional sobre a retirada para as atividades insalubres ou perigosas;
> - seguro acidente de trabalho (OCB, 2015, p. 12).

Neste sentido, é preciso esclarecer que as ERTs, apesar de em sua maioria assumir a figura jurídica de uma cooperativa, têm uma estrutura diversa, e, portanto, as políticas públicas para as cooperativas tradicionais não englobam como um todo as necessidades conjunturais a que estão suscetíveis essas experiências. Por isso, há a eminência de se desenvolver políticas públicas específicas para ERTs, a fim de assegurar que a luta dos trabalhadores não seja esmagada por manobras jurídicas e/ou especulações mercadológicas.

Singer (1998) aponta que o sistema público de segurança social, que também é fruto da luta dos trabalhadores, tem papel importante para a emancipação de “implantes anticapitalistas” dentro do sistema capitalista. Cita que no Brasil o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), que têm representantes dos trabalhadores em seus conselhos curadores, poderiam assumir importante papel na resistência dos trabalhadores na luta pelo

controle operário, não fosse o caráter neoliberal dos governos que buscam manobras para transferir a seguridade social para o âmbito privado:

> Fundos como estes poderão [...] ser usados para financiar também cooperativas ou empresas em alguma medida controladas pelos trabalhadores. Fundos previdenciários dos trabalhadores poderiam servir pra colocar sob controle dos próprios trabalhadores segmentos da economia, tendo em vista preservar empregos (no caso de empresas que de outra maneira seriam liquidadas) e quebrar as estruturas autoritárias em empresas capitalistas, que poderiam passar a ser dirigidas em co-gestão ou autogestão (SINGER, 1998, p. 122).

Esta proposta converge com a finalidade da luta dos trabalhadores que constroem as experiências de ERTs, pois almeja a manutenção do emprego e uma democratização das relações de trabalho. Contudo, mesmo com o Professor Paul Singer à frente da SENAES, não foi possível organizar a estrutura pública para concretizar esta possibilidade, tendo em vista a vasta contradição público privada que rege as relações políticas.

A SENAES é criada em 2003 no âmbito do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) a fim de dar representatividade a história de mobilização e articulação do movimento de Economia Solidária. O objetivo da secretaria é viabilizar e coordenar iniciativas de economia solidária para a geração de trabalho e renda, inclusão social e promoção do desenvolvimento justo e solidário. Todavia, o que se visualizou nos 12 anos da secretaria, não desmerecendo suas conquistas, é um incentivo maior a iniciativas que atuam em espaços em que o capital não tem interesse, como o caso das cooperativas de catadores e reciclagem ou na agricultura familiar, por exemplo.

No caso da Usina Catende, por exemplo, a proximidade com a SENAES era evidente, porém não havia um incentivo ao todo da experiência, sendo que os esforços se direcionavam para a parte da agricultura familiar na figura da cooperativa, no processo de reforma agrária que se constituiu. Neste sentido a experiência em Catende conseguiu ser beneficiada por políticas públicas, que, por sua vez, não eram direcionadas às ERTs, como no caso do PRONAF, do PAA, Reforma Agrária e etc.

A luta por autogestão no âmbito de produção, que é o caso das ERTs, num enfrentamento das contradições capitalistas por meio da resistência por seus postos de trabalho, inseridas no mercado capitalista, sobrevivendo e concorrendo com outras empresas tradicionais, parece não estimular os formuladores de políticas

públicas a olhar com atenção para este fenômeno. Neste sentido, a luta das ERTs, como no caso da Flasko, acaba dependendo de uma associação com movimentos sociais para pressionar o Estado, a fim de ao menos discutir e abrigar no debate a existência destes núcleos de resistência socioeconômica.

Esta pressão é necessária, uma vez que o Estado tende a dissimular a existência desta luta dos trabalhadores a fim de não esbarrar na hegemonia da organização capitalista de produção. E é nesse sentido que algumas experiências têm galgado ao menos um espaço para a discussão de suas lutas, a princípio isoladamente, através de grupos de trabalho junto ao MTE ou por projetos de lei no Congresso Nacional.

A quantidade pouco significativa, o que não quer dizer com pouca força de luta ou poder de mobilização coletiva, e a heterogeneidade das experiências de ERTs parecem ainda não ter convencido o poder público brasileiro de seu potencial de expansão. O próprio Singer, na introdução do mapeamento do GPERT (HENRIQUES et al, 2014), aponta que na Itália a recuperação de empresas por seus trabalhadores é favorecida pela legislação local; e na França o novo Ministro de Economia Social e Solidária está propondo lei que torne obrigatório o oferecimento de qualquer empresa em vias de falência aos empregados para que a recuperem, caso desejem; mas no Brasil ainda falta espaço na agenda pública para este debate.

O momento histórico começa a se mostrar propício para que novas experiências de ERTs emerjam em meio à crise econômica que se apresenta na conjuntura global e, para isso, o conhecimento da existência deste tipo de resistência por parte dos trabalhadores é fundamental, ou, do contrario, na sentença de intervenção judicial das fábricas ocupadas em 2007 não estaria concluído que o problema seria se a “moda pegasse”.

3.2. Limites e possibilidades

Propor uma forma alternativa ao sistema de produção hegemônico não implica numa proposta mecânica e automática para substituição de um modelo por outro, tendo em vista que se trata de compreender o esgotamento histórico do capitalismo. Ao mesmo tempo, a elucidação das experiências que emergem em meio à égide do sistema, como apresentado na revisão histórica e também nos

estudos de caso desta pesquisa, não significa que representem um modelo pronto para conduzir a sociedade.

Apresentou-se aqui um quadro promissor de como a luta por autogestão tem se expandido e somado trabalhadores e movimentos sociais à esta esteira no percurso da história e nos dias de hoje. Neste sentido, a maneira como têm se mostrado viáveis e ocupado espaços vazios que se apresentavam nos ideais históricos do movimento popular, abre espaço para pensar uma forma de superação do sistema capitalista e sua formação social com base num modelo de desenvolvimento comprometido com a classe trabalhadora a partir dessa experiência histórica.

Para entender o momento histórico presente, enquanto esgotamento de um sistema autodestrutivo, é preciso questionar o processo econômico que conduz a esta característica. Para Marx, há uma tendência ao decrescimento da taxa de lucro que pode se basear em desdobramentos da lei do valor. “A queda da taxa de lucro quando aumenta a força produtiva pode ser legitimamente considerada como um exemplo do descompasso entre a abundância da produção de valores de uso e sua medida como valor” (BORGES NETO, 2010).

Ou seja, uma vez que a medida do valor possível é a quantidade de trabalho necessário para produção da mercadoria, fica cada vez mais difícil estabelecer um paralelo entre valor de uso e valor, expresso no valor de troca, tendo em vista que o desenvolvimento das forças produtivas leva a uma desproporção nos componentes da composição orgânica do capital, que se configura na equação em que Marx (2008) aponta a falha que leva a tendência ao decrescimento da taxa de lucro. De maneira mais simples, à medida que o desenvolvimento tecnológico avança, a extração de mais valia se torna cada vez mais limitada, já que o volume de força de trabalho necessário para produzir mais mercadoria é cada vez menor. Por isso, “quando Marx diz que “o valor de troca deixa de ser a medida do valor de uso”, ele aponta para uma *inadequação crescente*, que torna o funcionamento “normal” da economia capitalista cada vez mais problemático” (BORGES NETO, 2010).

Esta característica dialética é intrínseca do modo de produção, e é evidenciada na fundamentação do sistema capitalista na produção de valor. Ou seja, na organização das relações sociais a produção é elaborada com fim de gerar lucro e a satisfação das necessidades humanas fica em segundo plano. Neste sentido, a única forma de manter o funcionamento deste sistema é manter o trabalhador

alienado, desconectado da sua condição de classe na sociedade, para que seja explorado e possibilite a extração da mais valia.

O desenvolvimento da sociedade que propiciou a hegemonia desta forma de produção, portanto, se ancora no âmbito econômico, porque a condição de classe não é expressa por lei que obrigue o trabalhador ao jugo do Capital, como apresenta Luxemburgo (2005), mas sim pela miséria e pelas relações sociais regidas pela propriedade privada. Desta mesma forma, a exploração por via do assalariamento também é uma questão econômica, já que os salários não são fixados por via legal, mas sim de acordo com a conjuntura do mercado, e por isso a força de trabalho se configura como uma mercadoria dentro do sistema, aquela que tem a qualidade de produzir valor.

Esta breve introdução sobre o alicerce da exploração capitalista busca esclarecer a necessidade de pensar uma transformação social que atinja para além da busca pelo poder político por representantes do proletariado. O que quer dizer que para buscar uma transformação estrutural é preciso atingir o sociometabolismo do Capital, na concepção de Mészáros (2010), que é toda essa construção política e social que rege a sociedade, fundamentalmente no meio material, que se dispõe no âmbito da produção.

> Esperar a solução dos problemas estruturais fundamentais primariamente pela derrubada política do Estado capitalista não permite tratar de forma duradoura a ligação mistificadora compartimentada, mas necessária, entre a dimensão política e de reprodução material herdada do sistema do capital. É por essa razão que a reconstituição radical historicamente viável da unidade indissolúvel das esferas reprodutiva material e política em base permanente continua sendo o requisito essencial do modo socialista de controle sociometabólico (MÉSZÁROS, 2010, p. 30).

Neste mesmo sentido, Luxemburgo (2005) apresenta que é impossível imaginar que a transformação da sociedade capitalista para uma sociedade justa socialista possa se dar através de um “golpe feliz do proletariado”:

> A transformação socialista pressupõe uma luta demorada e persistente, sendo de todo provável que, no seu curso, se veja o proletariado mais de uma vez rechaçado, e por tal forma a sua ascensão ao poder, da primeira vez, terá sido necessariamente “cedo demais”, do ponto de vista do resultado final da luta (LUXEMBURGO, 2005, p. 104).

Entretanto, mesmo que a ascensão do proletariado ao poder seja prematura, esta situação faz parte do processo histórico, como a própria Luxemburgo (2005)

aponta, pois cria condições políticas para que, no curso da longa luta de classes, o proletariado alcance o grau de maturidade política necessário para que a revolução socialista seja definitiva.

Neste sentido é que se apresentam as experiências da luta por autogestão, pois fazem parte desta demorada e tenaz luta que possibilita a transformação da sociedade, criando espaços de construção material em que a consciência política possa desmistificar a estrutura capitalista, apesar de não romper totalmente com a mesma.

Novaes (2012), em seu estudo sobre Mészáros, aponta que a democratização das relações de trabalho, exercida pelos conselhos de trabalhadores e outras formas de organização operária, tem importante papel na transformação da sociedade. Pois aponta que todas as funções de controle do sociometabolismo do capital devem ser progressivamente apropriadas e positivamente exercidas pelos trabalhadores associados.

> Sin embargo, según Mészáros, en un contexto ofensivo, el cooperativismo y el asociativismo podrán cumplir un papel en la superación del trabajo alienado, mediante la expropiación de los expropiadores, reunificando el caracol a su concha. Y por medio de la coordinación global de la producción por los productores asociados teniendo como objetivo la producción de valores de uso y el "desarrollo de la rica individualidad" del ser humano. Él critica la sociedad productora de mercancías y vislumbra la construcción de una sociedad que tiene como objetivo la satisfacción de las necesidades humanas (valores de uso). En resumen, la autogestión es la superación positiva de la alienación del trabajo (NOVAES, 2012, p. 188).

No entanto, como já apontado anteriormente, o movimento de luta por autogestão se apresenta, como um todo, num momento em que as ações vão no sentido defensivo. Como no caso das ERTs, que podem ser consideradas emblemáticas, pois os trabalhadores resistem para manutenção de seus postos de trabalho e renda, salvo algumas exceções que buscam agir para além da defesa de sua sobrevivência individual, como é o caso da Flaskô.

Neste sentido, para apresentar um modelo alternativo de produção, Gaiger (2003) alerta para a necessidade de fazer interpretações concisas deste movimento, "interpretações ligeiras dessa importante questão podem, em verdade, manifestar uma pressa de encontrar respostas tranquilizadoras, por sua aparente eficácia política". O autor ainda aponta que a cooperação pode promover uma nova racionalidade econômica, apta pra resistir às rígidas estruturas capitalistas, agindo

em favor dos trabalhadores e propondo uma nova noção de eficiência, em que se elevam questões como a qualidade de vida do trabalhador e a satisfação de objetivos culturais e ético-morais.

> A economia solidária não reproduz em seu interior as relações capitalistas, pois as substitui por outras, mas tampouco elimina ou ameaça a reprodução da forma tipicamente capitalista, ao menos no horizonte por ora apreensível pelo conhecimento. Argumentos correntes em defesa da profundidade da mudança contida na economia solidária, considerando a melhora significativa nas condições de vida advinda do trabalho numa empresa autogestionária, o fortalecimento que tais fatos representam para a luta geral dos trabalhadores e, por outro lado, a necessidade para esses de aprendizado de um novo modelo econômico [...], em verdade dimensionam a transformação social a longo prazo, o que retira de perspectiva, por um outro caminho, entender a alternativa solidária, em si mesma, como a posta em marcha de um novo modo de produção, no sentido abrangente e profundo que o termo contém (GAIGER, 2003, p. 194).

Nesta concepção, o que vemos no atual momento da luta por autogestão são micro espaços onde há o experimento de uma forma alternativa de produção, em que são rompidas estruturas das regras do sistema hegemônico, como apresentado sobre as ERTs. Todavia, este mesmo micro espaço sobrevive em meio ao controle global do capitalismo, especificamente no vasto domínio exercido através do mercado, o que Gaiger (2003) aponta como um “caráter incompleto da emancipação do trabalhado solidário diante do predomínio do capital”.

> Não obstante, conforme Marx, é no seio da velha sociedade que se geram as novas condições materiais de existência. Não é necessário que a mesma esteja exaurida para dar curso à dialética entre as forças produtivas e as relações de produção. Pode ocorrer, ainda, que formas não essencialmente capitalistas sejam representadas como se o fossem, pelo efeito de dominação ideológica do modo de produção dominante. Donde resta a questão de descobrir as possibilidades, latentes ou encobertas, para que esses novos agenciamentos do processo de trabalho e dos fatores produtivos, inseminados por novas relações entre os trabalhadores, encontrem caminhos propulsores, rumo a uma função ativa nos próximos ciclos históricos (GAIGER, 2003, p. 195).

Há ainda, segundo Gaiger (2003), além da necessidade de competir no mercado, o fato de que, para isso, as empresas autogestionárias são compelidas a adotar a base técnica do capitalismo e os processos materiais de produção, “configurando-se com isso uma subsunção formal inversa”. Ou seja, apesar de que dentro do microcosmo da empresa a luta por autogestão se apresenta de forma concreta, ao ter que vender seu produto no mercado, são obrigadas a utilizar

máquinas que foram desenvolvidas para maximização da produção dentro do espectro capitalista, portanto, exigindo uma organização dos trabalhadores que conflua para este objetivo. Desta forma ainda é eminente o trabalho repetitivo e saturante que o proletariado deve seguir aplicando, mesmo sem a pressão de um patrão. Como apontou um trabalhador da Flaskô em entrevista: Não temos patrão dentro da fábrica, mas há um mercado que exige que sejamos competitivos para vender nosso produto, e, portanto, o Capital ainda é nosso patrão.

Para Mészáros, segundo Dagnino e Novaes, a tecnologia não é neutra e por isso considera necessário que os trabalhadores reestruturem radicalmente toda a força produtiva para que seja possível a superação do capitalismo e a organização do controle sociometabólico socialista. Para ele, a inserção da tecnologia na produção capitalista é estruturada a fim de garantir a "reprodução ampliada do capital a qualquer custo social" e se refere a um longo período de acumulação e fortes estímulos para seu desenvolvimento. Entretanto, o autor afirma que as condições materiais do capitalismo seguem após a expropriação dos expropriadores, sendo que a transformação da base tecnológica é um dos grandes desafios para a mudança sociopolítica qualitativa (DAGNINO & NOVAES, 2011).

Neste sentido, Gaiger (2003) faz um esforço para apresentar as características indispensáveis que as empresas que buscam esta alternativa de produção devem assumir para que ocorra a transição, a fim de galgar uma experiência genuinamente sob a ótica do trabalho, em que a economia solidária seja fator operante da produção da vida material e social. O autor aponta três exigências:

> a) assumir a base técnica herdada do capitalismo, dela retirando benefícios para a sua forma social de produção própria ou, ainda, alcançando desenvolver, paulatinamente, forças produtivas específicas e apropriadas à sua consolidação; b) cotejar-se com os empreendimentos capitalistas, dando provas de superioridade do trabalho associado perante as relações assalariadas, à medida que impulsionam, em seu interior, uma dialética positiva entre relações de produção e forças produtivas; c) resistir às pressões do ambiente econômico, por meio de mecanismos de proteção e da externalização da sua lógica cooperativa às relações de intercâmbio e de troca (GAIGER, 2003, p. 201).

A partir desta proposição do autor é possível compreender que a luta por autogestão não tem outro caminho do que passar pela tomada dos meios de produção para o controle operário. As ERTs são um símbolo deste movimento, pois, apesar de ainda permanecer na lógica do intercâmbio capitalista, dentro da unidade

produtiva têm promovido a experiência da produção não capitalista, adotando a base técnica herdada do período patronal, mostrando a superioridade de práticas autogestionárias frente a heterogestão e resistindo às pressões do ambiente econômico. É evidente que este movimento depende de uma disseminação ofensiva e um amparo político consistente, o que não se apresenta nos casos brasileiros em geral. Contudo, vale ressaltar que há um aprendizado muito importante que se desenvolve nessas experiências que deve ser relevado.

A supressão da relação entre capital e trabalho acarreta em uma série de mudanças que vão ao encontro da proposta apresentada. A primeira delas emerge da diminuição dos custos com a extinção das funções de controle e supervisão; a segunda de que os trabalhadores estão mais motivados por se sentirem pertencentes ao movimento de resistência, diminuindo perdas na produção e acidentes de trabalho, portanto, galgando uma maior eficiência produtiva[10]; a terceira refere-se ao fato de que a associação dos trabalhadores tem maior flexibilidade para lidar com as dificuldades econômicas, uma vez que os ganhos são socializados e o lucro não é o objetivo final; e a quarta é o fato de que os trabalhadores propõem maior flexibilidade para lidar com momentos de crise, seja por trabalhar horas extras ou reduzir a jornada pela falta de demanda aceitando receber proporcionalmente.

Toda esta conjuntura das empresas que adotam práticas autogestionárias só é possível pela democratização das relações de trabalho que ocorre no microcosmo produtivo e isto promove uma nova racionalidade do trabalho. A ideia é que todas essas decisões sejam tomadas num ambiente transparente e democrático, possibilitando um envolvimento intenso entre os trabalhadores e a produção.

Esta configuração é promissora e atinge o cerne de algumas bases fundamentais do capitalismo, como a propriedade privada e a relação de poder do capital sobre o trabalho, ao menos em parte. Todavia, o avanço destas experiências depende de sua reprodução dentro do sistema, para que seja promovida a intercooperação e ascensão ao poder político. Caso contrário, as experiências tendem a esmaecer ou perder o caráter autogestionário com o tempo, o que se mostra real nas experiências brasileiras. Por isso é extremamente importante o papel das próprias empresas para disseminar esta consciência na sociedade. Gaiger

[10] Maior eficiência produtiva não quer dizer maior produtividade, tendo em vista que na maioria dos casos, as ERTs têm que lidar com um maquinário defasado tecnologicamente e não dispõem de crédito para modernização.

(2003) elenca alguns elementos que potencializam a possível prosperidade da economia solidária:

> De um lado, o forte enraizamento local da economia solidária favorece a que possa apoiar-se no que está à mão - trabalho, saberes populares, energias morais, recursos políticos e institucionais – realimentando sinergias e explorando matrizes econômico-produtivas dotadas de alta racionalidade social. [...] Está apta a inserir-se em um padrão de desenvolvimento sustentável, estação final da lógica predatória da economia meramente concorrencial. Por outro lado, contrariando a idéia de que o espaço econômico esteja tomado completamente pelo capitalismo global, as empresas solidárias tendem a ocupar nichos de mercado, parcialmente protegidos da grande concorrência, e a estabelecerem práticas de troca favorecidas pelos laços de confiança conquistados junto aos seus clientes. Por fim, as experiências de intercooperação de maior vulto, ao se expandirem e multiplicarem, vêm a revitalizar formas de vida econômica diversas, igualmente atípicas diante do capitalismo, das quais dependem frações importantes de trabalhadores. Elas estimulam e sustentam expressões de uma economia do trabalho, atenuando sua vulnerabilidade às imposições do capital (GAIGER, 2003, p. 206).

Estes pontos são algumas possibilidades de avançar a alternativa ao modo de produção por meio do trabalho associado e toca num importante limite do capital até aqui não tratado, nesta pesquisa, que é fundamental para compreender a emergência de lutar por um espaço de relações sociais diferentes do capitalismo: a questão ambiental. Evidenciada pelo professor João Machado na sua discussão sobre os *Grundrisse* de Marx:

> Há uma característica da situação atual que não foi incluída nas antecipações dos *Grundrisse*, mas que está claramente relacionada com elas, que são as ameaças crescentes de catástrofes ambientais, principalmente a partir da tendência à mudança climática (ao aquecimento global). A incapacidade de se enfrentar esta questão a partir do capitalismo tem uma relação estreita com o fato de o capitalismo depender da regulação pelos mercados (pela lei do valor) e não ser uma economia voltada para produzir valores de uso e para satisfazer diretamente as necessidades sociais (BORGES NETO, 2010).

Neste contexto, a emancipação do trabalho frente aos limites do capital é urgente e a alternativa não tem outro caminho do que emergir da luta dos trabalhadores. Não se postula que a economia solidária tenha neste momento histórico condições de avançar para a transformação social, pois são modestos os avanços que se apresentam. Entretanto, as sementes estão sendo plantadas para

que as contradições capitalistas sejam superadas e neste momento em que a crise do sistema se acirra, a terra parece mais fértil para que elas germinem.

3.3. Revolução Cultural: Afirmação da solidariedade

A última seção desta pesquisa poderia estar incluída no tópico anterior, no entanto, se considera importante destacar este ponto para concluir o debate aqui realizado. A questão da revolução cultural com afirmação da solidariedade afirmada como um dos pilares da economia solidária remete a muita discussão e, para evitar bordões do tipo “o ser humano não é assim”, busca-se aqui destrinchar o que isso quer dizer e como pode convergir para uma transformação legítima nas relações sociais.

Singer (1998) apontou que a primeira construção da consciência coletiva deve ser a consciência de classe, pois somente tendo plena consciência de sua posição na sociedade, pode o homem almejar as transformações necessárias para que um mundo mais justo e menos desigual emerja em meio à eminência da barbárie. Por sua vez, esta e qualquer outra transformação na consciência coletiva não pode ser imposta de um grupo para outro, ou de uma pessoa para outra.

Como aponta Gaiger (2003), o risco da idealização de uma proposta pronta que seja disseminada na sociedade “está em supervalorizar o peso da vontade política, a ponto de recair numa visão voluntarista, como verificou-se em boa medida nas malogradas tentativas de construção do socialismo no séc. XX”. Marx (2011, p. 66) quando avaliando a Comuna de Paris aponta:

> Em todas as revoluções, ao lado de seus verdadeiros agentes, surgem homens de outro tipo; alguns deles, sobreviventes e devotos de revoluções passadas, desprovidos de visão do movimento atual, porém ainda capazes de exercer influência sobre o povo, seja por sua manifesta honestidade e coragem, seja unicamente por força da tradição; outros são meros brigões que, em virtude de repetir ano após ano o mesmo pacote de declarações estereotipadas contra o governo do dia, moveram-se furtivamente até conquistar a reputação de revolucionários de primeira classe. Depois de 18 de março surgiram também alguns homens desse tipo e, em alguns casos, chegaram a desempenhar papéis preeminentes. Na medida em que seu poder permitia, obstruíram a ação real da classe operária, exatamente do mesmo modo que outros de sua mesma espécie haviam impedido o pleno desenvolvimento de todas as revoluções anteriores. Tais homens são um mal inevitável: com o tempo, são expurgados; mas tempo é algo que não foi dado à Comuna.

O papel dos sindicatos e das organizações políticas, portanto, é socializar o conhecimento, a consciência proletária, como diária Luxemburgo (2005), organizando-a como classe, não de transformar a mente dos indivíduos. Ou seja, a luta por autogestão só pode se configurar como um movimento de massas, uma construção coletiva que reflita as condições sociais históricas e não decorrente do cérebro humano.

Gaiger (2003) dispôs da seguinte forma este ponto:

> No atual ponto de partida, sejam quais forem os desdobramentos futuros, vale ter em vista um critério fundamental: apenas uma nova prática – aquela de uma nova inserção no mundo do trabalho e da economia – pode gerar uma nova consciência e provocar, sucessivamente, novas mudanças na prática (p. 201).

Por isso, como apresentado no capítulo 2, eleva-se como grande avanço social a democratização das relações de trabalho nas ERTs, tendo em vista o que Luxemburgo (2005) afirma quando discorre sobre a importância da prática democrática, “a democracia é indispensável, não porque torne supérflua a conquista do poder político pelo proletariado, mas ao contrário, por tornar essa perspectiva necessária tanto como a única possível”. Neste sentido, a democracia é a prática social que cria a condição histórica capaz de possibilitar a transformação da sociedade, pois prepara a classe operária para controlar o sociometabolismo proletário.

Não obstante, quando se afirma a democracia, não se está discorrendo sobre a democracia burguesa que alicerça as condições sociais presentes e legitima o Estado Capitalista junto à população. Mesmo que alguns autores afirmem sua importância histórica para os trabalhadores, como Singer (1998). Mészáros aponta um caminho diverso:

> Direta ou indiretamente, o capital controla tudo, inclusive o processo legislativo parlamentar, ainda que se suponha que este seja considerado totalmente independente do capital em muitas teorias que hipostasiam a “igualdade democrática” de todas as forças políticas que participam do processo legislativo. Para conceber uma relação muito diferente para os poderes de tomada de decisão nas nossas sociedades, hoje completamente dominadas pelas forças do capital em todos os domínios, é necessário mudar radicalmente o desafio ao próprio capital como o controlador geral da reprodução sociometabólica (MÉSZÁROS, 2010, p. 36).

A prática democrática aqui disposta e que cria formas políticas é a que emerge da organização social proletária, no trabalho associado, nos conselhos de

fábrica, nas assembleias gerais, no movimento estudantil e etc. A chamada democracia participativa. Só através dela pode a classe trabalhadora postular a superação do trabalho alienado.

> Vista de modo mais amplo, a questão incide na criação de novas forças produtivas – nesse caso, intelectuais – impulsionada por uma nova forma social de produção, a exemplo do ocorrido na aurora do capitalismo. Instaurada socialmente aquela demanda, pela presença da nova forma, introduz-se o processo inovador e criativo de desenvolvimento das faculdades humanas, cuja soluções, por seu turno, são suscetíveis de retroalimentar a demanda, em ciclos sucessivos. Além de o trabalho associado como tal equiparar-se a uma força produtiva específica da maior importância, é factível, nos empreendimentos autogestionários, que o avanço das capacidades subjetivas tome o passo da renovação dos processos materiais de produção, forçando a que esses venham a reconstituir-se progressivamente sobre outras bases. Desta feita, então, a nova forma social de produção não estaria criando uma nova base técnica em sentido estrito (inovações tecnológicas, instrumentos, etc.), mas sim em vias de absorver soluções já disponíveis (inclusive as chamadas tecnologias alternativas), convertendo-as à sua lógica própria (GAIGER, 2003, p. 204).

Esta colocação de Gaiger (2003) é fundamental no sentido exposto nesta pesquisa, pois remete ao processo pelo qual o controle operário das empresas tende a criar uma nova consciência coletiva que colocará a base técnica disponível à função de satisfazer as necessidades e não maximizar a produtividade. Ainda nesta concepção, fica evidenciado que a completa superação do trabalho alienado ainda depende de um progresso necessário no controle sociometabólico proletário para se concretizar, ao renovar os processos materiais.

Para além da empresa, alicerçado nesta possível nova base material de produção, o utilitarismo perde sentido, assim como a maximização dos lucros. Portanto, a produção e o consumo se direcionam para a satisfação das necessidades humanas, indo na contramão do mercado necessário para o avanço da acumulação capitalista e, consequentemente, não agredindo o meio ambiente a ponto de caber a perspectiva de barbárie.

Desta forma, como apresenta Gaiger (2003), o que ocorre é a reversão do processo vital ocorrido nos primórdios do capitalismo: a separação entre o trabalhador, os meios de produção e o produto – assentado na alienação e na submissão ideológica do proletariado. A luta por autogestão assume a faculdade de retirar os trabalhadores do espectro da consciência alienada, possibilitando que se

“reintegre às pessoas a riqueza dos conteúdos do trabalho e da vida coletiva em geral” (GAIGER, 2003, p. 205).

O papel da luta por autogestão é, neste interim, fundamental. Foi possível no capítulo 1 observar a trajetória dos movimentos críticos à hegemonia do capital que lograram grandes conquistas para a classe trabalhadora dentro do controle sociometabólico capitalista. Complementarmente, também foi possível verificar que o trabalho associado não é condição inédita que confronta as condições materiais dispostas pelo capital, haja visto por exemplo a República Guarani, que ainda no período de transição do feudalismo para o capitalismo já apresentava uma forma mais justa e menos desigual de sociedade.

Neste sentido, para legitimar uma possibilidade de transformação social que seja conivente com a base material correspondente ao controle sociometabólico proletário, muito autores buscam exemplificar a capacidade humana de, tempos em tempos, transformar sua consciência de acordo com as condições históricas dispostas. Singer (1998) apresenta a revolução social que promoveu o avanço do capitalismo como um longo período em que a ideia da produção capitalista foi se mostrando superior ao modelo feudal, galgando avanços em que a consciência burguesa foi se disseminando gradualmente até eclodir numa revolução política.

Neste mesmo sentido é possível pensar a superação do capitalismo, como apresenta Gaiger (2003, p. 208):

> [...] cabe admitir que a adesão dos trabalhadores às práticas de cooperação e reciprocidade não se mantém porque os mesmos se vêem instados moralmente a fazê-lo, mas primordialmente por verificarem, por eles próprios, que desse modo satisfazem mais plenamente os seus interesses, que obviamente não necessitam ser apenas utilitários, embora em certa medida não possam deixar de sê-lo. Reside nesse ponto a importância decisiva de demonstrar a superioridade da forma social de produção solidária, diante de outras alternativas oferecidas ao trabalhador.
> Da percepção dessa simbiose entre interesses próprios e alheios, nasce o interesse comum, base da ação de classe, entre indivíduos similarmente situados no processo de produção da vida material. Quando uma nova forma de vida econômica corporifica-se, projeta consigo novos grupos, compelindo-os, segundo as circunstâncias, a lutarem por sua afirmação.

Nessas condições é que pode emergir esta chamada revolução cultural que se apresenta nos postulados da economia solidária; uma transformação que surja da base dos trabalhadores, conscientes de sua condição de classe, na construção

coletiva de uma sociedade em que o trabalho seja emancipado, onde não existam mais classes e a solidariedade ocupe o espaço deixado pela competitividade.

A crise estrutural do capital tem provocado uma crise de consciência na sociedade, tornando o espaço político instável por todas as regiões do mundo; ao mesmo tempo a necessidade de expansão do Capital tem promovido a constante degradação do meio ambiente, o que elevou um movimento (contraditório) que levanta a bandeira verde, mas não observa a luta de classes. O proletariado no meio desta conjuntura, sofrendo com as mazelas da recessão capitalista, tende a não aceitar a situação, as sementes anti-capitalistas estão brotando por todos os lados.

Considerações finais

O “barco”, disposto na canção de Silvio Rodríguez que abriu o caminho para esta pesquisa “navegar”, é aqui entendido como a resistência da classe trabalhadora. Da mesma maneira que na canção, buscou-se pensar em uma forma que não tenha a pretensão de ser vanguarda ou evidente panfleto e que use adjetivos sem ser “romântico”. Observou-se que a história deste barco tem melhor compreensão se entendido que são os homens, de todas as características, mas somente os homens que estão no “convés”, que podem fazer com que o “barco navegue”. E, por fim, questiona-se as verdades impostas pelo modelo hegemônico de relação social. Até quando os trabalhadores vão respeitar os limites e os valores seculares impostos pelo capitalismo? Isso diz respeito às fronteiras que o “barco” vai rompendo. E o que se sabe é que essa história será escrita por esses homens.

A *Playa Girón*, por fim, é um símbolo de resistência. Talvez um dos mais emblemáticos da história moderna, pois foi nesta praia que o povo cubano resistiu com uma determinação incansável e venceu a famosa batalha da Baía dos Porcos frente a ira do imperialismo norte americano em plena Guerra Fria.

É neste sentido que se buscou entender o momento atual da luta da classe trabalhadora no Brasil. Não almejando conjurações nostálgicas das revoluções socialista do século XX, mas observando as ações do proletariado que fazem a resistência ao capital manter sua chama acesa. Neste sentido vai ao encontro do que Henriques (2013, p.324) defende, “é preciso que as iniciativas concretas permitam a ressignificação dos conceitos e das estratégias de luta para a emancipação social”.

Contudo, essa ressignificação passa necessariamente por uma compreensão concisa do desenvolvimento histórico que formatou a condição material que a classe trabalhadora deve enfrentar. No percurso desta pesquisa foi possível verificar que há na história do homem a recorrência de tentativas de instituir alternativas comunitárias e democráticas para a organização da sociedade. Com o avanço do capitalismo, principalmente com o advento da industrialização, já no século XIX, essas tentativas foram tomando um caráter se superação do modo de produção e consumo, a fim postular uma sociedade mais justa e menos desigual a partir da utilização do desenvolvimento das forças produtivas em prol da sociedade.

E é nesse sentido que se buscou observar a atualidade do movimento de resistência no Brasil frente a necessidade de sobreviver às mazelas das contradições do sistema de produção. O movimento enxergado como expoente da organização trabalhadora é luta por autogestão; e as inciativas concretas, que foram os laboratórios para o desenvolvimento desta pesquisa, são as ERTs. A partir desta configuração passou-se à interpretação da condição histórica do movimento, almejando identificar suas potencialidades frente a urgência de lutar por um modelo alternativo de desenvolvimento.

A aproximação de duas experiências de ERTs foi fundamental para compreender a atualidade deste movimento, evidentemente enviesado pela escolha dos casos ser elencada no entendimento de que são experiências com avançado grau de politização e democratização. Entretanto, são exemplos de que ao menos no microcosmo produtivo um mundo diferente é possível.

O que se pode concluir neste sentido é que a atualidade histórica do movimento de resistência dos trabalhadores passa por uma fase em que se posiciona na defensiva. A própria ERT tem sua origem na luta contra o desemprego e a miséria. Não é uma organização política que almeja a derrocada capitalista. Por isso, a importância de destacar seu potencial, que, mesmo sob essas circunstâncias, muitas experiências lograram desenvolver um elevado grau de práticas autogestionárias.

Neste sentido, novamente, vai ao encontro do que Henriques (2013, p.323) aponta: “É preciso que as ERTs sejam compreendidas dentro de seus contextos e que esteja claro que os objetivos iniciais dos trabalhadores que empreenderam essas lutas não era o de promover uma revolução socialista”.

Fundamentalmente, a experiência do trabalho associado dentro da ERT, que emerge nestas condições, proporciona um aprendizado que vai além da luta pela manutenção de seus postos de trabalho. Este aprendizado é possibilitado quando há a primeira ruptura das relações de produção capitalista, que é o pilar da propriedade privada. Ou seja, uma vez que já não existe a figura do patrão, os trabalhadores precisam se organizar para manter a empresa funcionando.

É neste desafio que se opera o aprendizado, pois os trabalhadores passam a conviver com práticas democráticas para a organização da produção. Segundo Luxemburgo (2005) e a observação dos casos de ERT, esta democratização das relações de trabalho promove a emancipação de um trabalhador autogestionário,

que internaliza uma nova racionalidade para suas tarefas, passando a se enxergar enquanto parte de uma classe. Este trabalhador é mais motivado e evidencia uma eficiência produtiva superior ao que é possível no modelo de heterogestão.

Evidentemente, que isolado no microcosmo produtivo, estas experiências tendem a esmaecer, pois, por mais que em parte rompam com a lógica capitalista de produção, não conseguem desatar o pilar do mercado, e são obrigados a jogar o jogo para sobreviver, uma vez que, têm que vender suas mercadorias. Ou seja, com o tempo, o espírito de determinação radical que possibilitou a recuperação da empresa vai se transmutando, ou pelo cansaço dos trabalhadores ou pelas mudanças que vão ocorrendo nos quadros dos trabalhadores. Isto possibilita que a lógica capitalista, gradualmente, volte a reger a produção e leve as experiências ao esgotamento, como no caso da Usina Catende.

Contra esta tendência, só há a alternativa de disseminar este aprendizado autogestionário na sociedade, pois quanto mais grupos somados à luta, maiores as chances de almejar vitórias juntos ao poder público para suas demandas e, ao mesmo tempo, manter a chama da determinação dos trabalhadores acesa. É por exemplo o que se vê nos 12 anos de ocupação da Flaskô.

Todavia, as ERTs ainda estão longe de figurar na agenda pública brasileira, pois a supremacia da economia solidária elencada por suas políticas governistas, tende a protocolar seu apoio a iniciativas que agem em espaços onde o capital não tem muito interesse, como é o caso das cooperativas de reciclagem. Deixando o trabalho associado em empresas de grande e médio porte isolado. Esta constatação mantém a luta por autogestão controlada dentro da política de conciliação de classes da “nova esquerda”.

Esta é a atualidade do movimento de resistência da classe trabalhadora: lograda sobre um momento defensivo frente às adversidades da crise capitalista, porém experimentando alternativas para a superação do trabalho alienado. Apesar dos resultados modestos apresentados até aqui, o aprendizado, que na própria luta os trabalhadores experimentam, representa uma construção importante que vai preparando o proletariado para tomar o controle sociometabólico através do trabalho associado, apesar de ainda pouco se tocar na eminência de se produzir para satisfazer as necessidades humanas e não por resultado econômico.

Por outro lado, ao verificar que as empresas recuperadas que adotam práticas autogestionárias logram resultados significativos, a heterogestão capitalista,

seja fordista ou toyotista, passa a ser colocada em xeque. A disseminação destas experiências pode promover uma pressão irreversível na organização das relações de trabalho, e nem mesmo a capacidade do sistema capitalista de se reinventar a cada ciclo vai impedir que os expropriadores sejam expropriados.

Referências

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. **A Revolução Boliviana**. São Paulo: UNESP, 2007.

AZZELLINI, Dario. **De las cooperativas a las empresas de propiedad social directa en el proceso venezolano**. *In:* HARNECKER, C. P. Cooperativas y socialismo: una mirada desde Cuba. La Habana: Caminos, 2011.

BOFF, Leonardo. **Crise Terminal do Capitalismo?** Agência Carta Maior, 28 de maio de 2011. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Crise-terminal-do-capitalismo-/19222>. Acesso em: 29 mar. 2014.

BORGES NETO, J. M. **Valor e Esgotamento do Capitalismo nos Grundrisse**. *In*: PAULA, J. A. (org.). O Ensaio Geral: Marx e a Crítica da Economia Política (1857-1858). Autêntica: Belo Horizonte, 2010.

CAPOCHE, Luis. **Relación general de la Villa Imperial de Potosí**. Madrid: Atlas, 1959.

CARNEIRO, Edison. **O Quilombo dos Palmares**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 1958.

COELHO, Anelise S. F. Os Anos de Primavera no País da Eterna Tirania: as reformas sociais e a revolução na Guatemala. **REBELA**: v. 1, n. 2, p. 276-297, 2011. Disponível em: < http://rebela.emnuvens.com.br/pc/article/view/29/67>. Acesso em: 05 jul. 2015.

DAGNINO, Renato; NOVAES, Henrique T. **As forças produtivas e a transição ao socialismo:** contrastando as concepções de Paul Singer e István Mészáros. *In:* NOVAES, Henrique T. O retorno do caracol à sua concha: a alienação e desalienação em associações de trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

DAL RI, Neusa M.; VIEITEZ, Candido G. **Trabalho associado**: cooperativas e as empresas de autogestão. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

FELICI, Isabelle. A verdadeira história da Colônia Cecília de Giovanni Rossi. **Cadernos AEL**, v. 5, n. 8/9, 2010.

FREITAS, Décio. **Palmares**: a guerra dos escravos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GAIGER, Luiz Inácio G. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**: Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

GUILLERM, Ala; BOURDET, Yvon. **Autogestão**: uma mudança radical. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

HADDAD, Fernando *et al*. **Sindicatos, cooperativas e socialismo**. Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

HARNECKER, Camila P.; REYES, Jesús C. **Una introduccíon a las cooperativas**. *In:* HARNECKER, C. P. Cooperativas y socialismo: una mirada desde Cuba. La Habana: Caminos, 2011.

HENRIQUES, Flávio Chedid. **Empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil e na Argentina**. 2013. 334 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

HENRIQUES, Flávio Chedid et al. **Empresas Recuperadas por Trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 2007.

KLEIN, Hebert S. **Bolívia**: do período pré-incaico à independência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LÖWY, Michael. **O pensamento de Che Guevara**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Revolução Russa**. Petrópolis: Vozes, 1991.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** 4ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica a economia política. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008. 3 livros.

MARX, Karl. **A Guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A atualidade histórica da ofencisa socialista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **As Ligas Camponesas às vésperas do Golpe de 1964**. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. v. 29, n. 02, 2004.

NAHOUM, Benjamin. **Cuarenta años de autogestión en vivenda popular en Uruguay**: El modelo "FUCVAM". *In:* HARNECKER, C. P. Cooperativas y socialismo: una mirada desde Cuba. La Habana: Caminos, 2011.

NASCIMENTO, Claudio. **A autogestão e o "novo cooperativismo".** *In:* BENINI, Edi A. et al. Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária. *São Paulo:* Outras Expressões, 2011.

NASCIMENTO, Claudio. **Do "Beco dos Sapos" aos canaviais de Catende**: Os "ciclos longos" das lutas autogestionárias. Brasília, Senaes, 2005. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF0BC7F11434/prog_becosapos.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2014.

NOVAES, Henrique T. **Las bases del socialismo autogestionario**: la contribución de István Mészáro. *In:* HARNECKER, C. P. Cooperativas y socialismo: una mirada desde Cuba. La Habana: Caminos, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL [OCB]. **O que muda com a lei nº 12.690/2012**. Disponível em: <portal.mte.gov.br/.../CARTILHA_cooperativismo_trabalho_BAIXA.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2015.

OLIVEIRA, José Roberto de. Experiências utópicas no território fronteiriço do mercosul e as alternativas de sustentabilidade e desenvolvimento para o terceiro

milênio. **Desenvolvimento em Questão**: v. 10, n. 20, p. 28-51, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/55>. Acesso em: 10 fev. 2015.

RODRÍGUEZ, César. **À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização**: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. *In:* SANTOS**,** Boaventura de Sousa**.** Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

RODRÍGUEZ, Silvio. Playa Girón. In: RODRÍGUEZ, Silvio. **Días y flores**. La Habana: EGREM, 1975. 1 CD. Faixa 2.

RUGGERI, Andrés. **Autogestión obrera en Argentina**: problemas y potencialidades del trabajo autogestionado en el contexto de la poscrisis neoliberal. *In:* HARNECKER, C. P. Cooperativas y socialismo: una mirada desde Cuba. La Habana: Caminos, 2011.

RUGGERI, Andrés. **¿Qué son las empresas recuperadas?**: autogestión de la clase trabajadora. Buenos Aires: Continente, 2014.

SANTOS**,** Boaventura de Sousa**. Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, Paul. **A recente ressureição da economia solidária no Brasil**. *In:* SANTOS**,** Boaventura de Sousa**.** Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002b.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante**: repensando o socialismo. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

VILLAR, Pierre. **A transição do feudalismo ao capitalismo**. *In*: SANTIAGO, Theo. Capitalismo: Transição. Rio de Janeiro: Eldorado, 1975.

Anexos

Anexo 1 – Lista das ERTs no Brasil (HENRIQUES et al, 2013, p. 244)

N°	Listagem das Empresas Recuperadas por Trabalhadores no Brasil	Estado	N° de Trabalhadores	Setor
1	CAEB - Cooperativa Agro-Extratativista Bom Destino (Bonal)	AC	269	Alimentício
2	COOPEL - Cooperativa dos Agricultores e Pecuaristas da Regional do Baixo Acre	AC	75	Alimentício
3	CCLB - Cooperativa Central de Laticínios da Bahia	BA	55	Alimentício
4	COOPERPLASTICO - Cooperativa de Reciclagem Plástica da Bahia	BA	19	Químico
5	COOPERBEL - Cooperativa dos Produtores de Cerâmica	MG	40	Ceramista
6	COOPERTEXTIL - Cooperativa de Produção Textil de Pará de Minas	MG	210	Têxtil
7	COOPERTRIM - Cooperativa dos Trabalhadores da Ind. Metalúrgica de Raul Soares	MG	23	Metalúrgico
8	Exata Retífica Motores	MG	8	Metalúrgico
9	Minas Brasil Retífica de Motores	MG	12	Metalúrgico
10	Retífica São Bento	MG	17	Metalúrgico
11	POLYUTIL S.A	PB	94	Químico
12	Coobertores Parayba - Indústrias de Cobertores Parahyba Ltda	PE	130	Têxtil
13	USINA CATENDE - Cooperativa Industrial Catende Harmonia	PE	1000	Agroindustrial
14	COOPERBOTÕES - Nova Diamantina	PR	10	Químico
15	CFF - Cooperativa Friburguense de Ferramentaria	RJ	51	Metalúrgico
16	Colégio Graham Bell	RJ	42	Educacional
17	COOPARJ - Cooperativa de Produção de Parafusos do Estado do RJ	RJ	28	Metalúrgico
18	GPCANTELMO	RJ	48	Metalúrgico
19	HAGA S/A Indústria e Comércio	RJ	310	Metalúrgico
20	COMTERN - Cooperativa Mista dos Têxteis do Rio Grande do Norte	RN	38	Têxtil
21	COOTALL - Cooperativa Taquarense de Laticinios Ltda	RS	115	Alimentício
22	ALUMIFER - Cooperativa Autogestionária de Trabalhadoresde Fundição de Alumínio e Ferro Ltda	RS	28	Metalúrgico
23	COOFITEC - Cooperativa de Trabalhadores Profissionais de Fiação e Tecelagem	RS	36	Têxtil
24	COOPECA - Cooperativa Caxias de Móveis	RS	80	Moveleiro
25	COOPEN - Cooperativa do Vestuario de Encantado Ltda	RS	40	Têxtil
26	COOPERCANA - Cooperativa dos Produtores de Cana Porto Xavier Ltda	RS	283	Agroindustrial

27	COOPEREI - Cooperativa de Produção Cristo Rei	RS	37	Metalúrgico
28	COOPERLEO - Cooperativa Leopoldense dos Trabalhadores da Indústria de Carnes e Derivados Ltda	RS	59	Alimentício
29	COOPERSHOES - Cooperativa de Calçados e Componentes Joanetense Ltda	RS	3328	Calçados
30	COOPERSPUMA - Cooperativa dos Trabalhadores na Indústria e Comércio de Espumas Colchões em Tecidos de Gravataí	RS	7	Têxtil
31	COOPHOTEL - Cooperativa Gaúcha de Hotéis e Turismo LTDA	RS	26	Hoteleiro
32	COOTEGAL - Cooperativa Têxtil de Galópolis	RS	123	Têxtil
33	COSIDRA - Cooperativa de Produção de Sistemas Hidraulicos Ltda.	RS	21	Metalúrgico
34	CTMC - Cooperativa dos Trab. Metalúrgicos de Canoas	RS	245	Metalúrgico
35	FUNDECCOOPE - Cooperativa Fundeccoope	RS	83	Metalúrgico
36	CDM - Cooperativa de Produção Metalúrgica de Brusque	SC	12	Metalúrgico
37	COOPERMAQ - Cooperativa de Máquinas e Equipamentos	SC	70	Metalúrgico
38	COOPERMETAL - Cooperativa do Metal de Criciúma	SC	195	Metalúrgico
39	COOPERMINAS - Cooperativa De Extração De Carvão	SC	720	Mineração
40	UNIPOL - Cooperativa dos Trabalhadores na Industria de Polimeiros de Joinville	SC	49	Químico
41	COOPERVEST - Cooperativa dos Profissionais de Fabricação de Vestuário LTDA	SE	115	Têxtil
42	CONES - Cooperativa Nova Esperança	SP	274	Têxtil
43	Cooperativa Monte Sinai	SP	12	Alimentício
44	Cooperativa Unimáquinas	SP		Metalúrgico
45	COOPERAVI - Cooperativa de Produção Agropecuária de Itatiba	SP	320	Alimentício
46	COOPERCAIXA- Cooperativa Paulistana de Produção de Chapas de Papel Ond.	SP	110	Papeleiro
47	COOPERFOR - Cooperativa Industrial de Trabalhadores em Forjaria	SP	224	Metalúrgico
48	COOPERINCA - Centro de Eventos Convenções e Lazer	SP	15	Hoteleiro
49	COOPERLAFE -Cooperativa de Trabalho em Laminação Forjado Especial	SP	58	Metalúrgico
50	COOPERSALTO - Cooperativa de Produção dos Metalúrgicos de Salto	SP	88	Metalúrgico
51	COOPERTEX - Cooperativa Autogestionária Industrial dos Trabalhadores Têxteis	SP	não informou	Têxtil

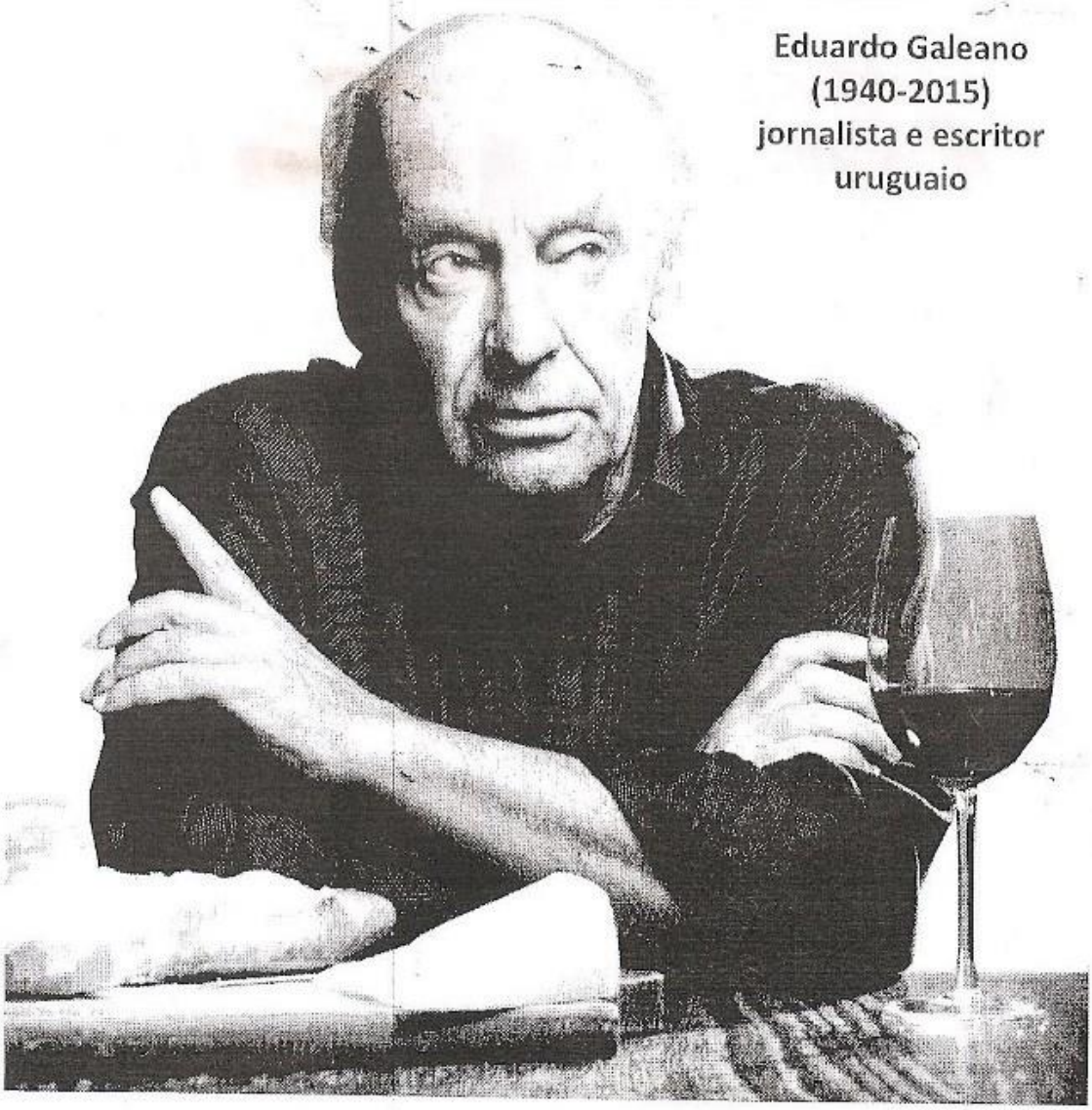
52	COOPERTEXTIL - Cooperativa de Produção Textil São José (Cobertores Parahyba)	SP	152	Têxtil
53	COOPERTRATT – Coop. Ind. de Trab. Trat. Term.	SP	133	Metalúrgico
54	COOPERVIGUE - Cooperativa Vitoriosos Guerreiros	SP	34	Químico
55	COOPEVAL - Cooperativa de Produção de Embutidos da Região de Valinhos	SP	170	Alimentício
56	COPEMA - Cooperativa de Produção de Esquadrias de Aço e Alumínio (COPRAM)	SP	40	Metalúrgico
57	COPROMEM - Cooperativa de Produtos Metalúrgicos de Mococa	SP	516	Metalúrgico
58	COVAL - Cooperativa de trabalho de profissionais do abate de animais de Louveira	SP	240	Alimentício
59	CSJ - Cooperativa de Produção e Serviços Metalúrgicos São José	SP	381	Metalúrgico
60	FLASKÔ Embalagens Plásticas	SP	79	Químico
61	HIDROCOOP - Cooperativa Industrial Hidrocoop	SP	35	Metalúrgico
62	METALCOOP - Cooperativa de Produção Industrial de Trabalhadores em Conf. Metais.	SP	124	Metalúrgico
63	Metalúrgica Rio Grande	SP	176	Metalúrgico
64	PLASTCOOPER - Cooperativa Industrial de Trabalho em Artefatos de Plástico	SP	85	Químico
65	UNIFERCO - Cooperativa Indústria de Trabalho em Usinagem e Fundição de Alumínio	SP	32	Metalúrgico
66	UNIFORJA - Cooperativa Central de Produção Industrial de Trabalhadores em Metalurgia	SP	202	Metalúrgico
67	UNIWIDIA - Cooperativa Industrial de Trabalhadores em Ferramentas de Metal Duro	SP	38	Metalúrgico

Anexo 2 – Jornal Chão de Fábrica

BOLETIM CHÃO DE FÁBRICA
FÁBRICA OCUPADA FLASKÔ
14.ABR.2015

"A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar."

Eduardo Galeano
(1940-2015)
jornalista e escritor
uruguaio



Dia 15 de abril, quarta-feira, dia de luta e de Assembleia Geral na Fábrica Ocupada Flaskô

Na última reunião do Conselho de Fábrica, na quinta, dia 09 de abril, foi decidida pela parada de 24 horas da Fábrica para a realização de uma ampla Assembleia Geral para que nós, o conjunto de trabalhadores e trabalhadoras da Flaskô, possamos nos reunir com calma, para entender os processos políticos e econômicos por qual passa o Brasil, e com isso nos fortalecer em nossa luta cotidiana rumo aos 12 anos de ocupação.

Devemos entender a situação de crise do capitalismo e suas implicações no Brasil, assim como compreender a luta de classes, com os ataques aos trabalhadores, com as MPs da Dilma em dezembro de 2014 e agora a aprovação do PL 4330, que institui com ainda mais força a terceirização. Devemos discutir qual o papel da Flaskô neste cenário e quais as nossas perspectivas, com nossas campanhas e lutas, nossas dificuldades depois de 12 anos e nossa dinâmica de mercado e as perspectivas. No dia 15 de abril, quarta-feira, será um dia de greve geral e paralisação e lutas em todo o país. Devemos intervir nesta luta nacional. Somos parte da classe trabalhadora. Mas para isso precisamos, internamente, também entender o que tem passado conosco.

Para tanto, aprova-se a convocação de uma Assembleia Ordinária, com a presença obrigatória, contando como dia de trabalho, neste dia 15 de abril, quarta-feira, das 11h às 17hs, com lanche e tudo, com paralisação completa da fábrica, por 24 horas. Quem não comparecer perderá o dia. Todos devem vir pois estaremos discutindo nossos empregos, direitos, o passado, o presente e o futuro.

A assembleia deverá ter grandes pontos:

a) **Conjuntura: Alexandre;**
b) **controle operário/democracia/instâncias: Batata;**
c) **Situação Flaskô (produção, financeiro): Dema/Pedro.**

Lembrando que a participação de todos trabalhadores é fundamental para a legitimidade da assembleia como instância fundamental de decisão da Flaskô enquanto Fábrica Ocupada, devemos fazer o esforço de manter o diálogo, colocarmos as questões necessárias para a continuidade dos trabalhos da fábrica, assim como para nos preparar para um ano com diversas dificuldades como já é noticiado nos jornais.

Nos mantendo unidos na luta, ainda mais em um dia de grande mobilização nacional pelos direitos dos trabalhadores, é o primeiro passo para nos fortalecer.

NOS VEMOS DIA 15, A PARTIR DAS 11 HORA DA manhã!!!

Anexo 3 – Jornal Catende se Comunica

Catende se COMUNICA

Jornal da Cooperativa Catende Harmonia / Usina Catende - Janeiro de 2009 - Nº 2

Usina Catende no apoio a Educação

Edvaldo Ramos, diretor de Produção Industrial da Cooperativa Catende Harmonia participa de entrega de diplomas.

Mantido pela Usina Catende, o Grupo Escolar Herculano Bandeira é a segunda escola mais antiga da nossa cidade. Neste ano completa 80 anos. Foi fundado no dia 9 de março de 1929. Seu nome foi escolhido em homenagem ao pernambucano Herculano Bandeira de Melo que em sua trajetória política chegou a ser governador de Pernambuco.

O Grupo conta com um total de 165 alunos, 8 professoras e tem como gestora a professora Leide Lúcia Bezerra de Siqueira. Mantém a educação das séries iniciais do Ensino Fundamental, oferecida aos filhos dos operários. Na formatura de 2008 o Projeto Catende Harmonia esteve representado por Arnaldo Liberato, Edlene Nascimento e Edvaldo Ramos que participaram da entrega dos diplomas à garotada.

Solidariedade

O companheiro advogado e vice-presidente do PT estadual de Pernambuco, Manuel Bezerra de Mattos Neto, de 40 anos, foi executado com dois tiros por volta das 23h do dia 24 de janeiro, em uma casa na praia do Marisco, em Pitimbu, próximo a João Pessoa. Ele foi assassinado por lutar contra a injustiça e a opressão, por defender os direitos humanos e a classe trabalhadora, denunciando a ação de grupos de pistoleiros na divisa entre Pernambuco e Paraíba. Os trabalhadores e trabalhadoras do Projeto Catende Harmonia manifestam sua indignação contra essa violência, exigem a punição dos culpados e solidarizam-se com seus familiares e amigos.

Treinamento em Piscicultura

No período de 12 de janeiro a 12 de fevereiro está sendo realizada uma Capacitação de Agentes de Desenvolvimento Local (ADLs), do Programa Aquacultura de Base Familiar – Segurança Alimentar, Inclusão Social e Mercado na Zona da Mata Sul de Pernambuco. É desenvolvido pelo Centro Josué de Castro, em parceria o NAFF/Promata, Usina Catende e Cooperativa Catende Harmonia. Os participantes são de três níveis e diferentes faixas etárias: técnicos de agropecuária, estudantes de engenharia de pesca e filhos de agricultores da Usina Catende, de vários municípios.

Trabalho em grupo com experiências práticas no Treinamento do ADLs, realizado na Usina Catende

Um dos objetivos do treinamento de ADLs é a formação de técnicos em condições de articular os municípios para desenvolver o consumo familiar de peixe. Que esse alimento faça parte da merenda escolar e o Programa se estenda em toda a região. Os conteúdos vão desde a produção de alevinos até o consumo, quer dizer toda a cadeia produtiva e a comercialização de peixe. Propõe ligar a agricultura familiar com a piscicultura. Faz parte de uma política que busca resgatar os valores da agricultura e favorecer a permanência do homem no campo. Não existe técnicos no mercado, por isso esse grupo é pioneiro na combinação entre agricultura familiar e piscicultura. Para Catende significa promover uma diversificação produtiva, estimulando a comercialização local. Em época de crise econômica mundial, quanto mais estimular a produção e o consumo local, mais estaremos criando alternativas de superação dos efeitos da crise para a classe trabalhadora.

ENTREVISTA COM ARISTIDES SANTOS

Aristides Santos, diretor presidente da Fetape (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco) faz uma breve análise da realidade da classe trabalhadora do campo neste início de 2009.

Aristides Santos

Qual é a conjuntura para a classe trabalhadora rural do Brasil neste ano que se inicia?

Apesar da crise dos Estados Unidos que tem repercussão nas diversas nações do mundo, 2009 tem tudo para ser um ano em que a gente continue evoluindo no sentido de consolidar a agricultura familiar no Brasil, de abastecer o mercado interno e de uma melhor qualidade de vida. Haverá uma eleição na Contag, onde o futuro da agricultura familiar e da luta sindical combativa, que tem sido coordenada pelo companheiro Manoel Santos, nos últimos 12 anos, precisa continuar. Estamos apostando na condição de renovar a direção da Contag e dar ao movimento sindical brasileiro ainda mais condição de enfrentar o debate da crise econômica e da agricultura familiar.

Um outro assunto importante são os assalariados rurais que, por conta da crise e da mecanização, podem sofrer com o desemprego. Por exemplo, no estado de São Paulo já se tem uma data definida para encerrar o corte de cana por cana queimada, que é a forma que contrata mais mão de obra e que será trocada pela mecanização. Caberá a Contag maior atenção a esse setor, mesmo levando-se em consideração que não queimar a cana é importante para a preservação do meio ambiente. Já existe em Brasília um grupo gestor pensando em como administrar essa questão.

2009 será importante para o debate sobre a política do etanol e o biocombustível, as chamadas energias limpas, que ao mesmo tempo é uma oportunidade para a agricultura familiar poder crescer e poluir menos a natureza, pois corremos um risco de aumentar cada vez mais a concentração de terras e de riquezas nas mãos de poucos. No cenário político há possibilidade de avanços na pauta nacional de reivindicação nos espaços que temos construído de negociação com o governo federal.

Essa análise é válida para Pernambuco? O que destacar na realidade local?

Dentro do cenário nacional e internacional Pernambuco não fica isento das conseqüências da crise econômica, são preocupações que precisamos pautar com o governo do estado. O exemplo do que está acontecendo com a redução de empregos na fruticultura no Vale do São Francisco, possivelmente ocorrerá com o setor canavieiro, inclusive por conta do baixo preço do açúcar. Portanto, em Pernambuco a nossa pauta com o governo do estado deve se ampliar, até porque será feita uma avaliação dos primeiros dois anos do Governo Eduardo Campos naquilo que se avançou e o que ainda deve ser priorizado neste ano.

A crise deverá afetar a agricultura familiar, por isso temos que lutar para evitar que os governos cortem recursos da área social e da reforma agrária. Mas a crise também pode ser uma oportunidade para a agricultura familiar, desde que consigamos convencer os governos de que ela precisa ser cada vez mais apoiada para abastecer o mercado interno, evitando os efeitos negativos da globalização.

Pernambuco tem crescido muito no âmbito dos investimentos federais, a exemplo da refinaria, do estaleiro de Suape, projetos que não beneficiam de forma direta a agricultura familiar e os assalariados. Esses investimentos estão concentrados na área metropolitana, precisamos de maior atenção nas regiões do agreste e sertão.

Aristides Santos esteve em Catende participando de reuniões recentes com o Conselho Gestor do Projeto Catende Harmonia

Qual a importância do Projeto Catende Harmonia?

A Fetape vê Catende como um projeto que já está dando certo, embora persista a massa falida. É a única grande experiência de autogestão em um projeto agroindustrial, considerando-se suas dimensões. Apesar das dificuldades, por conta de sua principal cultura ainda ser a cana, apresenta-se como uma grande oportunidade de fazermos a diversificação. Através dele podemos comprovar para a sociedade que a agricultura familiar, conjuntamente com os assalariados rurais, camponeses e operários juntos são capazes de administrar de forma democrática milhões de reais, mostrando a importância da reforma agrária em Pernambuco e no Brasil.

Catende funciona como uma espécie de laboratório para a organização dos trabalhadores dos diversos movimentos sociais, para as universidades e governos. Dentre os projetos de reforma agrária, desapropriações de tantas áreas que estão aguardando encaminhamentos e decisões do INCRA, o encerramento da massa falida do Projeto Catende e a desapropriação do parque fabril estão na pauta de 2009, o que deverá trazer importantes resultados não só para Catende, mas para a reforma agrária e a classe trabalhadora brasileira. Os desafios para a agricultura familiar são dois: resolver a inadimplência dos agricultores e garantir a assistência técnica, que ainda é um dos seus grandes problemas.

COM A PALAVRA SEU CÍCERO

"Cada moagem tem a sua história, nenhuma é igual a outra. Iniciamos a safra 2008-2009 com uma certa expectativa, devido a entressafra curta, conseqüência das dificuldades financeiras. Uma entressafra normal deve durar 120 dias no mínimo, para que seja feito um reparo em condições normais. Fizemos em 60 dias. Em 33 anos de trabalho na Usina, foi o primeiro apontamento em tão curto período de tempo", revela o Sr. Cícero Fernandes de Lira, gerente industrial da Usina Catende.

Sr. Cícero, gerente industrial da Usina Catende

Açucar da CONAB no armazém da Usina Catende

Devido a essas condições, Seu Cícero considera normais os pontos frágeis apresentados pela fábrica até aqui durante a moagem. Tem sempre questionamentos se a Usina vai quebrar. É normal, até as pessoas quebram. Ele explica que o apontamento tem sido feito durante a moagem e semana após semana a produção tem melhorado.

Pode ocorrer de se fazer um reparo muito bom e a safra não ser diferente, pois quanto mais se mexe no maquinário, mais tem necessidade de ajustes. Em 1987, lembra Seu Cícero, foi o ano em que a Usina Catende mais reformou e foi o ano que mais quebrou, até o pessoal se adaptar. Em 2000, implantamos a caldeira Equipalcool, que funcionou de dezembro a fevereiro e não conseguimos adaptá-la. Por sorte, não havíamos desativado as caldeiras de lenha, só em 2001 a nova caldeira normalizou. Depois foi a troca da primeira esteira de madeira por uma esteira metálica, em 2007. Durante mais de 30 dias a esteira não funcionou como devia. Usina é isso. Na minha opinião estamos melhor do que o ano passado, afirma Seu Cícero. Primeiro, existe a vontade e a dedicação dos funcionários para fazer o melhor, as quebras são uma circunstância. E no final do ano, cada turno ainda conseguiu folgar 40 horas, sem a gente parar o processo produtivo.

Permanecendo o rendimento médio de 96kg por tonelada de cana, deveremos chegar a 1 milhão e 77 mil sacos de açúcar (de 50kg) e a 34 mil toneladas de melaço. A média de moagem é de 3.610 toneladas/dia, a previsão é que deveremos concluir a moagem até o dia 20 de março, com a estimativa de 564 mil toneladas de cana.

Uma usina com as dificuldades econômicas que temos enfrentado, fazendo 1 milhão de sacos de açúcar é algo inédito e muito louvável. É uma coisa que muitas outras usinas, que trabalham em condições bem diferentes, não conseguem alcançar. Para Seu Cícero um dos segredos é o pensamento positivo. Permaneço aqui na Usina 24 horas por dia, se necessário. O sentimento de acompanhar o trabalho de perto estimula a minha equipe, mas acima de tudo temos que ter fé, perseverança e vontade!

HIDRELÉTRICA DE HARMONIA FORNECENDO ENERGIA PARA CATENDE

A Hidrelétrica Harmonia fornece energia para a Usina Catende, em média 1.600 quilowatts (kW) por hora. Essa energia é utilizada nos períodos de safra e entressafra, possibilitando que a Usina tenha uma autonomia. A Hidrelétrica está situada no engenho Harmonia e trabalha em conjunto com a termelétrica, que funciona na própria sede da Usina Catende.

Nela trabalham quatro funcionários que a mantém funcionando 24 horas por dia, eles operam para que não falte o fornecimento de energia da Usina. O encarregado da Hidrelétrica é Ednaldo José da Silva, que trabalha há 31 anos. Para ele é uma tradição de pai para filho, pois seu pai, Heleno José da Silva trabalhou 34 anos e seu filho Eduardo José já trabalha há cinco anos. Ele afirma que nasceu na própria Hidrelétrica, de onde pretende sair aposentado.

Sr. Ednaldo José, encarregado da Hidrelétrica Harmonia

As duas turbinas da Hidrelétrica são movidas pelas águas do rio Pirangi, a 7 km da sede da Usina. Ela começou a ser construída em 1948 e foi inaugurada em 1952, funcionando até hoje com um maquinário original e em excelente estado de conservação.

NATAL SOLIDÁRIO

No engenho Ousadia, dezenas de crianças participaram do Natal solidário organizado pelos participantes do Escola de Fábrica numa tarde de muitas brincadeiras e distribuição de presentes e cestas básicas.

O Centro das Mulheres de Catende cadastrou 68 crianças e promoveu a distribuição de presentes no bairro Cruzamento, localizado próximo a Usina Catende.

SAFRA 2008 – 2009 Os dados aqui apresentados são referentes até o dia 25/01/2009	
ATR de Janeiro / 2009	146,8271
ATR médio cana do coletivo	148,0160
ATR médio cana de morador	146,5856
ATR médio cana de fornecedor	145,8489
Moagem	384.303,090 ton
Produção de açúcar	736.004 sacos de 50kg
Produção de melaço	23.579,394 ton
Preço médio do açúcar	R$ 32,28
Preço médio do melaço	R$ 183,18
Rendimento médio do açúcar	97,447 Kg por ton/cana
Produtividade média	52,1 ton/ha

Dados fornecidos com a colaboraçãode Edilton Teodosio Gonçalves/Escritório Agrícola.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

No ano passado a Diretoria Social da Cooperativa priorizou algumas ações realizadas em parceria com as outras diretorias, entidades e órgãos governamentais. Dentre elas a aposentadoria, orientando e encaminhando trabalhadores e trabalhadoras para o setor de Recursos Humanos, Sindicatos e INSS, fornecendo informações necessárias.

Houve também entrega de cadeiras de roda, enxovais de gestantes, visitas e acompanhamento às famílias na área de Saúde, realização de festas comemorativas nas comunidades, dentre outras.

TRABALHADORES COMEMORAM

Na semana de 05 a 11/01/09, a Usina Catende moeu 31.489,010 toneladas de cana e produziu 65.253 sacos de açúcar de 50kg. O ATR médio foi de 157 kg/tonelada, rendimento médio de 105,407 kg/tonelada, quando o rendimento da safra está em 96 kg/tonelada de cana. O rendimento médio da safra passada foi de 87kg/tonelada. Outro compromisso assumido pela Cooperativa Harmonia em nome dos trabalhadores acaba de ser cumprido, com o empacotamento de 65 mil sacos (de 50kg) de açúcar da Conab. Assim, os trabalhadores de Catende estão saldando seus compromissos com muito trabalho e organização.

PROJETO DE HABITAÇÃO

Pensar não só a casa a ser construída, mas a comunidade como um todo. Esta foi uma mudança fundamental ocorrida no Projeto de Habitação da Usina Catende, no ano passado. Seis comunidades foram escolhidas como experiências piloto prevendo melhorias no esgotamento sanitário, áreas de lazer, construção das sedes das associações, dentre outras. A fase de levantamento foi decidida com recursos da ordem de R$300 mil, nesta etapa serão construídas duas comunidades em Palmares, duas em Catende, uma em Xexéu e uma em Jaqueira. Técnicos e profissionais de engenharia, topógrafos, arquitetos vão participar de reuniões com as comunidades para o levantamento de questões pertinentes ao Projeto de Habitação. Em agosto de 2009 estarão prontas as seis maquetes.

CATENDE SE COMUNICA - Jornal da Cooperativa Catende Harmonia. Filiada a ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas em Auto Gestão). **Diretores:** Elenildo Correia Pena (Presidente), Adelmo Rodrigues da Silva (Administração), Adeilton Antonio da Silva (Meio Ambiente), Benedito Antonio de Barros (Produção Animal), Cristina Maria de Mendonça (Mulheres), Edlene Maria Silva do Nascimento (Formação), Joel Clemente de Oliveira (Produção Agrícola), José Edson da Silva (Jovens), Edvaldo Ramos da Silva (Produção Industrial), José Manoel Flor Filho (Comercialização), Maria Dulce Afonso (Social), Paulo Severo dos Santos (Financeiro) e Zacarias José da Silva (Recursos Humanos). **Secretária:** Niedja Kelly. **Conselho Editorial:** Marivaldo Andrade, Arnaldo Liberato, Bruno Ribeiro, Romero Pereira, Regina Piechocki, Juan Diaz. **Produção:** Setor de Comunicação do Projeto Catende Harmonia **Jornalista:** Gerson Flávio (Reg. 1659 DRT-PE) **Endereço:** Engenho Catende s/n Centro CEP 55400-000 Catende-PE. Tel. (81) 3673-1221. **E-mail:** usinacatende@catendeharmonia.com.br **Site:** www.catendeharmonia.com.br **Editoração e Impressão:** LM Gráfica e Editora **Tiragem:** 5.000 exemplares.

Apêndices

Apêndice 1 **– Roteiro para traçar perfil da ERT**

Roteiro para traçar perfil da ERT	
1) Razão Social/ Nome Fantasia/ Endereço	22) Que tipo de decisão é do conselho?
2) Data da recuperação da empresa	23) Que tipo de decisão é Coletiva?
3) Como aconteceu o processo de recuperação?	24) Quantas horas semanais cada trabalhadores desempenha?
4) Qual a quantidade de funcionários (antes/ após recuperação/ hoje)?	25) Há necessidade de horas extras?
5) Quantos funcionários hoje desde antes da recuperação?	26) Qual o perfil do mercado que a empresa atua?
6) Qual ramo de atividade?	27) Qual perfil dos fornecedores?
7) Qual figura jurídica da associção dos trabalhadores?	28) Qual perfil dos clientes? Há algum muito representativo? São os mesmo de antes da recuperação?
8) Qual termo usado para tratar os trabalhadores?	29) Como é a concorrência no mercad em que atua a empresa?
9) Houve apoio de movimentos sociais, Sindicatos, coletivos e etc?	30) Há dívidas herdadas do período anterior à recuperação?
10) Qual a situação em relação à propriedade do espaço e das máquinas?	31) Foram contraídas novas dívidas?
11) Todos os trabalhadores são sócios?	32) Como é o acesso ao crédito?
12) Qual perfil dos trabalhadores que continuaram após a recuperação?	33) Há segurança social para os trabalhadores?
13) Há elevada rotatividade entre os trabalhadores? Em quais setores?	34) Há programa de segurança no trabalho?
14) A produção utiliza toda a capacidade instalada?	35) Como funciona a pressão sobre o trabalho?
15) Qual estado de conservação das máquinas?	36) Há orientação para aposentadoria dos trabalhadores?
16) Houve alguma modernização nas instalações após recuperação?	37) Como é a relação da empresa e dos trabalhadores com movimentos sociais, sindicatos, coletivos e etc.?
17) Como é a organização da empresa?	38) O sindicato teve papel determinante no processo de recuperação?
18) Há cargos de supervisão? Qual função e qual critério de seleção?	39) há filiação a alguma organização ou movimento de ERTs?
19) Como é formado o conselho? Quais as funções do conselheiros e qual período de mandato?	40) Há ações de envolvimento da empresa com a comunidade?
20) Qual a frequência de Assembleias Gerais? Qual percentua de participação dos trabalhadores?	41) Há alguma política pública que apoie a empresa?
21) Como é a decisão salarial? Há diferenças? Qual a faixa de salários?	42) Há relação com a SENAES?

Apêndice 2 – Roteiro de entrevista com trabalhador

Roteiro para entrevista com trabalhador	
1) Nome/Idade/Grau de instrução/Cargo	16) Há igualdade de gênero?
2) Trajetória na empresa	17) Há envolvimento dos trabalhadores com a empresa?
3) Como participou do processo de recuperação?/Como enxerga?	18) Todos trabalham a mesma quantidade?
4) Por que a disposição para recuperação? (individual e coletiva)	19) Os salários/retiradas são igualitários? Há alteração de mês a mês?
5) Houve apoio no processo de recuperação?	20) Tem alguma renda extra?
6) Houve repressão?	21) Considera que o consleho representa os trabalhadores adequadamente?
7) O que pensa sobre a forma atual de organização da empresa?	22) Qual frequência das Assembleias?
8) Como se sente em relação à propriedade (espaço físico e máquinas)?	23) Quais decisões são tomadas nas Assembleias?
9) Há gestão democrática em todos os níveis de decisão?	24) Quais as formas de comunicação do Conselho com os trabalhadores?
10) Considera o trabalho repetitivo?	25) Considera que há luta por autogestão na empresa?
11) Conhece todas as etapas da produção?	26) Como é a relação com Movimentos Sociais, Sindicatos, Coletivos e etc. (antes e depois da recuperação)?
12) Há rodizio de funções?	27) Há motivação entre os trabalhadores pela recuperação da empresa?
13) Há incentivo a ampliação da formação (dentro e fora da empresa)?	28) Considera importante o papel da empresa na comunidade?
14) Todos podem ser membro do conselho?	29) Quais principais mudanças a partir da recuperação?
15) As decisões salariais são democráticas?	30) Qual percepção sobre a importância da forma de organização do trabalho da empresa para a sociedade e para a economia?

Apêndice 3 – DVD com audiovisual das entrevistas Realizadas[11]

	Entrevistas Realizadas - janeiro de 2015	
	Fábrica Ocupada Flaskô **Sumaré-SP**	**Usina Catende** **Catende-PE e Palmares-PE**
Trabalhadores	1) Rafael - "Batata"	6) Lenivaldo
	2) Josiane - "Josi"	7) Clovis
	3) Manuel - "Manu"	8) Maria
	4) Carlos - "Carlão"	9) José - "Seu Zé"
	5) Alexandre - "Alê"	10) Ednaldo - "Naldo da Barragem"

[11] Este material audiovisual está disponível para consulta na Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", *Campus* Araraquara.